

Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais

Mestrado em Arqueologia e Ambiente

Área de especialização | Avaliação de Impacte Ambiental

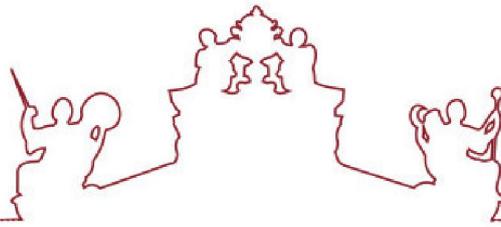
Dissertação

**Os materiais cerâmicos da Quinta do Forte (Évora):
contributo para o conhecimento do urbanismo eborense de
época romana e medieval-islâmica**

Rita Isabel da Silva Bento Abelho

Orientador(es) | André Miguel Carneiro
Susana Gómez Martínez

Évora 2021



Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais

Mestrado em Arqueologia e Ambiente

Área de especialização | Avaliação de Impacte Ambiental

Dissertação

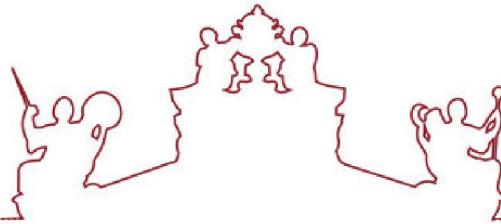
**Os materiais cerâmicos da Quinta do Forte (Évora):
contributo para o conhecimento do urbanismo eborense de
época romana e medieval-islâmica**

Rita Isabel da Silva Bento Abelho

Orientador(es) | André Miguel Carneiro
Susana Gómez Martínez

Évora 2021





A dissertação foi objeto de apreciação e discussão pública pelo seguinte júri nomeado pelo Diretor da Escola de Ciências Sociais:

Presidente | Jorge Manuel Oliveira (Universidade de Évora)

Vogais | Susana Gómez Martínez (Universidade de Évora) (Orientador)
Virgílio Lopes (Campo Arqueológico de Mértola) (Arguente)

**Os materiais cerâmicos da Quinta do Forte (Évora):
contributo para o conhecimento do urbanismo eborense de época
romana e medieval-islâmica**

Resumo

Este trabalho pretende conhecer o local designado por Quinta do Forte localizado em Évora. Para tal, estudámos e interpretámos um conjunto cerâmico de cronologia romana e medieval-islâmica, proveniente da intervenção arqueológica que decorreu neste local em contexto de acompanhamento de obra no ano de 2008.

Através do registo, análise e estudo dos materiais cerâmicos pretende-se identificar a morfologia, funcionalidade, ornamentação, cronologia e se possível o contexto da cerâmica. Estes dados permitem retirar informações sobre os hábitos alimentares, culturais e compreender as relações comerciais das populações deste local.

Será um estudo diacrónico romano/medieval-islâmico. O principal objetivo deste estudo é compreender o sítio e contribuir para o conhecimento da cidade.

Palavras-chave: Évora; Quinta do Forte; Estudo cerâmico; Período romano; Período medieval-islâmico.

The ceramics of the Quinta do Forte (Évora): contribution to the knowledge of urbanism eborensis from roman and medieval-islamic period

Abstract

This work intends to meet the designated place for Quinta do Forte located in Évora. For such, we studied and interpret a set of Roman and Medieval-Islamic ceramics from the intervention archaeological held at this location in context of follow-up work in the year 2008.

Through registration, analysis and study of ceramic materials is intended to identify the morphology, functionality, ornamentation, chronology and if possible the context of pottery. These data allow withdraw information about dietary habits, cultural and understand trade relations of the populations of this place.

Will be a diachronic study roman/medieval-islamic. The main objective of this study is to understand the local and contribute to the knowledge of the city.

Key-words: Évora; Quinta do Forte; Ceramic study; Roman period; Medieval-Islamic period.

Agradecimentos

A realização desta dissertação não seria possível sem o apoio de algumas pessoas a quem devo um enorme agradecimento.

Primeiro, quero agradecer ao meu orientador, Professor Doutor André Carneiro pela orientação ao longo desta dissertação. Obrigada pelos conhecimentos, conselhos, correções e revisões, e por todo o apoio e incentivo ao longo do decurso deste estudo.

À minha co-orientadora, Professora Doutora Susana Gómez Martínez, agradeço igualmente, pela orientação neste trabalho e pelos conhecimentos que me transmitiu, que me permitiram consolidar melhor esta tese. Obrigado pelas correções e sugestões enriquecedoras, fundamentais para a conclusão deste trabalho.

À Dra. Maria Conceição Maia e Dra. Carla Magro Dias agradeço a disponibilidade demonstrada para estudar materiais arqueológicos de uma intervenção arqueológica da sua responsabilidade.

Agradeço à Câmara Municipal de Évora pela autorização de cedência do espólio.

Quero também agradecer à Dra. Rosária Leal por ter proporcionado executar este trabalho, através do acesso aos materiais. Agradecer a cooperação desde o início para a concretização deste estudo. Esta tese não teria sido possível sem o seu contributo.

Agradeço à Dra. Eva Basílio por me ter acompanhado e orientado no início da tese, foi uma ajuda muito importante.

Ao Dr. José Rui Santos pela disponibilização de informações de alguns materiais islâmicos imprescindíveis para a realização desta investigação.

Um agradecimento geral a todas as pessoas que me apoiaram e contribuíram para a minha tese.

Em especial às minhas amigas e colegas, Andreia Alves e Maissa Bezzeghoud pela companhia, troca de ideias, incentivo, por terem partilhado e acompanhado o gosto pela Arqueologia.

Aos meus avós agradeço o apoio e incentivo que deram em todo o meu percurso acadêmico, para que eu conseguisse atingir os meus objetivos. Obrigada por todo o auxílio desde sempre. Sem a vossa ajuda, tudo teria sido mais difícil.

Aos meus pais agradeço pela contribuição para a minha formação, por me inspiraram e acreditarem em mim, por me permitirem percorrer este caminho e pela paciência que tiveram ao longo deste tempo. Obrigada por tudo o que me proporcionaram para eu concretizar os meus objetivos. O vosso apoio incondicional foi fundamental para chegar ao fim de um dos grandes objetivos da minha vida. Agradeço-vos muito por tudo!

Ao Tiago quero agradecer pelo apoio e compreensão, mas sobretudo pela paciência nesta etapa que vai permitir abrir novos horizontes. Obrigada por ouvires os meus desabafos, agradeço os incentivos constantes, a ajuda nos momentos de maior dificuldade e pela força para continuar em frente, bem como a cooperação em áreas do seu conhecimento.

Assim, deixo um agradecimento muito especial aos meus pilares (pais, avós e Tiago) a quem dedico este trabalho.

Para finalizar, a realização desta tese marca o fim de uma importante etapa, obrigada a quem me ajudou, incentivou e acompanhou!

Índice Geral

1. Introdução e objetivos -----	1
2. Enquadramento geográfico da cidade de Évora -----	3
3. A arqueologia Urbana em Évora -----	5
3.1. O caso da cidade de Évora: uma revisão historiográfica -----	7
4. <i>Ebora Liberalitas Iulia</i> – A cidade romana -----	13
5. <i>Yabura</i> - A cidade islâmica -----	23
6. Quinta do Forte (Évora) -----	31
6.1. Enquadramento geográfico -----	31
6.2. Enquadramento histórico -----	32
6.3. Intervenção arqueológica na Quinta do Forte (Évora) -----	35
7. Estudo do espólio cerâmico de época romana e medieval-islâmica -----	42
7.1. A origem estratigráfica dos materiais estudados -----	42
7.2. Metodologia -----	47
7.3. Análise do espólio cerâmico de época romana -----	55
7.3.1. Cerâmica fina de Importação -----	55
7.3.1.1. <i>Terra Sigillata</i> -----	55
7.3.1.1. Paredes Finas -----	72
7.3.2. Cerâmica de Armazenamento -----	76
7.3.2.1. Ânforas -----	76
7.3.2. Cerâmica Comum local/regional -----	82
7.4. Análise global do espólio cerâmico romano -----	121
7.5. Análise do espólio cerâmico de época medieval-islâmica -----	127
7.5.1. Cerâmica Comum -----	127
7.5.2. Cerâmica vidrada monocromática -----	129
7.5.3. Verde e Manganês -----	138
7.5.4. Melado e Manganês -----	139
7.5.5. Corda seca total -----	141
7.6. Análise global do espólio cerâmico islâmico -----	143
8. Conclusão -----	146
9. Bibliografia -----	153

Índice de Anexos

Volume II

Anexo I – Mapas, plantas e imagens

- **Figura 1** - Localização de Évora e da freguesia abordada neste trabalho
- **Figura 2** – Em cima a localização da cidade de Évora e em baixo a identificação da Quinta do Forte. Fonte: *Google Earth e Google Maps*
- **Figura 3** – Carta militar de Évora, folha nº 460 à escala 1:25000
- **Figura 4** – Carta Geológica de Portugal nº 40 – A, Évora
- **Figura 5** – Carta Geológica de Portugal nº 40 – A (Évora) com identificação do sítio arqueológico a ser estudado e a legenda
- **Figura 6** – Cidade de Évora imperial e muralha tardoromana
- **Figura 7** – Pano da antiga muralha (Rua do Menino Jesus). Aspeto do aparelho regular (*opus quadratum*) em alinhamento com a “Torre das Cinco Quinas”
- **Figura 8** – Porta romana (Rua de D. Isabel). Perspetiva do lado anterior, com vestígios construtivos diversos mantendo o possível desenho de origem, e indicando a via de cardo na direção norte. Contiguo ao antigo Convento do Salvador
- **Figura 9** – Marca da cidade romana de Évora numa canalização: “LIB-IVL”
- **Figura 10** – Reconstituição hipotética e localização do chafariz, pórtico e arco da rua Ancha da Praça Grande, Évora
- **Figura 11** – Reconstituição hipotética de *Yabura*
- **Figura 12** – Eixos viários do período islâmico em *Yabura*
- **Figura 13** – Localização das sondagens arqueológicas na futura urbanização
- **Figura 14** – Planta geral da localização das sondagens arqueológicas
- **Figura 15** – Quadro de sondagens e coordenadas
- **Figura 16** – Sondagem 1 [20] depósito de materiais romanos
- **Figura 17** – Sondagem 1 [49] depósito de materiais romanos, [55] derrube de pedras

- **Figura 18** – Sondagem 2, [31]. Enchimento de telhas para nivelar o terreno
- **Figura 19** – Sondagem 3, silo escavado na rocha
- **Figura 20** – Sondagem 4. Talha de grandes dimensões no corte da sondagem
- **Figura 21** – Sondagem 5. Muro/Corte Oeste
- **Figura 22** – Sondagem 6. Plano final sobre o geológico assenta um muro com cerca de 60cm de largura
- **Figura 23** – Sondagem 7. Aspeto após aluimento das terras no corte Norte ditou o encerramento precoce da cita sondagem sem atingir o geológico ou a cota de afetação
- **Figura 24** – Sondagem 7. Camada de terra castanho-escuro, com grande depósito de terras muito semelhante ao saibro
- **Figura 25** – Sondagem 1. Plano 8
- **Figura 26** – Sondagem 1. Perfil Norte
- **Figura 27** – Sondagem 2. Plano 9
- **Figura 28** – Sondagem 2. Plano Este
- **Figura 29** – Sondagem 3. Plano final
- **Figura 30** – Sondagem 3. Perfil Oeste
- **Figura 31** – Sondagem 4. Perfis Sul e Oeste
- **Figura 32** – Sondagem 5. Plano 7
- **Figura 33** – Sondagem 5. Plano Sul e Oeste
- **Figura 34** – Sondagem 6. Plano 5
- **Figura 35** – Sondagem 6. Plano final
- **Figura 36** – Sondagem 6. Perfil Oeste
- **Figura 37** – Sondagem 7. Plano 5
- **Figura 38** – Sondagem 7. Plano Este
- **Figura 39** – Partes constituintes de um candil
- **Figura 40** – Partes constituintes de uma candeia

Anexo II – Gráficos

- **Gráfico 1** - Conjunto cerâmico estudado
- **Gráfico 2** – Cerâmica romana – Distribuição por U.E.'s
- **Gráfico 3** – Cerâmica islâmica – Distribuição por U.E.'s

Gráficos do período romano:

- **Gráfico 4** – Fragmentos classificados e indeterminados – *Terra Sigillata*
- **Gráfico 5** – Proveniências – *Terra Sigillata*
- **Gráfico 6** – Tipologias – *Terra Sigillata*
- **Gráfico 7** – Distribuição do tipo de fragmentos – Paredes Finas
- **Gráfico 8** – Distribuição de Proveniências – Paredes Finas
- **Gráfico 9** – Distribuição de Fabricos – Paredes Finas
- **Gráfico 10** – Distribuição do tipo de fragmentos – Ânforas
- **Gráfico 11** – Distribuição de Proveniências – Ânforas
- **Gráfico 12** – Distribuição do tipo de fragmentos em Proveniências– Ânforas
- **Gráfico 13** – Distribuição de Fabricos – Ânforas
- **Gráfico 14** – Tipologia – Ânforas
- **Gráfico 15** – Tipos de objetos – Cerâmica comum
- **Gráfico 16** – Total das peças (EEP) – Cerâmica comum
- **Gráfico 17** – Categorias – Cerâmica comum
- **Gráfico 18** – Estimativa Equivalente da Peça (EEP) – Cerâmica comum
- **Gráfico 19** – Grupos de fabrico – Cerâmica comum
- **Gráfico 20** – Distribuição por U.E's – Cerâmica comum
- **Gráfico 21** – Total do conjunto do período romano (em fragmentos)

Gráficos do período islâmico:

- **Gráfico 1a** – Total do grupo cerâmico islâmico
- **Gráfico 2a** – Distribuição da forma funcional em cada grupo cerâmico
- **Gráfico 3a** – Distribuição do tipo de objeto

- **Gráfico 4a** – Total das formas funcionais
- **Gráfico 5a** – Distribuição do tipo de objeto em cada forma funcional
- **Gráfico 6a** – Cronologia da cerâmica islâmica

Anexo III – Estampas

Período Romano:

- **Estampa 1** – Cerâmica fina de importação – *Terra Sigillata* Hispânica
- **Estampa 2** – Cerâmica fina de importação – *Terra Sigillata* Hispânica
- **Estampa 3** – Cerâmica fina de importação – *Terra Sigillata* Hispânica
- **Estampa 4** – Cerâmica fina de importação – *Terra Sigillata* Sudgálica
- **Estampa 5** – Cerâmica fina de importação – Paredes Finas
- **Estampa 6** – Ânfora
- **Estampa 7** – Cerâmica comum – Pratos
- **Estampa 8** – Cerâmica comum – Pratos
- **Estampa 9** – Cerâmica comum – Tigelas
- **Estampa 10** – Cerâmica comum – Tigelas
- **Estampa 11** – Cerâmica comum – Tacho
- **Estampa 12** – Cerâmica comum – Panelas
- **Estampa 13** – Cerâmica comum – Panelas
- **Estampa 14** – Cerâmica comum – Panelas
- **Estampa 15** – Cerâmica comum – Pote/Potinhos
- **Estampa 16** – Cerâmica comum – Potinhos
- **Estampa 17** – Cerâmica comum – Jarro
- **Estampa 18** – Cerâmica comum – Bilhas
- **Estampa 19** – Cerâmica comum – Tampa
- **Estampa 20** – Cerâmica comum – Fundos
- **Estampa 21** – Cerâmica comum – Fundos
- **Estampa 22** – Cerâmica comum – Asas

Período Islâmico:

- **Estampa 1b** – Vidrado monocromático
- **Estampa 2b** – Vidrado monocromático
- **Estampa 3b** – Vidrado monocromático
- **Estampa 4b** – Vidrado monocromático
- **Estampa 5b** – Vidrado monocromático
- **Estampa 6b** – Verde e manganês
- **Estampa 7b** – Melado e manganês
- **Estampa 8b** – Corda seca total
- **Estampa 9b** – Cerâmica comum

Anexo IV – Inventário

- Fichas de inventário – *Terra Sigillata* Itálica
- Fichas de inventário – *Terra Sigillata* Sudgálica
- Fichas de inventário – *Terra Sigillata* Hispânica
- Fichas de inventário – Paredes Finas
- Fichas de inventário – Ânforas
- Fichas de inventário – Vidrado monocromático
- Fichas de inventário – Verde e manganês
- Fichas de inventário – Melado e manganês
- Fichas de inventário – Corda seca total
- Fichas de inventário – Cerâmica comum

Anexo V - Tabelas

- **Tabela 1 - 4** – Estimativa Equivalente da Peça (EEP) – Cerâmica comum romana

1. Introdução e objetivos

Esta tese realiza um estudo sobre a Quinta do Forte situada em Évora com base em informações bibliográficas recolhidas sobre o sítio, do relatório da intervenção arqueológica e sobretudo através da análise e estudo das cerâmicas do período romano e medieval-islâmico recolhidas durante os trabalhos arqueológicos realizados em 2008.

Este tema foi escolhido porque ainda existe um reduzido conhecimento arqueológico da cidade de Évora, apesar de existirem algumas informações e estudos, são insuficientes.

A Quinta do Forte localiza-se na rua das Alcaçarias, no concelho e distrito de Évora, na freguesia de São Mamede, Sé, São Pedro e Santo Antão (Anexo I – Figura 1 e 2).

A Quinta do Forte implanta-se numa zona importante particularmente durante a Idade Média e época moderna. O arrabalde de São Mamede foi fechado pela construção da muralha medieval construída no tempo de D. Afonso IV para proteger a população que ainda vivia no exterior ao perímetro amuralhado mais antigo. A cidade medieval foi definida pelos limites da muralha, Cerca Nova, que incorporou na cidade os subúrbios. No arrabalde de São Mamede instalou-se a Mouraria, urbanizando o que eram maioritariamente ferragiais e hortas. A Quinta do Forte é o que restou dessa zona.

Se o local possuía importância na Idade Média e época moderna também é importante compreender o sítio em época anterior, no período romano e medieval-islâmico, já que se encontraram cerâmicas de várias tipologias dessas épocas nesta zona. Assim, como o meu interesse abrange o período romano e medieval-islâmico, este estudo tratará apenas essas cronologias, em que o conhecimento deste espaço é muito reduzido.

Mesmo que este lugar tenha sido uma lixeira com depósitos secundários, segundo o relatório de escavação, pretende-se analisar esse facto e estudar os materiais cerâmicos encontrados, porque desse tipo de contextos podemos retirar sempre informação útil. Embora os materiais encontrados nestes contextos não sejam tão relevantes e admirados, não devem ser menosprezados e necessitam de ser

igualmente estudados e publicados. O que habitualmente não acontece, porque estes conjuntos raramente são analisados.

Ao longo do trabalho pretende-se abordar a região de Évora, tratar o enquadramento geográfico da cidade e abordar a área em estudo.

Posteriormente é abordada a Arqueologia urbana na cidade, mencionando autores que se tornaram importantes para a história da cidade e para a identificação e estudo de vestígios arqueológicos. Também será feito um levantamento dos estudos e trabalhos existentes com o objetivo de perceber o estado da investigação arqueológica em Évora.

De seguida, será descrita “*Ebora Liberalitas Iulia - A cidade romana*”, uma breve introdução sobre a cidade durante o período romano. Enquanto o capítulo sobre “*Yabura - A cidade islâmica*” menciona a cidade durante o período islâmico.

Existe um capítulo sobre a “*Quinta do Forte (Évora)*” que pretende abordar o enquadramento geográfico e o enquadramento histórico. O primeiro trata a localização da zona de implantação do sítio e a descrição do local. Enquanto no enquadramento histórico faz-se referência à investigação efetuada sobre o local, à toponímia, à importância do sítio e interpretações retiradas da bibliografia analisada e das informações recolhidas sobre o sítio.

Posteriormente, o relatório de escavação sobre a intervenção na Quinta do Forte é descrito.

Em relação ao estudo do espólio cerâmico, é abordado o estudo do conjunto cerâmico romano e medieval-islâmico, onde é descrita a origem estratigráfica dos materiais estudados e a metodologia utilizada, a análise das cerâmicas e a sua interpretação. Através do registo e análise dos materiais cerâmicos pretende-se identificar a morfologia, funcionalidade, decoração e o contexto da cerâmica, se possível. Estes dados permitem retirar informações úteis sobre os hábitos alimentares, culturais e entender as relações comerciais das populações.

Por último, após análise bibliográfica, apreciação do relatório de escavação, estudo e interpretação dos materiais arqueológicos, sistematizar-se-á a informação de forma a elaborar uma proposta de interpretação do sítio.

Assim, a análise, a investigação da bibliografia e dos registos do local em conjunto com o estudo dos materiais arqueológicos podem permitir compreender a

história do local designado por Quinta do Forte e contribuir para o conhecimento da história da cidade eborense.

2. Enquadramento geográfico da cidade de Évora

Évora faz parte da região designada como Alentejo Central (Anexo I – Figura 1). O território possui características que se inserem na unidade morfo-estrutural da Península Ibérica designada por Maciço Hespérico, sendo o mais extenso e importante (Ribeiro, 1986:2).

Mesmo que as paisagens mudem ao longo dos tempos, existem fatores que não se alteram, como a geologia. Segundo o mapa geológico de Évora (Carta Geológica de Portugal, nº 40-A) (Anexo I – Figura 4) esta região faz parte da peneplanície do Alentejo¹.

A vasta peneplanície constitui a maior unidade natural de Portugal (Ribeiro; Lausentach; Daveau, 1987:158).

A superfície é dividida pela rede hidrográfica e revela altitudes uniformes, compreendidas entre 230 e 260 metros. É assim, caracterizada por uma vasta superfície de aplanamento onde predominam suaves ondulações de terreno de pequena altitude. A colina de Évora é relativamente extensa com declives suaves (Ribeiro, 1986:379).

O concelho encontra-se entre as serras de Ossa e Portel, a nordeste e sudeste, e o rio Guadiana a leste. As serras de Monfurado e Montemuro e um pouco mais para norte a serra Morena, circundam os limites do concelho a oeste e a noroeste. Assim, a região possui um território com fronteiras naturais (Bilou, 2004:15).

Évora estabeleceu-se numa colina estrategicamente localizada, num ponto de confluência de três bacias hidrográficas, as bacias do Tejo (afluído pelo Divor), do Sado (Rio Xarrama e o Valverde) e do Guadiana (pela ribeira do Degebe e pelo rio Divor) (Ribeiro; Lausentach; Daveau, 1987:21).

Beneficia de uma área envolvente rica em água que permitia o desenvolvimento agrícola e pastoril (Mascarenhas; Barata, 1997:61).

¹ É a forma de relevo predominante.

A rede hidrográfica mais desenvolvida na região é a que pertence à bacia do Sado. Abrange a maior área, alastrando-se pelas regiões a oeste, a sudoeste e a sul da cidade. As ribeiras das Alcáçovas e de Xarrama são os principais cursos de água.

Geologicamente, esta área está integrada no Maciço Antigo, formado na maioria por rochas metamórficas e eruptivas das quais se destacam as granitoides, que possibilitaram o desenvolvimento das civilizações megalíticas e mais tarde a ocupação romana que desenvolveu os seus edifícios com material da região. Um exemplo é o Templo Romano, no *podium* existem blocos de várias dimensões, arredondados e semelhantes aos que se encontram nos afloramentos. Quanto aos mármorees eram provenientes dos “mármorees de Estremoz” (Lopes *et al.*, 2000:141).

Na zona mais ocidental, a geologia possui características morfo-estruturais da Bacia Sedimentar Ceno-Antropozóica dos rios Tejo e Sado. Em relação aos solos dominam os solos litólicos de granodioritos e litossolos de variada classe, relacionados com manchas de afloramentos de rochas graníticas e coluviões de baixa², mais significativos junto dos fluxos de água (Bilou, 2004:15).

Évora estabelece-se no contacto de terrenos de granito a oeste e xistos metamórficos a este, sendo que os primeiros ocupam maior extensão (Ribeiro, 1986:377).

A cidade assenta numa mancha de gnaisses e migmatitos, característica que não intercedeu na implantação da urbe, que acabou por surgir devido às capacidades estratégicas e hidrográficas do local (Anexo I – Figura 5).

Relativamente ao solo desta região, predominam terrenos que oscilam entre a média e baixa fertilidade (C a E). E existem manchas onde o solo apresenta uma relação com as faixas fluviais do Degebe, Xarrama e seus afluentes, com uma elevada fertilidade de tipo A (Val-Flores, 2011:51).

Na região de Évora observando a paisagem natural destaca-se o montado de sobro e azinho (Bilou, 2004:16). É uma zona com superfícies de erosão planas com excelentes solos (Ribeiro, 1988:478), que permite semear trigo, cevada e aveia (Ribeiro, 1986:66). A região possui ainda condições para a cultura de oliveira e vinha (Val-Flores, 2011:54).

² Referente a uma zona de declive em relação ao terreno envolvente.

Évora era um ponto de passagem e tornou-se numa povoação com importância, era uma zona de encruzilhada viária e de confluência de povos e culturas.

3. A Arqueologia Urbana em Évora

Évora é uma cidade onde a Arqueologia urbana tem um papel destacado, visto ser uma cidade com vários testemunhos de tempos passados, com diversas intervenções arqueológicas e classificada pela UNESCO.

A Arqueologia urbana permite produzir informações independentes e complementares à documentação escrita, abordando os vestígios da vida quotidiana de populações ou espaços edificados que não ficaram registados. Simples fragmentos cerâmicos abandonados em níveis de aterro podem contribuir para identificar relações comerciais ou alterações socioeconómicas, tanto ou mais que registos escritos. Mas as fontes escritas e orais são indispensáveis para a pesquisa e interpretação da história dos aglomerados urbanos. As fontes devem ser examinadas porque podem ser relevantes para analisar o potencial e a carga informativa de locais, antes de uma intervenção no terreno.

Foi na sequência evolutiva da história da arqueologia que a arqueologia urbana ganhou realce. Assim é possível saber mais sobre o nosso passado, o passado de espaços que são hoje ocupados e alterados (Madeira, 2011:2).

A arqueologia urbana, como qualquer ramo da arqueologia, necessita de cuidados próprios. Os fundamentos teóricos e metodológicos da arqueologia urbana são os mesmos que os da arqueologia no geral, embora as cidades sejam espaços em constante renovação e continuamente ocupados.

O património histórico dos centros urbanos não consiste apenas nos espaços e nas construções que se erguem acima do solo, é importante dar atenção às sucessivas camadas de vestígios arqueológicos abaixo do solo que testemunham a vida de antepassados que habitaram o mesmo local e que o foram transformando ao longo dos séculos.

As sequências estratigráficas intactas de depósitos permitem uma análise mais eficiente (Leech; Schofield, 1987:1), mas no meio urbano estes tipos de depósitos são

escassos, porque normalmente são locais muito revolvidos. Por isso, a análise e interpretação das unidades estratigráficas possuem maior dificuldade, muitas vezes existem estratigrafias invertidas e múltiplos conjuntos de estruturas, que se sobrepõem, intersectam ou anulam.

O problema da arqueologia nos sítios urbanos é que as cidades são estruturas complexas, pluri-estratigrafadas, com processos de construção, alteração e renovação, sedimentados pela passagem do tempo, mas essas ações ficam registadas no subsolo, numa complexa sobreposição de níveis de ocupação. Mas como grande parte das intervenções são de emergência, em áreas limitadas, como a que sucede na Quinta do Forte, não permitem conhecer a malha urbana antiga e não possibilita melhores estudos sobre a cidade.

Por regra geral, a prática da arqueologia urbana tem-se limitado a simples acompanhamentos e escavações de carácter preventivo, sem qualquer enquadramento em projetos de investigação.

Cada investigação arqueológica comprova, contesta ou aumenta o conhecimento já obtido e permite interpretar as relações entre a sociedade e o espaço (Galinié, 2000:12). É fundamental perceber que os núcleos urbanos são arquivos da memória.

A Europa reconheceu a importância da arqueologia para recuperar informações das cidades históricas apenas nos anos 60 do século XX, foi nessa altura que se desenvolveram as primeiras intervenções arqueológicas, que fizeram nascer a arqueologia urbana.

As várias escavações urbanas realizadas tornaram-se numa acumulação de dados por tratar, estudar e publicar, sem resultar num conhecimento sobre o passado das cidades, mas em meros relatórios, muitas vezes de questionável qualidade (Martins, 2009:160).

A Arqueologia urbana é assim uma disciplina que permite recuperar a informação que ainda está presente no subsolo da cidade, as sucessivas camadas de vestígios arqueológicos podem testemunhar a história antiga da cidade, de quem a habitou e como se foi transformando.

Sobre a problemática do termo “Arqueologia *na* cidade ou Arqueologia *da* cidade”, deve-se considerar a opinião dos arqueólogos João Zilhão e Francisco Sande

Lemos que “o património arqueológico é, por definição, um bem comum, coletivo, do povo” (Lemos, 2006:16). Deve-se ter em consideração esta perspetiva, caso contrário, é um conceito oposto à essência da Arqueologia.

A questão é que “arqueologia *na* cidade” dá prioridade à arqueologia, independentemente do sítio onde se faz, enquanto a “arqueologia *da* cidade” dá preferência ao estudo do sítio, isto é, da cidade.

A problemática em causa estaria resolvida através da aprovação de uma “Arqueologia *da* Cidade”, sendo um sítio arqueológico único, onde o legado histórico deveria ser devolvido à população. Mas em Portugal tem existido a prática de uma “Arqueologia *na* Cidade”, tornou-se comum ver em ruas vizinhas trabalhos arqueológicos desenvolvidos sem qualquer ligação (Madeira, 2011:9).

Como também a Arqueologia urbana em Évora tem sido mais uma arqueologia *na* cidade do que *da* cidade.

3.1. O caso da cidade de Évora: uma revisão historiográfica

*“Em Évora, cidade antiga, cheia de edifícios notáveis,
de obras monumentais, aonde a cada passo se
encontra uma antiguidade, e aonde a cada sítio está
ligada uma lenda ou anexo um facto histórico”*

(Manoel, 1895:61)

A Arqueologia urbana começou a ser usada em cidades com vestígios arqueológicos, como o caso de Évora. Sobre a cidade de Évora existem dados e informações, como fontes escritas, dados epigráficos e arqueológicos que permitem conhecer o seu passado.

Évora possui um centro histórico bem preservado e rico em monumentos. Em 1986 o centro histórico da cidade foi declarado Património Mundial pela UNESCO.

Desde tempos antigos, Évora foi alvo de interesse por eruditos que lhe fazem referência enquanto cidade histórica rica e conhecida por ter estruturas monumentais. Alguns autores, como André de Resende, D. Frei Manuel do Cenáculo Villas Boas, Cunha Rivara, Augusto Filipe Simões, José Leite de Vasconcelos, Gabriel Pereira e Túlio

Espanca tornaram-se importantes para a história da cidade e sobretudo para o início da identificação e estudo de vestígios arqueológicos. Nessa época não sendo considerados arqueólogos, eram figuras relevantes para a arqueologia e para a cidade devido aos estudos que deixaram. São essas informações antigas que ainda são úteis atualmente.

Durante o século XVI André de Resende, humanista português natural de Évora, teve interesse pela cidade. Recorreu a textos de autores clássicos para escrever as suas obras e nas suas fontes surgem dados epigráficos e observações de vestígios encontrados em Évora. André de Resende foi provavelmente o pioneiro da arqueologia e das monografias urbanas em Portugal. Uma das suas obras é *“História da Antiguidade da Cidade de Évora”* (1553). Évora foi a primeira cidade no país que beneficiou de uma história da cidade.

José D’Encarnação através do seu artigo *“André de Resende, epigrafista”* (2000) aborda a questão de André de Resende ter forjado textos epigráficos para atingir objetivos político-religiosos e culturais. Também Francisco Bilou através do artigo *“Garcia de Resende (c.1475-1536): o retrato possível, cinco século depois”* (2016) escreve sobre Resende e o seu “retrato” a partir da revalorização do seu protagonismo mecenático junto da comunidade religiosa do Espinheiro (Évora).

O arcebispo de Évora, D. Frei Manuel do Cenáculo Villas Boas, foi o fundador da biblioteca de Évora e deixou uma importante coleção epigráfica que constituiu com outros objetos posteriormente recolhidos, o “Museu Cenáculo” denominado na altura e que é hoje a base da coleção do Museu de Évora. Deixou ainda preciosidades arqueológicas que estavam na sua residência, grande parte proveniente de Beja, porque D. Frei Manuel do Cenáculo Villas Boas dedicou-se à vida eclesiástica e foi bispo nessa cidade, só depois exerceu funções de arcebispo de Évora entre 1802 e 1814.

Mais tarde, Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara e Augusto Filipe Simões, ambos médicos e professores do Liceu e bibliotecários em Évora, continuaram a obra de Cenáculo, fazendo investigações arqueológicas e dando notícias dos resultados encontrados, fazendo reviver a história dos edifícios da cidade e chamando a atenção para os monumentos (Manoel, 1895:62).

José Leite de Vasconcelos, humanista, desenvolveu estudos arqueológicos em Portugal e investigou o território eborense. Fundou a revista o *“Arqueólogo Português”* (1895), publicou artigos como *“Portugal pré-histórico”* e *“Excursões arqueológicas”*, onde menciona o património arqueológico de Évora.

Na segunda metade do século XIX verificou-se um desenvolvimento significativo da história local. Começou a haver uma crescente curiosidade pela história, aumentaram as atividades de investigação e o número de publicações. Começou também a existir um crescente interesse social pelo conhecimento e preservação do património (Teixeira, 1993:372).

No século XIX com o desenvolvimento da história das cidades destaca-se Gabriel Pereira, apaixonado pela história e pela Arqueologia, que encontrou em Évora fundos bibliográficos e arquivísticos, e um vasto espólio arqueológico de suporte ao seu trabalho. Da sua vasta bibliografia, envolvendo a História, a Arqueologia, a Arte e a Etnografia, dirigiu vários trabalhos sobre temas e monumentos de Évora. Fornece rigorosas descrições e análises estilísticas dos monumentos (Branco, 2007:121). Uma das obras mais conhecida denomina-se *“Estudos Eborenses”*, que constitui uma importante referência para a história da cidade de Évora. Esta obra aborda temas que contribuem para a identidade histórica, cultural, social e política da cidade de Évora e da região.

No século XX Túlio Espanca, historiador de arte, fez um levantamento descritivo e fotográfico do património arquitetónico artístico da região, onde apresenta os resultados no *“Inventário Artístico de Portugal, concelho de Évora”* (1966). Espanca teve uma colaboração assídua no boletim de cultura *“A Cidade de Évora”*, do qual foi fundador e diretor. A sua obra continua a ser uma referência pela exatidão e pormenor de descrição.

Os trabalhos mais recentes continuam a não ser suficientes para corrigir o vazio que existe. Embora nos últimos anos tenham existido publicações sobre a história da cidade, essas publicações ainda não cobrem o vazio, ou seja, a falta de informação e sobretudo a dispersão de informações, que torna difícil o conhecimento geral e chegar à população.

Outro facto é que existe uma acumulação de dados que não são tratados, nem publicados, o que faz com que não exista conhecimento suficiente sobre o passado da

cidade. Muitas vezes existem apenas os relatórios das intervenções arqueológicas, sem outras publicações associadas.

As publicações mais recentes são o trabalho de Francisco Bilou (2010) sobre a refundação do Aqueduto da Água da Prata, trata também os vestígios arqueológicos do aqueduto romano, resgatados por André de Resende; e de Gustavo Val-Flores (2011) sobre a evolução urbana do centro histórico de Évora entre os séculos I-IV d.C., abordando algumas intervenções realizadas na cidade.

Relativamente a dissertações de mestrado, destacam-se três sobre a história da cidade com base em vestígios arqueológicos. A tese de Vanessa Galiza Filipe (2012), um estudo do espólio exumado nas intervenções arqueológicas do Museu de Évora. A tese de José Rui Santos (2015) que aborda a evolução urbana e histórica da cidade no período medieval-islâmico. E a tese de Eva Basílio (2016), trata um conjunto cerâmico de cronologia romana que permitiu também compreender a cidade em época romana.

Existem outras publicações sobre a cidade de Évora, serão mencionados alguns exemplos. Sobre a cidade romana redigiu António Marques de Faria (2001), onde aborda a atribuição de estatutos jurídico-administrativos de três cidades, uma delas Évora. Como também João Medina (1995) que aborda questões ligadas à cidade como município. Tratando a cidade de forma mais geral no período romano salienta-se a tese de doutoramento de Maria Pilar Reis (2014), abordando a topografia de Évora, o estatuto jurídico de *Liberalitas Iulia*, o urbanismo da cidade, os arruamentos, o *forum*, os edifícios de espetáculo, a arquitetura privada, a muralha e principalmente as termas, o aqueduto romano e a rede de cloacas.

Sobre o início da islamização deve-se consultar Santiago Macías (1999). Existem também estudos que abordam a cidade até ao período medieval, como os artigos de Maria Simplício (1997, 2003, 2002-2006) e o livro de Maria Ângela Beirante (1995), sobre a origem e evolução da cidade.

Sobre as muralhas da cidade e o seu traçado existem alguns estudos, como os de Carmen Balesteros *et al.* (1996-97) e outro artigo em conjunto com Élia Mira (1994). E sobretudo para o período islâmico deve-se ter em consideração a tese de doutoramento de Fernando Correia (2010), sobre as fortificações e aspetos da guerra no território ocidental da Península Ibérica entre os séculos VIII e a primeira metade do século XIII.

Sobre o Templo Romano e o *forum* existem estudos de Felix Teichner (1991-1992) e Theodor Hauschild (2010), referindo as escavações no Templo e os resultados.

Sobre o aqueduto, Francisco Bilou (2010) possui uma publicação sobre esse tema, mas dedicou-se sobretudo à rede viária romana na região de Évora, sendo as suas obras fundamentais para compreender os itinerários da região.

Sobre a toponímia, Afonso de Carvalho (2004) publicou uma obra constituída por dois volumes essenciais para compreender a toponímia da cidade de Évora; também Claudino de Almeida (1934) escreveu sobre as ruas de Évora e o seu significado; e por fim, o dicionário de Gil do Monte (1981) sobre o mesmo tema.

As termas romanas da cidade foram estudadas por Maria Pilar Reis (2014) como já foi referido, mas também em conjunto com Mariana Carvalho (2014) e por Panagiotis Sarantopoulos (1986-1987), o responsável pelas escavações arqueológicas no local.

E por fim, um artigo mais recente de Eva Basílio e José Santos (2017), *“De Liberalitas Iulia a Yábura – A evolução diacrónica de Évora a partir do exemplo do Paço dos Lobo da Gama (séc. I-XII d.C.). Resultados preliminares”*.

De forma geral, faltam estudos de síntese e arqueológicos mais recentes que abordem com rigor a cidade de Évora em períodos anteriores. Porque a maioria dos estudos são de autores que não são especialistas na área e não possuem exatidão.

Em relação às intervenções arqueológicas, no Portal do Arqueólogo estão registadas 74 intervenções arqueológicas³ no centro histórico da cidade de Évora, mais precisamente na freguesia de São Mamede, Sé, São Pedro e Santo Antão⁴. Mas deduz-se que existe maior número de intervenções arqueológicas no centro da cidade, dado o seu potencial arqueológico, mas de qualquer forma importa referir que o conhecimento dos resultados é reduzido, destacando-se apenas três intervenções como as mais divulgadas e conhecidas.

Como os trabalhos arqueológicos no Templo Romano de Évora durante os anos 80 e 90. Os trabalhos realizados tiveram carácter científico pelo Instituto Arqueológico Alemão, sob a direção de Theodor Hauschild. Confirmou-se a existência de um muro de

³ Até ao momento da consulta em Setembro de 2020.

⁴ Freguesia abordada neste trabalho.

um *porticus* à volta do templo e a edificação de um *criptoporticus* baixo do mesmo, assim como parte de um *forum* pavimentado com mármore e um espelho de água.

Nos anos 80 foram realizadas intervenções arqueológicas na Casa de Burgos, que colocou a descoberto um conjunto de estruturas de fundação romana e vestígios de habitação, *domus* romana, com espólios do quotidiano datados dos séculos I-III d.C.

Nas décadas de 80 e 90 Panagiotis Sarantopoulos e Virgílio Correia publicam as primeiras notícias da identificação das termas romanas no edifício dos Paços do Concelho, onde foi descoberto o *laconicum*, *praeformium* e a *natatio*, com material romano associado.

Embora não seja tão conhecida, mas possui igualmente interesse, nos anos 90 foram realizados trabalhos de carácter científico no Museu de Évora, onde permitiram identificar as origens quinhentistas do edifício. Foi possível identificar o limite sul do *forum*. E sobre as estruturas do *forum* instalou-se a partir do século VIII d.C. uma zona habitacional islâmica, e no período da Reconquista Cristã apareceram sepulturas datadas dos séculos XII e XIII.

Nos últimos anos foram realizados alguns trabalhos arqueológicos de intervenção de emergência, como a necrópole romana na Escola Gabriel Pereira (2009). Como também outra escavação de carácter científico onde foram encontrados vestígios dos alicerces do aqueduto romano da cidade (2016). E em 2017 decorreu uma escavação arqueológica no centro da cidade, no Salão Central Eborense, mas os resultados ainda não foram divulgados.

Em Évora com as intervenções arqueológicas que já foram realizadas na cidade pode-se ter a noção que sob o chão que se pisa diariamente existem vestígios que dão informações sobre a evolução da cidade e da ocupação da mesma ao longo dos tempos. Os trabalhos realizados na cidade são em âmbito de projetos de investigação e de trabalhos de emergência, prevalecendo os trabalhos de emergência, onde os resultados são raramente publicados, o que não contribui para o conhecimento da cidade e para o desenvolvimento de estudos. Temos a acrescentar que a prática da arqueologia continua a ser vista pela sociedade como um contratempo, que só se faz porque a lei o obriga. Assim, as intervenções arqueológicas só ocorrem porque são obrigatórias e existe sempre pressão para decorrer num espaço de tempo mais curto possível, acabando-se por menosprezar a arqueologia e sem ter em atenção que daí

podem surgir informações importantes sobre o passado, porque a arqueologia é um bem social, que deve ser considerada útil.

Provavelmente por existirem muitas intervenções de emergência, os dados referentes aos sítios arqueológicos concelhios encontram-se dispersos em publicações e documentos de vários tipos e a ausência de uma Carta Arqueológica também é um fator que não favorece a cidade de Évora (Calado, Santos e Carvalho, 2007:47).

Em Évora devia existir mais divulgação da informação arqueológica que a cidade possui. Devia existir mais consciência de valorizar, preservar e salvaguardar o património arqueológico da cidade, até porque foi declarada como Património Mundial pela UNESCO.

Em relação ao espólio das intervenções arqueológicas da cidade, apesar de existir uma grande quantidade, o conhecimento é reduzido e os materiais encontram-se muito dispersos e grande parte estão por marcar, inventariar e estudar. Existem muitos materiais arqueológicos, mas pouca informação. Deve-se começar a evitar a dispersão dos registos e dos materiais para que seja possível aceder sempre que necessário, permitindo o avanço dos conhecimentos.

Portanto, em Évora o pós-intervenção arqueológica caracteriza-se por um vazio. Arquivam-se os relatórios, colocam-se os materiais no depósito selecionado e ficam completos vários processos de arqueologia de emergência.

4. *Ebora Liberalitas Iulia* - A cidade romana

A região de Évora possui diversos conjuntos de sítios, o que prova que esta região teve ocupações em vários períodos, desde a pré-história. Mas é a partir da época romana que existem vestígios na cidade que comprovam a sua ocupação nesse período.

Quando é escolhido um local para se implantar um aglomerado urbano deve-se ter em consideração vários fatores, como a localização, as características ecológicas da região, a topografia, defesa, recursos de água, capacidade dos terrenos, clima e a distância de outros centros urbanos.

Mas nem toda a Península Ibérica obedeceu aos mesmos critérios para a implantação das novas cidades, fossem novas ou reconstruídas, porque cada cidade deve ser analisada individualmente e no seu contexto (Reis, 2014:219).

Ebora estabeleceu-se numa colina estrategicamente localizada, no centro de encontro das bacias do Sado, Tejo e Guadiana e onde passava a rede viária principal da Lusitânia, era também uma zona rica em água, que facilitava o desenvolvimento agrícola e pastoril.

Ebora é nome de raiz céltica, tal como indica Maria Pilar dos Reis (2014). Mas o nome de *Ebora*, indica que já existia um núcleo antes da chegada dos romanos, mas sobre o núcleo pré-romano não existem informações (Fabião, 1993:232). E como ainda não se encontrou nenhum achado arqueológico da existência desse núcleo anterior, através dos vestígios arqueológicos existentes tudo indica que a cidade de Évora poderá ter tido fundação romana, porque apenas a partir deste período existem vestígios arqueológicos. Mas não há dados suficientes para confirmar essa hipótese.

Os romanos possuíam uma forma de organização das cidades particular, é neste sentido que *“Ebora, foi efetivamente criada uma realidade verdadeiramente urbana, o qual caracterizou igualmente muitas das cidades romanas do Império”* (Roux, 2015:61).

Este período manifestou-se por uma profunda transformação na paisagem e nos modos de viver.

Em 197 a.C. delineou-se o primeiro projeto de criação de uma administração provincial (Fabião, 1993:212).

Roma sob o domínio romano dividiu os territórios peninsulares, dividiu a Hispânia em duas províncias: Hispânia Citerior e Hispânia Ulterior (Medina, 1995:206). *Ebora* pertenceu à Hispânia Ulterior.

Os romanos iniciaram a conquista da Península Ibérica no ano 218 a.C. Augusto estabeleceu a província romana da Lusitânia com os territórios conquistados durante os séculos II e I a.C. no ocidente da Península Ibérica⁵.

Desde o início do século I a.C. houve um gradual estabelecimento de imigrantes itálicos, desenvolvendo a colonização. Assim, estes imigrantes começaram a integrar a nova classe dirigente das cidades pré-romanas ou deram origem à criação de novas

⁵ No espaço entre o rio Guadiana, a costa atlântica meridional e ocidental, e o rio Douro a norte.

ciudades. No final do século I o primeiro dos imperadores cria a nova província da Lusitânia (Salinas de Frías, 2016:62).

O estatuto jurídico da cidade é um tema muito discutido, mas segundo António Marques Faria, *Ebora Liberalitas Iulia* passou do estatuto de *oppidum Latii antiqui/ueteris Latii*, atribuído por Octaviano entre 31 e 27 a.C. à categoria de *municipium* provavelmente em 12 a.C. Existem cunhagens de *Ebora* que demonstram a comemoração do pontificado máximo de Augusto e a obtenção do estatuto municipal (Faria, 2001:356).

Como *municipium* com direito latino, Évora mantinha autonomia legislativa, judicial e administrativa (Medina, 1995:210). Assim, adquire o prestigioso estatuto de município e alcança um desenvolvimento notável.

Deduz-se que *Ebora Liberalitas Iulia* seria uma importante cidade romana, tal como afirma Panagiotis Sarantopoulos, “*Évora foi, na época romana, uma das mais importantes cidades do atual território português*” (Sarantopoulos, 2005:23).

O nome *Ebora Liberalitas Iulia* sugere a ação renovadora de Júlio César. Mas o nome *Iulia* é uma denominação augustana dos inícios do seu principado (Alarcão, 1988:67). António Marques Faria (2001) deduz que o projeto administrativo poderá ter pertencido a Júlio César, mas só foi concretizado por Octaviano Augusto, fundador do império.

Ao longo dos séculos a cidade teve povoamentos distintos que se sobrepuseram no mesmo espaço. Mas foi na época romana que existiu um desenvolvimento importante, principalmente socio-económico e monumental, iniciou-se a construção de edifícios públicos.

Em relação ao urbanismo romano, a cidade deveria organizar-se em torno de um *forum*, a partir do qual se desenvolviam dois eixos que formavam as duas principais ruas: eixo Norte/Sul – *cardium*; eixo Este/Oeste – *decumanum* (Balesteros; Mira, 1994:16).

Segundo Maria Pilar dos Reis (2014), *Ebora* talvez já enquanto *municipium* terá tido um urbanismo regular, possivelmente, ortogonal. Embora o relevo da cidade tenha sobressaltos, a cidade poderá ter esse urbanismo organizado que caracterizou outras cidades romanas.

A cidade era composta por dois eixos maiores que, cruzando-se perpendicularmente, definem as ruas; e por outras ruas, traçadas paralelamente às primeiras que geravam uma quadrícula de malhas regulares. O cruzamento do *cardo* e do *decumanus* determinavam o *forum* onde se localiza o Templo Romano.

O *cardo* tinha uma função secundária em relação ao *decumanus* (Pelletier; Delfante, 2000:232).

O eixo do *cardo maximus* coincide com o do Templo, prologando-se para Norte, pela Rua das Fontes e para Sul, pela Porta de Moura e Rua D. Augusto Eduardo Nunes (antiga Rua da Mesquita - estrada de *Pax Iulia*⁶).

O Arco de Dona Isabel corresponde a uma porta da muralha, onde passava um *cardo*, confirmado através de uma parte de calçada que se conserva e definia o eixo Norte (estrada para *Selium* - Tomar) e passava pelas Portas do atual Largo da Misericórdia e ainda pelo Pátio do Salema.

Outro *cardo* foi comprovado a Norte da Praça de Sertório e a Sul, entre a Rua da Alcárcova de Cima e a Rua de Burgos.

Uma parte do eixo do *decumanus maximus* corresponde à Rua Vasco da Gama. O *decumanus* da Rua 5 de Outubro⁷, coincide a Sul com a Rua de Raimundo que passava a Sul do *forum* e seguia para Este para a Porta do Sol, onde terminava (Sarantopoulos, 2005:29).

A cidade romana desenvolveu-se no ponto mais alto, onde surgiu o seu elemento fulcral, o *forum*, a praça pública. Era o espaço principal da cidade, possuía um importante papel social, político, económico e religioso.

No extremo Norte do *forum* localizava-se o Templo Romano, o edifício mais importante. A praça pública era pavimentada com grandes lajes de mármore e decorada por estátuas de imperadores (Nogales Basarrate; Gonçalves, 2005:34).

Os fragmentos de estátuas do *forum* correspondem a vestígios do programa de estátuas da época dos imperadores Júlio-Cláudios (Reis, 2014: 233).

As escavações dirigidas por Theodor Hauschild desde 1987 permitiram delinear as dimensões e limites do *forum*, que iria do jardim que se situa nas traseiras do Templo até à Sé, e do Palácio da Inquisição ao Palácio Cadaval.

⁶ Beja.

⁷ Antiga Rua da Selaria.

Os materiais cerâmicos recolhidos sob os níveis de *opus* na praça estão datados da época flaviana, confirmando a data de construção da praça nesta época (Sarantopoulos, 2005:24).

Nas intervenções realizadas no edifício do Museu de Évora encontraram-se elementos do *forum*: vestígios do seu último nível de pavimento, canalizações de drenagem da praça e parte do seu limite com algumas estruturas relacionadas (Simão; Brazuna, 2010:77).

Também as intervenções arqueológicas mais recentes no Museu indicam a existência de um grande edifício situado no lado menor do *forum*, interpretado como uma possível basílica (Reis, 2014: 233).

Évora era uma cidade importante, daí se ter construído no *forum* um templo de grandes e elegantes dimensões, já que “*O romano sabia construir admiravelmente*” (Pereira, 1948:298).

Durante as intervenções no Templo Romano pelo Instituto Arqueológico Alemão entre 1989 e 1995 comprovou-se a existência de um muro de um *porticus* à volta do templo, bem como a edificação de um *criptoporticus* situado por baixo do mesmo, assim como parte do *forum* pavimentado com mármore e um espelho de água com 4m de largura que rodeava o templo em três dos seus lados (Teichner, 1991-1992:53).

O templo seria dedicado ao culto imperial, e a sua cronologia assenta na análise estilística dos capitéis coríntios em mármore, trabalhados em duas peças, facto que em Roma corresponde cronologicamente a um período que se estende até finais da primeira metade do século I d.C. (Reis, 2014: 234).

O padre Manuel Fialho na sua obra “*Évora Ilustrada*” defendeu que o Templo seria dedicado à deusa Diana, atribuindo a sua fundação a Sertório. Mas esta tese, não é aceite, dado que os vestígios apontam outra origem.

Os banhos públicos de *Ebora Liberalitas Iulia* foram descobertos em 1987⁸ no subsolo do atual edifício dos Paços do Concelho. Os romanos apreciavam os banhos públicos, era nas termas que conviviam, delineavam negócios e trocavam impressões sobre a política (Encarnação, 2015:7).

⁸ As primeiras escavações arqueológicas decorreram sob direção de Virgílio Hipólito Correia e as campanhas seguintes foram dirigidas por Panagiotis Sarantopoulos.

Julga-se que a orientação do complexo balnear acompanhava a malha urbana existente, admitindo-se que o edifício devia ter os espaços quentes a SO (para aproveitamento da energia solar durante o inverno) e os espaços frios para Norte (Sarantopoulos, 2005:28).

Encontrou-se uma *natatio*⁹ e o *laconicum*¹⁰. Pode-se datar a construção entre finais do I século d.C. e inícios do II século d.C., com utilização até ao século V d.C. (Sarantopoulos, 1986-1987:123).

Da arquitetura privada de *Ebora* romana pouco sabemos. Contudo, foram identificados vestígios que revelam a existência de uma *domus* na Rua de Burgos. Durante as escavações foi recolhida uma canalização em chumbo com o selo “*Liberalitas Iulia*”, o que indica que na *domus* existiu uma fonte ou um balneário, alimentado por água canalizada e que *Ebora* possuía uma rede de distribuição pública com controlo estatal (Anexo I – Figura 9).

As sondagens arqueológicas também permitiram verificar que a base da muralha, pelo lado interior constituída em *opus incertum* é de época tardo-romana¹¹ e assenta sobre parte desta habitação romana do século I, situada entre a rua de Burgos e a Alcárcova de Cima.

Nos vestígios da *domus* conservou-se ainda parte de um *cardo*, que alinhado à face interna do que será mais tarde a muralha baixo-imperial, delimitava uma *insula* e o limite da própria *domus* dá a cota da sua utilização e uma aproximação à topografia da cidade clássica (Reis, 2014:236). Esta *domus* possui um conjunto importante de pintura mural.

Existem referências a um Arco do Triunfo romano erguido na Praça do Giraldo e demolido por ordem do Cardeal D. Henriques em 1570 (Simplício, 1997:91) (Anexo I – Figura 10).

Segundo Francisco Bilou em “*O pórtico (ao)romano da Praça Grande, em Évora. Novas achegas para um velho equívoco*” (s.d.) existe um excerto de um documento que verifica que além do Arco da Rua Ancha, existia um chafariz e um pórtico, mas que também foram derrubados.

⁹ Trata-se de uma piscina.

¹⁰ Sala circular destinada a banhos quentes e de vapor.

¹¹ Século III.

O pórtico poderia ter sido construído para receber o aqueduto da água da Prata, supõe-se que estava virado para a Praça, próximo da fachada da igreja de Santo Antão, e que quatro lees de mármore ornamentavam o chafariz, talvez distribuídos paralelamente ao pórtico, mas foram dispersos pela cidade depois de 1570. Um deles foi reutilizado no tanque do Rossio de S. Brás e acabou no acervo do Museu de vora¹² no início do século XX. Francisco Barata descreve-o: “*Grande leão de mármore, por cuja boca saiam águas da Prata no antigo pórtico romano, que o Cardeal D. Henrique (...) mandou demolir na praça desta cidade*” (Bilou, s.d.:4). Outros dois lees deitavam pelas bocas água no chafariz chamado dos Lees¹³, extramuros da cidade (Bilou, s.d.:6). O quarto leão foi encontrado no Convento de S. Bento de Cstris. As peças são datáveis do século I d.C. e pertenciam a monumentos funerários (Reis, 2014: 228).

A existência de um primitivo aqueduto romano é colocada em causa desde o tempo de André de Resende. Nas escavações em torno do templo em 1840 verificou-se que ao templo chegavam águas do aqueduto e em volta do templo apareceram grandes tanques. Assim, André de Resende defendeu a existência de um aqueduto romano, mas a sua posição foi contestada, devido à ausência de referências documentais ou de vestígios arqueológicos que comprovassem a existência do aqueduto.

Mas a canalização epigrafada da *domus* da Rua de Burgos onde esta gravada a marca municipal “*LIB(eralitas) IVL(ia)*”, como já foi referido, prova a existência de distribuição de água canalizada por parte da instituição municipal (Sarantopoulos, 2005:28). Tal como a descoberta das termas romanas (1987) recuperou alguma credibilidade.

Até que em 2007 foram encontradas quatro bases, localizadas junto ao traçado do aqueduto do século XVI e alinhadas com a orientação do atual Aqueduto. Esta evidência supôs que estes vestígios arqueológicos formavam as fundaes de uma obra hidráulica romana.

Atualmente não há dvidas que os “peges” em *opus caementicium* do Convento da Cartuxa e do Forte de Santo Antnio são o resultado de um investimento hidráulico romano. Sobre este traçado topográfico ergueu-se posteriormente o

¹² Recentemente promovido a Museu Nacional Frei Manuel do Cenáculo, em honra do seu criador.

¹³ Esses dois lees mantm-se no chafariz ainda denominado dos Lees, mas já não mantm a função de deitarem água pelas bocas.

aqueduto tércio-joanino da Água da Prata. Embora seja possível que o aqueduto antigo fosse mais elevado do que o seu congénere moderno (Bilou, 2010:42).

Em 2016 escavações arqueológicas junto às referidas bases encontradas comprovaram que seriam do primitivo aqueduto romano. Assim, *“O aqueduto de Évora não era uma construção quinhentista de raiz, mas um restauro, entendido no seu significado mais extremo de reconstrução, da preexistência romana”* (Rodrigues, 2012:261).

José d’Encarnação refere que *“Epora teria, no entanto, teatro”* (Encarnação, 1987:18). Mas a localização ainda está por determinar. Esta hipótese deve-se a descoberta de um fragmento marmóreo e epigrafado, que segundo José d’ Encarnação era exposto no teatro da cidade e que menciona a oferta feita por Filo, liberto e fabricante de bancos de teatro, ao seu patrono Castricio. Mas falta a confirmação arqueológica, que se supõe poder ser em três locais: a Sul do *forum*, a Este do *forum* ou a Sul das termas romanas (Sarantopoulos, 2005:31).

Da muralha romana não restam muitos vestígios, porque a muralha teve diversas modificações em épocas posteriores. Embora subsistam troços da cerca muralhada construída nos fins do século III d.C., denominada de *“Cerca Velha de Évora”* (Balesteros, 1996-97:67) (Anexo I – Figura 6).

O seu contorno poderá ter permanecido mais ou menos idêntico até ao século X (Basílio, 2017:18). Ou seja, as alterações feitas posteriormente ao período romano não modificaram os seus limites e a sua forma.

A cidade era um espaço delimitado e fechado, protegido por muralhas, onde se abriam as portas, definindo os acessos ao interior (Fabião, 2006:053). Assim, a muralha romana influenciou a estrutura da cidade e separava a área urbana dos espaços rurais.

Possivelmente a urbe não possuía um aparelho defensivo e teve necessidade de uma reestruturação, reduzindo o espaço urbano e levantando uma estrutura amuralhada que rodeasse os importantes edifícios públicos e o seu núcleo urbano.

A muralha romana que reduziu o perímetro da cidade, é visível na Alcárcova de Baixo, onde a fortificação se sobrepõe a uma *domus* do século I d.C. (Alarcão; Barroca, 2012: 154).

A cerca teve pequenas alterações, defendeu as civilizações romanas, goda e moura, tinha uma forma quase retangular, sendo o seu lado oriental o mais irregular,

devido à dificuldade de adaptação ao relevo. A cerca rodeava uma área de cerca 115.000 m² (Simplício, 1997:89).

O troço situado no quadrante Norte, suporte do atual Jardim Diana, incorpora no seu corpo inferior a muralha, que se supõe romana, constituída por silhares de granito aparelhados. Na muralha do Jardim Diana existiram duas torres de flanco que protegiam esta parte da muralha (Anexo I – Figura 7).

Possivelmente existiam 4 portas que rasgariam a muralha, orientadas mediante os eixos cardiais e abrindo para as principais artérias e espaços da urbe.

A Porta de D. Isabel é a única porta romana da cidade que chegou até à atualidade com o seu arco principal de volta perfeita completo, embora com reconstruções nas zonas adjacentes, seria flanqueada por duas torres adossadas pelo exterior (Anexo I – Figura 8); A Porta Nova na atual Praça de Sertório é referida em documentos do século XIV, Ângela Beirante coloca a hipótese de ter sido aberta durante o período romano e reconstruída no reinado de D. Dinis; A Porta da Selaria, na atual Rua 5 de Outubro, seria a entrada Oeste da cidade; A Porta de Moura era a entrada Sul e situa-se no eixo referido como o *cardus maximus* da Évora romana, a porta era ladeada por duas torres. Estas portas eram, normalmente, o início das ruas principais e secundárias (Hauschild, 2010:35).

Segue-se uma hipótese provável do traçado da muralha do período romano, pelas Alcárcovas de Cima e de Baixo, Salvador e Praça do Sertório, Arco de D. Isabel, muralha norte do Templo Romano, Palácio dos Bastos ou Pátio de S. Miguel, ao ângulo da rua do Colégio onde existiu a torre Mouchinha, e pela Freiria de Baixo, ao Largo da Misericórdia e pela pequena Igreja de S. Vicente onde começa a Alcárcova de Baixo (Pereira, 1948:299).

A estrutura viária a partir das quatro portas da cerca, garantia a ligação da cidade a outros centros importantes.

Ebora possuía importância estratégica como *caput viae* e centralidade face aos importantes eixos de ligação entre os estuários do Tejo e do Sado com a capital provincial em *Augusta Emerita*¹⁴ e entre as grandes cidades do Sul: *Pax Iulia* e *Mirtilis*. Assim, as vias uniam as zonas periféricas aos mais importantes centros urbanos (Bilou, 2000:143).

¹⁴ Capital da Lusitânia.

Os principais itinerários eram: *Ebora-Pax Iulia*¹⁵; *Ebora-Salacia* (por Valverde) e *Ebora-Salacia* (por Alcáçovas); *Ebora-Emerita* (por Évoramonte); *Ebora-Emerita* (por Redondo); *Ebora-Sellium*; *Ebora-Scallabis* e *Ebora-Serpa* (Bilou, 2004:18).

A maioria das vias conhecidas e detetadas dirigem-se para Évora, que constitui um ponto agregador de economia e populações (Carneiro, 2008:99).

Relativamente às necrópoles, em 1881 numa escavação a cerca de 600 metros da porta do Raimundo descobriram-se duas sepulturas romanas e um fragmento da estrada que seguia na direção de Beja (Pereira, 1948:304).

Outra área de monumentos funerários que surgem reaproveitados foi entre a capela de São Miguel (Palácio de São Miguel/Fundação Eugénio de Almeida) e o pano de muralha das traseiras do Convento dos Lóios (Reis, 2014:239).

Em 2009 descobriu-se outra necrópole junto da via que se dirigia de *Ebora* a *Augusta Emerita* (Mérida) no acompanhamento arqueológico das obras da Escola Secundária Gabriel Pereira. O espólio contém numismas e permite supor que a necrópole teve utilização entre o século I e II d.C. Há também referência a uma calçada. Este achado localiza-se nos arrabaldes da cidade porque os enterramentos até ao final do período imperial localizavam-se fora do recinto da “*cidade dos vivos*” (Fernandes, 2012:187).

Conclui-se que Évora devido à sua localização geográfica privilegiada foi uma cidade com ocupação romana e com construções importantes nesse período, restando ainda atualmente alguns desses vestígios, sendo isso uma mais valia para a cidade que a torna numa “*cidade-museu*”.

Mas pouco se sabe sobre a zona periurbana da cidade. Da área onde se situa a Quinta do Forte, local estudado neste trabalho, apenas podemos deduzir que esse local se situa na zona periurbana, a uma distância considerável da muralha tardo-romana.

De *Ebora* romana consegue-se uma leitura pouco esclarecedora. Permanecem algumas questões sobre a cidade às quais ainda não existem dados suficientes para responder, devido a existir um grande défice de informações histórico-arqueológicas.

¹⁵ A via *Ebora-Pax Iulia* foi um dos itinerários mais importantes em todo o Sul de Portugal.

5. *Yabura*¹⁶ - A cidade islâmica

A islamização na Península Ibérica começa a partir de 711 d.C. Na antiga Lusitânia a rede das cidades herdadas do mundo romano serve de base às rotas da islamização (Macías, 1999:51). Évora é um local, onde esse facto se verificou. O processo de islamização não consistiu numa continuidade civilizacional, porque houve descontinuidades, mas apoiou-se em rotas comerciais e correntes migratórias (Santos, 2015:21). Com os árabes vieram populações de todo o Norte de África.

Assim, a cultura islâmica que se fixou na Península Ibérica foi influenciada pela romana e visigótica. Embora as populações assimilassem a nova religião islâmica e o sistema socioeconómico, a língua árabe e o Islão tornaram-se predominantes no *Gharb al-Andalus*¹⁷ (Coelho, 2010:167).

Não é simples definir o que se entende por *Gharb al-Andalus*. Duas das obras de referência para os territórios ocidentais do *al-Andalus* (António Borges Coelho (1989) e Christophe Picard (2000) não incluem a palavra “*Gharb al-Andalus*”. Alguns autores abordaram a questão com terminologias de realidades geográficas ou de conceitos contemporâneos. *Gharb al-Andalus* é um termo ambíguo e os limites do território não possuíam uma marcação ou divisão visível. É difícil esclarecer a delimitação geográfica do território, porque as fronteiras políticas não eram definidas e dependiam do poder do soberano, modificando-se frequentemente. Em Portugal os seus limites são confundidos com a atual fronteira entre os dois países (Gómez Martínez, 2019:410). Mas Cláudio Torres definiu os limites do *Gharb* com base em critérios geográficos, com a distinção entre um espaço Mediterrâneo e outro Atlântico. Mas em termos territoriais, o *Gharb al-Andalus* sobrepôs-se à antiga Lusitânia e dividiu-se em cinco espaços geo-históricos (Torres, 1992:369) com capital em Beja, Évora, Faro, Lisboa e Coimbra. Assim, o espaço territorial que integra a cidade de Évora islâmica encontra-se incluído num desses espaços. Verifica-se que *Yabura* pertence à região do *Gharb al-Andalus*.

Como se pode verificar, “a islamização não revelou nenhuma rutura” (Macías, 1999:52). Sejam cidades antigas ou de fundação islâmica, possuem traços idênticos

¹⁶ Nome árabe para Évora.

¹⁷ Parte mais ocidental do *al-Andalus*.

porque as cidades organizavam-se da mesma forma e com matrizes semelhantes. Em Évora encontram-se vestígios arqueológicos do período romano reaproveitados em época islâmica. Também o núcleo islâmico se manteve próximo com o do passado romano.

Tal como no período romano, a cidade de Évora na época islâmica era um espaço onde era possível o intercâmbio de bens e serviços, com uma localização estratégica de encruzilhada de caminhos terrestres, que faziam a ligação desde os portos litorais até ao interior, como também a densidade populacional possibilitava uma rede de compra e venda, existindo um comércio dinâmico (Filipe, 2012:36). Era uma região onde o comércio era lucrativo, em objetos de exportação e importação (Coelho, 2010:53).

Ficou também uma descrição do geógrafo Edrici sobre a cidade de *Yabura* no início do século XII, onde refere: *“Esta última cidade é grande e bem povoada. Cercada de muros, possui um castelo e uma mesquita catedral. O território que a cerca é de uma fertilidade singular. Produz trigo, gado e toda a espécie de frutos e legumes. É uma região excelente onde o comércio é prospero quer em objetos de exportação quer em objetos de importação”* (Borges Coelho, 2008:53). Este excerto mostra o carácter comercial e agrícola da cidade islâmica.

No início do século XI o território eborense foi incorporado no reino aftásida de Badajoz, as importantes ligações económicas entre Badajoz e as cidades portuárias de Lisboa e Alcácer do Sal obrigavam a passagem necessariamente por Évora. Assim, devido ao seu posicionamento geoestratégico, Évora transacionava os produtos excedentes de Badajoz, que chegavam à cidade pelo antigo trajeto romano, passando por Elvas e Estremoz até chegar ao núcleo urbano eborense.

Yabura possuía contactos comerciais com outros núcleos urbanos através dos eixos viários (Anexo I – Figura 12). A via que ligava Évora à sede de *Kura* (Beja), delineada pelos romanos, exercia uma importante ligação político-económica. O comércio e o intercâmbio de produtos eram favorecidos pelo acesso ao porto de Setúbal. Outro dos principais eixos de comunicação era a via Évora-Serpa, que depois seguia para Sevilha.

Em direção a Norte a partir de Évora desenvolviam-se dois trajetos, a via Évora-Santarém e a via Évora-Tomar. Característicos do período muçulmano eram os

seguintes eixos viários: a via em direção a Moura, a Portel, a Monsaraz, a Juromenha, a Avis e ao denominado caminho “velho” de Montemor (Filipe, 2012:87). Assim, através dos eixos viários deixados pelos romanos surgiram trajetos secundários que colocavam em contacto Évora e as suas povoações dependentes.

É importante analisar, mesmo que de forma breve, os acontecimentos políticos, militares e administrativos na cidade de *Yabura* para compreender a sua evolução.

As fontes escritas para os primeiros séculos são reduzidas, o texto da obra “*al-Muqtabis V*” é a única fonte escrita com informações sobre o urbanismo da cidade antes do saque.

No período emiral (séculos VIII ao X) a cidade encontrava-se sob o domínio da cidade de *Pax Iulia* (Beja). Dependência que se conservou durante os séculos VIII e IX. A primeira referência literária aos elementos estruturais do núcleo urbano eborense é a crónica do ataque de Ordonho II. Relativamente ao saque em 913, Ordonho II desceu do reino das Astúrias-Leão, cercou Évora e quase a destruiu por completo. Um ataque bem-sucedido devido ao facto de existirem muralhas mal cuidadas. Ordonho II mandou proceder ao reconhecimento das fortificações, apercebeu-se que a muralha era baixa e que o lixo acumulado do lado de fora da Cerca era em alguns locais quase tão alto como a própria muralha, porque os habitantes costumavam atirá-lo para ali. Depois de eliminar os defensores que estavam no topo da muralha, os homens de Ordonho subiram sem impedimento os despejos e aproveitaram uma reparação recente numa brecha na muralha, por aí invadiram o interior da cidade (Correia, 2010:261).

Évora ficou abandonada no ano de 914, mas foi reconstruída em 915 e de novo repovoada (Sidarus, 1988-1993:27).

A crónica do ataque de Ordonho II é importante para compreender a estrutura defensiva na época islâmica, porque o que delinea os limites da cidade até ao século XI são as muralhas (Santos, 2015:34).

No período califal e taifa (século X e XI) a cidade de Évora assumiu grande relevância após a sua reconstrução em 914 d.C. e a partir de 929 d.C. houve um grande florescimento cultural e económico. Chegam aos territórios ocidentais do *Gharb*

técnicas, pessoas e mercadorias de todo o mundo islâmico, com destaque para a região de Córdoba.

Nos finais de 1165 Giraldo Sem Pavor, num golpe de astúcia, conquistou Évora para no ano seguinte a entregar a D. Afonso Henriques.

A cidade construiu-se em torno das estruturas romanas existentes e do centro para a periferia (Santos, 2015:124). Supõe-se que era uma cidade sem crescimento económico e urbano até ao século X, visto que o arrabalde mais antigo da cidade data deste século (Santos, 2015:122). A cidade de Évora possuía 70.000 m² de área cercada por muralhas e cerca de 2.000 habitantes (Torres, 1992:193).

Do traçado urbano muçulmano, pouco se sabe de definitivo da cidade de *Yabura*. Ainda não existem dados suficientes para interpretar sem dúvidas por onde circulariam as ruas, embora as ruas possam ter mudado de traçado ao longo do período islâmico. Mas possivelmente o núcleo islâmico manteve-se próximo com o romano, porque durante os primeiros séculos a cidade conservou as estruturas herdadas da antiguidade com poucas alterações.

A antiga Rua da Selaria (atual Rua 5 de Outubro) manteve aproximadamente a posição do decumano, mas o traçado passou a ser sinuoso e de largura variável, característicos da cidade muçulmana (Simplício, 2002-2006:102). Nas Portas de Moura o cardo foi tapado por construções, da entrada divergem duas ruelas (traçado muçulmano típico) (Ribeiro, 1986:384).

As ruas secundárias mantiveram a sua ortogonalidade romana em determinadas zonas de Évora, enquanto noutras ruas ocorreram transformações. Quase toda a cidade intramuros apresentava traçado irregular. É a antiga mouraria que melhor indica a conceção muçulmana da cidade, dominam ruas estreitas e de direção irregular, com repentinos alargamentos ou mudanças de orientação, desembocando, às vezes, em pátios ou becos sem saída (Simplício, 2002-2006:102).

Mas o espaço urbano da cidade muçulmana não se limita ao intramuros. Existia um circuito desafogado fora da muralha onde existia o cemitério e onde se criaram arrabaldes¹⁸. Como já foi referido, segundo a descrição do *al-Muqtabis*, infere-se a ausência de arrabaldes aquando do saque. Presume-se que a cidade não teve

¹⁸ O termo “arrabalde” possui proveniência árabe e refere-se ao espaço exterior à cerca/muralha, ou seja, designa a zona extramuros.

crescimento económico e urbano até ao século X. Apenas nesse século, no local onde hoje se ergue a Cerca de Santa Mónica foram encontrados vestígios que confirmam a presença de estruturas habitacionais (Santos, 2015:122).

Assim, a partir da segunda metade do século X verifica-se um crescimento urbano em Évora, como prova o arrabalde da Cerca de Santa Mónica situado na encosta da alcáçova.

As antigas estruturas defensivas romanas foram reaproveitadas na sua totalidade. Apenas houve reconstruções pontuais concretizadas sobre a muralha original, que permitia proteção. Assim, *Yabura* manteve o mesmo perímetro e traçado da muralha romana (Anexo I – Figura 11).

O recinto fortificado desenvolvia-se pelo lado setentrional a partir da Torre das Cinco Quinas, passando pelo lanço amuralhado que suporta o atual Jardim Diana, em direção à Porta de D. Isabel, nesta parte existiram duas torres de flanco. A Porta de D. Isabel possibilitava a saída para dois grandes eixos viários¹⁹.

A identificação do troço amuralhado que ligava a Porta de D. Isabel à Torre do Salvador ocorreu com a construção das caves da Estação dos Correios em 1942, colocando a descoberto os alicerces da muralha tardo-romana e o pórtico da barbacã. Invertendo o sentido para Sul, a frente poente da cintura de muralha é dispersa entre as construções atuais.

Outra secção do traçado ocidental da muralha decorreu da escavação na Rua de Burgos, determinante para a interpretação do trajeto delineado pela face externa de três torres, constituindo-se a última, a denominada torre de Sisebuto, como esquina entre a Rua Nova e a Rua da Alcáçova de Cima.

A Porta da Selaria ou de Alconchel era flanqueada pela torre pentagonal da Selaria e pela Torre do Caroucho (Filipe, 2012:67).

Surgem restos de muralhas incorporados no exterior de unidades habitacionais pela rua da Alcáçova de Baixo, desenvolvendo-se o dispositivo defensivo pelas traseiras da rua de Valdevinos. Existiu um fosso militar a proteger o sector ocidental do circuito amuralhado²⁰.

¹⁹ Évora-Santarém/Tomar e via Évora-Mérida/Badajoz.

²⁰ O fosso foi identificado numa escavação arqueológica no início da Rua da República, supõe-se que o fosso estaria em utilização no século VIII e IX, servindo como depósito de lixo. A sua travessia era efetuada por uma ponte descoberta em 1950, que se conectava com a muralha.

A muralha acompanharia o tardo da Igreja de São Vicente, passando pelo Largo da Misericórdia, onde se encontraria uma torre de ângulo, desenvolvendo-se pela fachada da Igreja da Misericórdia até chegar à torre do flanco ocidental das Portas de Moura. Na direção nascente prosseguiria, a partir da torre do flanco oriental, o lanço de muralhas pelas traseiras das casas localizada na rua Conde Serra de Tourega, como prova o troço de muralha na Pensão Policarpo.

O limite Este do recinto defensivo incluía uma série de torres, como a desaparecida torre da Mouchinha, a torre quadrangular dos Capitães da Cidade, as duas torres do Palácio dos Condes de Basto e as três torres do Convento dos Lóios (Filipe, 2012:69).

Assim, a cidade da segunda metade do século X e primeira metade do XI ocupou o mesmo perímetro da cidade tardo romana e emiral.

Abriam-se quatro portas na cintura: a de D. Isabel, que conservava restos da via militar romana; a da Praça Grande, que se rasgava na embocadura da atual Rua 5 de Outubro; a da Porta de Moura, e outra que não é possível localizar, mas possivelmente situada a Oriente e nas imediações da Porta da Traição (Espanca, 1980:14).

Existe ainda a hipótese de ter existido uma segunda linha de muralha na cidade construída em finais do século XI e início do XII.

O espaço urbano intramuros da cidade muçulmana estaria dividido em duas partes, a alcáçova ou castelo, situada a leste e correspondendo a cerca de 1/8 da área total e a medina²¹ ou cidade propriamente dita, ocupando o restante espaço (Simplício, 2002-2006:101).

A construção da alcáçova constituiu um ponto estratégico na cidade, adaptando-se às curvas do terreno. Localizada num ponto elevado sobre a planície, a urbe eborense dominava visualmente as povoações dependentes, observando as atividades que se desenvolviam à sua volta e controlando as vias terrestres. A alcáçova teria duas portas, uma que dava acesso à cidade, situada na face poente, proporcionando o acesso ao núcleo urbano e mesquita; e uma segunda porta, situada na face nascente da Pousada dos Lóios, que permitia o acesso ao exterior da medina (Santos, 2015:122).

²¹ Na medina situavam-se os mercados, banhos, espaços religiosos e onde habitava toda a população de comerciantes, artesãos, hortelãos e camponeses.

Provavelmente a alcáçova localizava-se no sítio ocupado pelo Palácio dos Condes de Basto e a mesquita situava-se possivelmente onde hoje se encontra a Sé Catedral (Santos, 2015:37). Mas é necessária comprovação arqueológica.

Túlio Espanca defende a hipótese da existência de um castelo godo-árabe do qual seriam vestígios as Torres do Convento do Salvador e de S. Paulo. Mas consideramos, tal como Ângela Beirante, não ser esta a localização. O facto do texto *Al-Muqtabas V* referir que a população se refugiou na parte oriental da cidade, junto das muralhas, pensa-se que a alcáçova e o castelo pós-Reconquista se localizavam no espaço entre as atuais Torres de Sertório, Mouchinha e Torres do Palácio dos Duques de Cadaval (Balesteros, 1996-1997:69). Porque esta zona possuía mais defesa.

A função comercial, ou seja, o *suq*²² situar-se-ia provavelmente na Rua Diogo Cão (Simplicio, 2002-2006:101). Tal como a lógica interna urbana nas cidades islâmicas o *suq* situava-se nas proximidades da mesquita.

Das termas muçulmanas, espaços de convivência e sociabilidade, apenas se sabe que os materiais emirais encontrados nas escavações arqueológicas da *natatio* das termas romanas, evidenciam a reutilização das termas ou pelo menos da *natatio*, como vazadouro de lixos domésticos²³ (Santos, 2017:279).

O espaço central aproveitado da cidade romana continuou a crescer, embora a zona do *forum* se tenha transformado em época islâmica de acordo com novos valores culturais e novas formas de viver. O *forum* foi desmontado e os elementos arquitetónicos reutilizados na construção de novos edifícios ou até na reconstrução das muralhas no século X (Filipe, 2012:70).

O templo romano no período islâmico foi adaptado a uma nova função, foi anulada a sua sacralização. Considerando a crónica *al-Muqtabis V* é provável que o templo tenha sido transformado numa estrutura defensiva e se fixassem habitações junto a este forte (Santos, 2015:123).

Além de serem encontrados vestígios de estruturas habitacionais a partir do século X onde hoje se encontra a cerca de Santa Mónica, como já foi mencionado, igualmente a zona do Templo e do Museu tiveram utilização habitacional no período islâmico. Também junto à muralha, na zona da atual Casa de Burgos e Rua Vasco da

²² Ou açougue. O mercado que satisfazia pelo menos as necessidades básicas.

²³ Talvez uma lixeira urbana durante o período islâmico.

Gama encontraram-se vestígios de habitações. E ainda no edifício do Colégio dos Meninos do Coro da Sé de Évora. Também as escavações do Pátio de São Miguel e do Palácio dos Lóios testemunham ocupação do local em época islâmica. A casa de grandes dimensões encontrada no Pátio de São Miguel sugere parte de um edifício palatino, justificando a ocupação do espaço como alcáçova (Santos, 2015:124). Assim, existiu uma continuidade da zona áulica romana.

Permanecem alguns topónimos árabes ou arabizados de ruas da cidade de Évora como testemunho da época islâmica, como Rua de Mahomud e Rua do Amauriz (Simplício, 1997:92). É interessante como estes topónimos perduraram até a atualidade, possivelmente são topónimos posteriores à conquista cristã e devem-se à presença de muçulmanos mudéjares.

Na transição do período emiral para o califal existe uma evolução da ocupação na cidade, a zona intramuros foi extravasada a partir de 929 d.C. (Santos, 2015:125).

Normalmente fora das muralhas e longe do contacto com os vivos, ficavam as necrópoles²⁴, princípio herdado do mundo romano. Situavam-se perto de uma das entradas da cidade e bordejando um dos caminhos de acesso ao núcleo urbano (Macías, 1999:54). Como o caso da necrópole encontrada junto às Portas de Moura segundo os rituais cristãos, datados do século X²⁵. Seriam enterramentos moçárabes, fora da Cerca Velha, indicando a presença de comunidades cristãs eborenses em período muçulmano.

Na Rua de Avis descobriu-se uma suposta necrópole muçulmana da cidade, integrando-a num intervalo temporal alargado, desde o século VIII ao século XII²⁶ (Filipe, 2012:73).

Dentro das muralhas, registou-se uma necrópole na zona da Praça do Giraldo e outra no espaço do *forum*²⁷, juntamente com espaços de utilização doméstica (Simão; Brazuna, 2010:79).

Os vestígios arqueológicos que perduraram da época islâmica são suficientes para justificar um olhar mais atento sobre Évora. Este período merece interesse e mais

²⁴ Os corpos eram colocados em decúbito lateral direito, a cabeça orientada a sul e face virada a Levante.

²⁵ Datação através de análise de rádio carbono.

²⁶ Como a prática religiosa de inumação islâmica não colocava nos indivíduos espólio, torna difícil a avaliação cronológica dos enterramentos e da formação desta necrópole extramuros.

²⁷ Revelada por intervenções arqueológicas no Museu de Évora (três inumações islâmicas) e junto ao templo romano (inumações islâmicas com orientação para Sul).

investigação, verifica-se que as informações existentes não permitem esclarecer as interrogações que existem acerca da localização por exemplo da mesquita, dos mercados e dos banhos. Existem especulações, mas não certas, investigações mais profundas em conjunto com intervenções arqueológicas poderiam colmatar estas questões, contribuindo para um conhecimento efetivo da antiga cidade islâmica de Évora, *Yabura*.

6. Quinta do Forte (Évora)

6.1. Enquadramento geográfico

A Quinta do Forte localiza-se no concelho e distrito de Évora, na freguesia de São Mamede, Sé, São Pedro e Santo Antão e a intervenção decorreu na rua das Alcaçarias, nos números 34, 36, 38-A, 38-B, 38-C, 38D e 38-E.

Muito perto situa-se a Travessa dos Cogominhos, Rua do Amauriz, Travessa do Padre Pina, Travessa do Mahomud, Rua de Mestre Resende e Rua de Avis. A rua das Alcaçarias situa-se próxima da atual Igreja de S. Mamede e junto à Cerca Nova, troço de muralha medieval da cidade.

O sítio está registado na DGPC²⁸ com o Código Nacional de Sítio nº 31214²⁹ e com a seguinte classificação: em área de proteção de monumento classificado, devido à proximidade com a muralha medieval.

Na Carta Militar de Portugal é identificado na folha nº 460, à escala 1:25 000 (Anexo I – Figura 3).

Possui as seguintes coordenadas: Longitude – 38°34'34.04''N; Latitude – 7°54'28.08''O.

²⁸ Direção Geral do Património Cultural.

²⁹ <https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2815813>

6.2. Enquadramento histórico

A Quinta do Forte, local tratado neste trabalho, insere-se num dos arrabaldes da cidade, o arrabalde de S. Mamede.

Évora islâmica seria uma cidade sem crescimento até ao século X, até porque nas cidades do *Gharb*, à exceção de Badajoz que foi fundada em época emiral, este facto é geral. A partir daí a cidade expandiu-se para lá dos seus muros, originando arrabaldes. O arrabalde mais antigo da cidade data assim do século X, no local onde hoje se encontra a Cerca de Santa Mónica, próximo da Quinta do Forte. Foi o único local exterior à muralha antiga de Évora onde surgiram vestígios habitacionais desse século.

Os arrabaldes eram diferenciados conforme a religião dos habitantes, como prova o arrabalde moçárabe de S. Mamede situado a Norte da urbe³⁰ (Filipe, 2012:85).

A Freguesia de S. Mamede³¹ à qual pertenceu a Quinta do Forte, deve a sua denominação à figura de um santo e mártir (Queimado, 1975:63). Segundo Afonso de Carvalho (2004), o culto de S. Mamede pode ter chegado a Évora em data anterior a 1165, daí se falar num arrabalde moçárabe. Em sua honra e numa data que se desconhece, foi construída uma igreja com o seu nome e que se situa num largo que se conhece atualmente como Largo de S. Mamede. Neste recinto, houve antigamente um convento, o Convento de Santa Mónica³² (Queimado, 1975:140).

A Quinta do Forte além de se situar na rua das Alcaçarias e na freguesia de S. Mamede, situa-se junto a Cerca Nova, que foi iniciada no reinado de D. Afonso IV e terminada no reinado de D. Afonso V. Terá sido no reinado de D. Fernando que se adossaram às muralhas 15 a 20 torreões resultando a denominação de Cerca Fernandina, tinha 11 portas, uma delas a Porta de Avis (Balesteros; Mira, 1994:20). Essa porta ficava perto da Quinta do Forte.

Assim, a Quinta do Forte situa-se no arrabalde de São Mamede que foi fechado com a construção da muralha no tempo de D. Afonso IV, com o objetivo de proteger a população que vivia no exterior do perímetro amuralhado. A partir daí, os arrabaldes

³⁰ Possivelmente existiam outros arrabaldes: a Oeste (o arrabalde judeu) e a Sul, junto à Porta de Moura (o arrabalde muçulmano), mas é apenas uma hipótese.

³¹ Hoje São Mamede, Sé, São Pedro e Santo Antão.

³² O primeiro Convento de freiras que a Ordem teve em Portugal.

foram integrados na cidade. No arrabalde de São Mamede instalou-se a Mouraria, ficando essa zona mais urbanizada embora a Quinta do Forte ainda possua algum terreno sem construções.

O principal eixo do arrabalde de S. Mamede no século XIII era a “*via de Avis*” (Beirante, 1995:73), atualmente a rua preserva o mesmo nome.

No período baixo-medieval expandiram-se os arrabaldes que se tinham constituído no período muçulmano, onde se estabeleceram as comunidades muçulmana e judaica. Mais tarde, a construção da Cerca Nova integrou os arrabaldes na cidade.

Nas cidades medievais os ofícios tendem a agrupar-se por ruas, por isso o seu nome, muitas vezes, tem a ver com a atividade principal que aí se incrementava (Simplício, 1997:99). A rua das Alcaçarias em Évora é um desses exemplos. Onde se localiza a Quinta do Forte, na rua das Alcaçarias, desenvolveram-se fábricas onde se curtiam, preparavam peles e coiros (Almeida, 1934:14). Desde 1544, as fábricas preparavam peles de qualquer espécie de mamíferos para vestuário e calçado. Existe referência que em 1981 a fabrica de curtir peles ainda se mantinha nesta rua (Monte, 1981:9).

O significado de alcaçaria foi mudando ao longo do tempo, mas em época islâmica definia um espaço para atividades comerciais e artesanais de luxo. Depois manteve as conotações comerciais.

O topónimo “*alcaçarias*” surge predominantemente no século XV, mas só no século XVI se encontram referências ao arruamento com esse topónimo (Calado, Santos e Carvalho, 2007:40), que ainda hoje permanece: rua das Alcaçarias.

Ao tentar interpretar o nome do local onde ocorreu a intervenção arqueológica, é provável que a designação “*Quinta do Forte*” esteja relacionada com o facto de aquele sítio ser local de quintas, hortas e ferragiais, ainda hoje o espaço está livre, daí a designação “*Quinta*”. Essa designação explica possivelmente o facto de durante a escavação arqueológica se encontrarem terras muito remexidas e de características de terreno agrícola.

É possível que a denominação “*Forte*” seja devido ao Baluarte de S. Bartolomeu que se encontrava relativamente perto do local analisado. O Baluarte situa-se em linha reta a cerca de 150 metros de distância da Quinta do Forte.

O Baluarte de S. Bartolomeu encontra-se diversas vezes mencionado como Baluarte, mas Túlio Espanca designa-o como “*Forte*”, daí esta ser a hipótese mais provável da proveniência da designação do local. A função do Baluarte de S. Bartolomeu era defender a Porta de Avis (Balesteros; Mira, 1994:27). Sendo composto por três pontas irregulares, aproveitando a elevação natural do terreno onde existia uma ermida dedicada a S. Bartolomeu (Espanca, 1966:17). Daí a sua designação, mas a ermida atualmente está em ruína. Foi danificado nos assédios de 1663 e reconstruído depois da publicação do “*Regimento da Fortificação da Cidade de Évora*” em 1682. Em 1755 o terramoto voltou a arruiná-lo. Em 1966 devido ao avançado estado de degradação foi restaurado nas faces exteriores, e em 1967 devido ao “*Plano de Desafrontamento da Muralha Medieval*” e da abertura de novos lanços da via pública, foi criado um troço de estrada com início na Porta de Avis, que afetou os flancos deste Baluarte, separando-o da Cerca Nova (Sousa, 2017:96). Atualmente, encontra-se em mau estado de conservação.

Através destas informações deduz-se que o nome, “*Quinta do Forte*” apenas foi concebido no século XVII, visto o Baluarte ser de datação seiscentista. Assim, a Quinta do Forte é um local pouco conhecido, mas onde existem informações suficientes para compreender a história da sua envolvência.

Do período romano nada se conhece do local, com o provável traçado da muralha tardo-romana, a Quinta do Forte situava-se no espaço exterior à muralha e a uma distância razoável. Mas encontra-se a cerca de 550m da necrópole de época romana da Escola Secundaria Gabriel Pereira. Não resta qualquer dúvida que a Quinta do Forte se situava nesta época na zona extramuros.

Embora a muralha islâmica tivesse o mesmo traçado que a muralha tardo-romana, sabe-se que os arrabaldes surgiram a partir do século X, sendo o primeiro na Cerca de Santa Mónica, perto da Quinta do Forte. É provável que no século XI devido ao crescimento económico da cidade, houvesse saturação do espaço intramuros e existiu necessidade de se desenvolverem os arrabaldes. A Quinta do Forte localiza-se exatamente nesta zona de arrabalde.

No período medieval, devido a construção da Cerca Nova que fica junto a Quinta do Forte, esta zona foi introduzida dentro da Cerca. Assim, a Quinta do Forte

fica inserida dentro da cidade e começam a existir mais informações sobre o local, sendo possível compreender a sua envolvente.

6.3. Intervenção arqueológica na Quinta do Forte (Évora)

Os trabalhos arqueológicos na Quinta do Forte começaram em Julho de 2008. Foi necessário realizar sondagens de diagnóstico porque estava previsto no local a construção de um edifício de habitação em banda com estacionamento no subsolo. Essas construções encontravam-se numa área junto ao troço de muralhas medievais da cidade. Assim, teve que existir uma avaliação do impacto que o empreendimento teria sobre o património arqueológico existente na área. Foram realizadas sondagens arqueológicas de diagnóstico para conhecer o contexto do sítio.

As sondagens arqueológicas de diagnóstico tinham como objetivo reunir elementos sobre a ocupação do local e garantir que a obra não destruía elementos arqueológicos importantes.

A intervenção foi realizada por uma equipa de arqueólogos e pessoal não técnico, sob a direção das arqueólogas Carla Magro Dias e Conceição Maia e foram desenvolvidos pela empresa *ArkeoHabilis, Arqueologia e Paisagem Lda* e acompanhados por técnicos da DRCA.

A intervenção decorreu de 21 de Julho a 19 de Dezembro de 2008 (Dias, 2009:3).

Foi intervencionada uma área total de 28 m², sete sondagens de 2x2m (Anexo I – Figura 15), num total de 56 m³ de terras removidas.

Segundo o relatório, os objetivos desta intervenção foram avaliar a dimensão, monumentalidade, interesse arqueológico e patrimonial do local; determinar a existência de estruturas e níveis arqueológicos e efetuar o seu registo; determinar a sua cronologia e obter dados que permitissem avaliar a necessidade de realização de escavação em área ou determinar eventuais condicionantes/alterações ao desenvolvimento do projeto inicial (Dias, 2009:5).

A realização de sondagens de diagnóstico ocorreu em todo o comprimento da zona a ser afetada pela escavação da cave/parque de estacionamento (Anexo I – Figura 13 e 14).

O terreno apresentava-se como uma faixa sub-retangular ao longo da Rua das Alcaçarias no Centro Histórico da cidade de Évora, numa área próxima das Muralhas e Fossos de Évora, imóveis classificados como Monumentos Nacionais, ou seja, uma área de elevada sensibilidade arqueológica.

No terreno identificaram-se restos de materiais arqueológicos à superfície, restos cerâmicos e material de construção de diversas épocas, evidenciando o potencial arqueológico do terreno utilizado como horta.

As áreas onde se iriam proceder os trabalhos arqueológicos foram previamente escolhidas e as sondagens visavam obter dados para a definição de medidas de minimização de impactes negativos da execução do projeto urbanístico (Dias, 2009:5).

A intervenção na Quinta do Forte é fundamentada nos critérios metodológicos baseados nos princípios estabelecidos por *Barker e Harris*. Cada unidade estratigráfica foi registada em suporte gráfico, foi realizado o desenho de planos e alçados ou cortes. Foi realizado o registo fotográfico das diversas fases do trabalho, das unidades estratigráficas, estruturas e depósitos identificados (Dias, 2009:6).

A escavação arqueológica utilizou um método de remoção de contextos arqueológicos por níveis naturais na sequência oposta à da sua formação, escavou-se até ao geológico ou à cota de afetação do projeto, até cerca de 2,5m de profundidade.

“As realidades escavadas foram sempre em contexto de depósitos secundários ainda que por vezes sobre estruturas arqueológicas que aparentam ter sido abandonadas e transformadas em zonas de despojos” (Dias, 2009:7).

O espólio arqueológico foi recolhido em sacos plásticos e posteriormente foi lavado, etiquetado e inventariado. Encontram-se no depósito arqueológico da Câmara Municipal de Évora.

A seleção incidu em fragmentos identificáveis como partes significativas da morfologia da peça (bordos, fundos, asas, fragmentos decorados, etc).

O inventário foi realizado com base numa ficha de inventário para denominação e descrição da peça com a atribuição de número de inventário individual ao espólio recolhido. Os números de inventário são constituídos por um código

alfanumérico com referência ao sítio EVR. (Évora) QF. (Quinta do Forte) 08. (ano de escavação) 111 (número de inventário) (Dias, 2009:7).

Sondagem 1 (Anexo I – Figura 25 e 26) – A primeira camada desta sondagem era uma unidade com terras muito remexidas e de características de terreno agrícola. Apareceram materiais de diferentes cronologias desde a época romana até à atualidade.

Do ponto de vista estratigráfico, a [U.E.6] é uma camada de terra de tonalidade castanho-amarelada, muito compacta, com raízes e onde escasseiam materiais arqueológicos. Corresponde possivelmente, a um nível de depósito de terras escavadas próximo do geológico, por isso, esta unidade apresentava características do granito.

De seguida, a [U.E.20] trata-se de uma camada de terra castanho-escura, compacta, com muitos materiais (cerâmica comum, cerâmico de construção, metais, alguns fragmentos de chumbo, vidros e cerâmica *terra sigillata*), maioritariamente de cronologia romana. Nesta unidade também foi recolhida uma moeda, com a atribuição do nº 19, referida no inventário do relatório podendo ser de cronologia romana, embora com dúvidas (Anexo I – Figura 16).

A [U.E.20] é provavelmente um nível depositado de uma zona selada de um contexto romano nas proximidades. A [U.E.45] foi interpretada como depósito pela evidência e importância de uma fina camada (cerca de 30cm) que atravessa a [U.E.20] e a [U.E.49], e apresenta materiais de cronologias diferentes, islâmico-medievais, enquanto as suas antecessoras e sucessora tinham na maioritariamente materiais romanos. Os depósitos tratam-se sempre de depósitos secundários.

A [U.E.45] corresponde a uma fina camada de terras castanho-esverdeada, compacta de grão fino onde foram recolhidos fragmentos de cerâmica de construção (telhas) e cerâmica comum, na maioria medievais e algumas islâmicas, metais e as moedas nº 24 e 25.

Após a remoção dessa unidade, registou-se a [U.E.49] composta por terra amarelada, de grão fino com poucos materiais, mas os materiais que apareceram eram de cronologia romana³³ (Anexo I – Figura 17) (Dias, 2009:8).

Sondagem 2 (Anexo I – Figura 27 e 28) – Após a remoção de uma camada superior de terras húmidas da atividade agrícola no terreno, verificou-se a [U.E.3]. Era uma camada de terras mais compactas com materiais arqueológicos (fragmentos de cerâmica, material de construção e moedas (nº 8, 9 e 19) em depósito secundário.

De seguida, a [U.E.10] era uma camada de terras castanho amarelada, de grão fino, onde apareceram moedas nº 12 e 13. Depois a [U.E.15], com terras compactas e com raros fragmentos. A [U.E.21] e [U.E.24] eram uma camada de terras solta com materiais de construção, cerâmica comum e muitos ossos. A [U.E.25] com terras castanho claras, corresponde a terras de textura arenosa, e antecede a [U.E.26] revelando o geológico.

No decurso da escavação foram detetadas três depressões no geológico preenchidas por telhas [U.E.31] (Anexo I – Figura 18), por pedras [U.E.30] onde foi detetado um fragmento de mó manual e por último um piso em tijoleira [U.E.29] que nivelava o terreno. A presença deste pavimento indica a existência de um espaço comum ou privado de uso regular que foi necessário nivelar e lajear (Dias, 2009:9).

Sondagem 3 (Anexo I – Figura 29 e 30) – Esta sondagem trata-se mais uma vez de uma sequência de depósitos secundários. Nas U.E.'s [12], [59] e [66] apareceram cerâmicas em maior quantidade. Nas duas primeiras unidades encontraram-se materiais romanos, enquanto na última, para além das habituais cerâmicas medievais e modernas apareceram cerâmicas islâmicas. Na [U.E.59] foi recolhida uma grande quantidade de metais. A fauna osteológica regista maior quantidade na [U.E.12]. Também foi nessa sondagem onde apareceram mais moedas, com um total de 8 numismas: [U.E.8] nº 11, [U.E.12] nº 14, [U.E.18] nº 16, [U.E.19] nº 18, [U.E.18] nº 17, [U.E.54] nº 31, [U.E.51] nº 29 e [U.E.59] nº 33 (Dias, 2009:9). Embora estejam

³³ Não existe referência no relatório a totalidade das unidades estratigráficas, assim, torna-se incompreensível compreender a sua deposição.

referidas no inventário do relatório, não existe qualquer descrição nem atribuição cronológica.

Em relação às estruturas encontraram uma positiva, um muro em estado de ruína construído com argamassas brancas, pedra e tijolo e uma estrutura negativa, ou seja, um silo escavado na rocha (Anexo I – Figura 19).

Na [U.E.59] encontrou-se um derrube composto por pedra de calibre médio-alto, cerâmica (inclusive fragmentos de talha), metais e fauna osteológica, predominando em maior concentração junto ao perfil sul da sondagem sobre o silo (Dias, 2009:10).

Sondagem 4 (Anexo I – Figura 31) - Esta sondagem localizava-se numa zona de laranjal e foi realizada tendo em conta a informação oral fornecida por um antigo hortelão da quinta que informou da existência de um muro naquele local.

Removida a primeira camada de terras húmidas [U.E.14], de cor castanho escura com restos cerâmicos encontraram uma moeda (nº 15). Era mais uma vez, uma terra muito revolvida devido à atividade agrícola. Depois seguiam-se terras castanhas com restos de cinzas, muito soltas que preenchiam e rodeavam a caldeira de laranjeira³⁴ [U.E.17]. Estas terras assentavam numa camada de terras mais compactas [U.E.27] de terra escura e granulosa com materiais de diferentes épocas. Assentava e perfurava a camada da [U.E.28] (possivelmente em resultado da escavação da caldeira da laranjeira). Nesta camada foram encontradas duas moedas (nº 21 e 22).

Embutida no muro estava uma talha ou o que restava dela³⁵, mas de grandes dimensões (Anexo I – figura 20). A talha (EVR.QF.08.2067) encontrava-se no centro sudoeste da sondagem [U.E.33] e o muro atravessa a sondagem de Este para Oeste no mesmo canto onde estava a talha.

Depois verificou-se a [U.E.35], com terras de cor amarela e uma camada de entulho (pedras e telhas). Tratava-se possivelmente, de um muro moderno ou contemporâneo devido às características de alvenaria de pedra e argamassa. A [U.E.36] corresponde a um derrube de telhas que cobria o piso (Dias, 2009:10).

³⁴ A caldeira foi feita nos finais dos anos 70 (informação do hortelão que acrescentou que a laranjeira plantada não cresceu devido à presença de um muro).

³⁵ Fundo e parte do bojo com decoração de cordão digitado.

Foram identificadas sobreposições de unidades estratigráficas [U.E.38], [U.E.39] e [U.E.40], camadas de terras muito ténues, sobreposição de areias com características de cor e textura diferentes que assentam no pré-geológico [U.E.41] onde apareceu a moeda nº 23, terminando no geológico.

A existência de um nível de derrube com materiais de construção, muita telha e cerâmica comum evidenciaram um contexto de ocupação Moderna naquela zona (Dias, 2009:11).

Sondagem 5 (Anexo I – Figura 32 e 33) – A [U.E.42] era uma camada de terra castanha escura, humosa, muito solta, resultado da atividade agrícola. Esta camada é semelhante às U.E.'s [0], [3], [5], [14], das sondagens 1, 2, 3, 4.

De seguida, a [U.E.44] era constituída por terras compactas, mas com algumas raízes e grandes torrões de terra (terras remexidas pela atividade agrícola). Nesta camada apareceram vários materiais, nomeadamente argamassas [U.E.44], que se prolongou por uma espessura de 50cm. Sobrepondo-se à [U.E.46], com terra castanha amarelada, compacta de grão fino, onde se encontraram duas moedas (nº 26 e 27), um pequeno dado em osso, cerâmica de construção e cerâmica comum.

Escavou-se a [U.E.48], camada de terra castanho amarelada de grão fino, semelhante à [U.E.46] mas com pequenos nódulos de rocha, carvões, pedras e material de construção (possível derrube com pedras e materiais revolvidos).

Apareceu a moeda nº 28. A presença de tantas moedas em tão pouco espaço chama à atenção, embora não se conheça a sua justificação.

Mais abaixo apareceu a [U.E.56], outro nível de derrube com materiais de construção, fragmentos cerâmicos (na maioria de época medieval/moderna, existindo apenas um fragmento de época islâmica) e terras soltas com bolsas de carvões. No canto sudeste da sondagem apareceu um muro [U.E.57] de pedra de tamanho médio com uma fiada horizontal de pedra miúda, fragmentos de cerâmica de construção e tijolo (Dias, 2009:11). O muro (Anexo I – Figura 21) assenta numa camada de terras compactas com restos de cerâmica, encontrou-se a moeda nº32 e nódulos de rocha granítica [U.E.58], poderia ser um pré-geológico onde escasseiam materiais. A cota de afetação da obra foi atingida a 2,50m de profundidade a partir do topo e a sondagem foi deixada no pré-geológico (Dias, 2009:12).

Sondagem 6 (Anexo I – Figura 34, 35 e 36) - Localizada numa zona de oficinas e estacionamento, a superfície desta unidade estava 1m mais elevada do que as primeiras 5 sondagens já descritas. A primeira camada [U.E.70] possui uma camada de terra com pó de cimento, entulhos, plásticos e outros restos indeterminados do piso da oficina, encontrou-se a moeda nº 35 e a [U.E.71] de terras castanho escuras com restos de cerâmica, terras mais soltas onde aparecem as moedas nº 36 e 37, e fragmentos de trempe. Atravessa a [U.E.71] uma canalização em cerâmica que se encontrava desativada [U.E.72]. Assentaram numa camada de terras com poucos materiais arqueológicos e com restos de saibro ou rocha granítica talvez da escavação da rocha [U.E.73]. Esta camada estéril cobria uma camada de terras mais soltas com materiais arqueológicos: cerâmicas comuns, telhas e restos de fauna [U.E.77]. Verificou-se um número considerável de telhas que cobriam a estrutura de um muro de morfologia robusta (Anexo I – Figura 22), construído em pedra de médio e grande calibre [U.E.78] com cerca de 60cm de espessura. O muro atravessava a sondagem na diagonal. As características robustas do muro e o bom estado de conservação supõem que seria um muro medieval/moderno (Anexo I – Figura 33).

Neste local podia ter existido um núcleo ocupacional entre o período medieval e moderno (Dias, 2009:13).

Sondagem 7 (Anexo I – Figura 37 e 38) - É a última sondagem na Quinta do Forte, mas esta sondagem não foi terminada, devido às fortes chuvas que afetaram o terreno e provocaram a sua cedência, nomeadamente do corte Norte (Anexo I – Figura 23).

Do ponto de vista da análise estratigráfica, todas as suas camadas são posteriores umas às outras, excetuando a [U.E.79] que é cortada na zona sudoeste pela [U.E.76].

A [U.E.67] apresentava uma camada de gravilha miúda com cerca de 10 cm de espessura, utilizada para nivelar um pátio de uma antiga oficina de mecânica. Não se recolheram materiais. A [U.E. 68] de tonalidade castanho clara forneceu alguns materiais, metais e fauna osteológica. A [U.E.69] foi a mais útil em termos materiais, foram recolhidas cerca de 200 cerâmicas segundo o relatório de escavação e muita fauna osteológica. A [U.E.75] era um depósito de pedras de calibre médio que revestia

a sondagem, onde foi encontrada uma cerâmica romana, sendo o único material recolhido nesta unidade.

Por fim, salienta-se a [U.E.76] por ser uma camada saibrosa, com escassos materiais e semelhante à [U.E.6] da sondagem 1, o que tem interesse porque são as sondagens que se aproximam mais da cerca fernandina. Além deste depósito de terra, nenhuma estrutura apareceu na sondagem. Pensa-se que esta unidade estratigráfica foi proveniente de escavações de fundações perto do troço da muralha ou da própria muralha (Anexo I – Figura 24) (Dias, 2009:14).

7. Estudo do espólio cerâmico de época romana e medieval-islâmica

7.1. A origem estratigráfica dos materiais estudados

Em relação ao relatório desta intervenção arqueológica existe falta de informação, nem todas as unidades estratigráficas são mencionadas, descritas e explícitas, o que dificulta a compreensão desta intervenção e posteriormente o estudo dos materiais arqueológicos (Anexo II – Gráfico 2 e 3).

O conjunto cerâmico analisado e estudado é composto por 153 fragmentos³⁶ do período romano e medieval-islâmico, dos quais 82% do material cerâmico corresponde ao período romano e 18% ao período medieval-islâmico (Anexo II – Gráfico 1).

Correspondem às sondagens 1, 2, 3, 5, 6 e 7. Não será estudado nenhum material cerâmico da sondagem 4, porque não foram encontrados exemplares para complementar o estudo nesta sondagem.

Da sondagem 1 e 2 será estudado material de cronologia romana e medieval-islâmica. Enquanto da sondagem 3, 5, 6 e 7 o material analisado corresponde apenas ao período medieval-islâmico.

Relativamente aos materiais cerâmicos de cronologia romana serão estudadas cerâmicas da sondagem 1, da [U.E.4], [U.E.6], [U.E.20], [U.E.34], [U.E.45] e [U.E.49] e da sondagem 2, da [U.E.31] (Anexo II – Gráfico 2).

³⁶ 126 fragmentos do período romano e 27 fragmentos do período medieval-islâmico.

A [U.E.6], [U.E.20], [U.E.31], [U.E.45] e [U.E.49] possuem descrição no relatório, enquanto as restantes, [U.E.4] e [U.E.34] não constam.

Relativamente à sondagem 1, mesmo que a [U.E.4] não possua descrição no relatório estudou-se 1 fragmento (1%) de cerâmica comum dessa unidade estratigráfica (EVR.QF.08.244).

O relatório indica que na [U.E.6] escassearam materiais arqueológicos, seria possivelmente um nível de depósitos de terras escavadas próximo do geológico. Mas desta unidade estratigráfica serão estudados no total 8 fragmentos, 7 de cerâmica comum (5%) (EVR.QF.08.294; EVR.QF.08.323; EVR.QF.08.293; EVR.QF.08.323(1); EVR.QF.08.320; EVR.QF.08.325 e EVR.QF.08.359) e 1 fragmento de ânfora³⁷ (1%) (EVR.QF.08.351).

A [U.E.20] trata-se provavelmente de um nível ali depositado, de um contexto romano das proximidades. Foram estudados no total 21 fragmentos cerâmicos, dos quais serão analisados 13 fragmentos de cerâmica comum (7%) (EVR.QF.08.403; EVR.QF.08.393; EVR.QF.08.432; EVR.QF.08.436; EVR.QF.08.423; EVR.QF.08.867; EVR.QF.08.864; EVR.QF.08.426; EVR.QF.08.413; EVR.QF.08.819; EVR.QF.08.385; EVR.QF.08.429 e EVR.QF.08.826), 5 fragmentos de terra *sigillata* (4%) (EVR.QF.08.861; EVR.QF.08.863; EVR.QF.08.377; EVR.QF.08.376 e EVR.QF.08.862) e 3 fragmentos de paredes finas (2%) (EVR.QF.08.865; EVR.QF.08.998 e EVR.QF.08.998(1)).

Embora não exista no relatório referência à [U.E.34], a maior quantidade de materiais cerâmicos estudados de cronologia romana surgiu desta unidade estratigráfica. Sendo estudados no total 73 fragmentos³⁸ do período romano, 69 fragmentos de cerâmica comum (60%) e 4 fragmentos de ânforas (4%).

Tal como a [U.E.20], também a [U.E.45] é interpretada como depósito e é representada por 1 único fragmento de *terra sigillata* (1%) (EVR.QF.08.1021).

Sem exceção, a [U.E.49] embora apresente materiais trata-se de um depósito secundário, possuía no total 21 fragmentos, sendo maioritariamente fragmentos de *terra sigillata* (17 fragmentos³⁹, embora a maioria sejam bojos, os quais não são

³⁷ Embora seja um bojo.

³⁸ Consultar a base de dados, devido ao elevado número de fragmentos cerâmicos o número de inventário não será descrito (em anexo).

³⁹ Consultar a base de dados (em anexo).

passíveis de estudo) (11%) e cerâmica comum (4 fragmentos) (3%) (EVR.QF.08.984; (EVR.QF.08.988); (EVR.QF.08.961) e (EVR.QF.08.976).

Relativamente à sondagem 2, a [U.E.31] é referida no relatório que foram detetadas 3 depressões no geológico preenchidas por telhas, o que pouco define esta unidade estratigráfica, embora tenha sido estudado 1 fragmento de *terra sigillata* (1%) (EVR.QF.08.1492).

Os materiais cerâmicos de cronologia medieval-islâmica estudados serão provenientes da sondagem 1, 2, 3, 5, 6 e 7 (Anexo II – Gráfico 3).

Da sondagem 1 os materiais de período medieval-islâmico analisados são provenientes da [U.E.45]. Realça-se que é descrito no relatório que foram recolhidos fragmentos de cerâmica comum, na maioria medievais e alguns islâmicos. Mas de onde foi somente possível estudar 1 fragmento com vidrado monocromático (4%) (EVR.QF.08.894).

Na sondagem 2, serão estudados materiais cerâmicos unicamente da [U.E.31], não existindo no relatório qualquer referência de cerâmica nesta unidade estratigráfica, apenas referência a três depressões no geológico preenchidas por telhas, a qual corresponde esta unidade estratigráfica: [U.E.31], que forneceu apenas 1 fragmento (4%) passível de estudo de cronologia islâmica, com decoração a verde e manganês (EVR.QF.08.1493).

Na sondagem 3, que segundo o relatório, trata-se de uma sequência de depósitos secundários, foram estudados materiais cerâmicos do período medieval-islâmico da [U.E.59], [U.E.62] e [U.E.66]. Existindo apenas referência no relatório à [U.E.59] e [U.E.66].

Na [U.E.59] segundo o relatório, encontraram materiais cerâmicos, nomeadamente materiais romanos, mas nenhum será estudado porque são fragmentos de materiais de construção e bojos, os quais não são alvo de estudo. Desta unidade confirma-se cerâmica do período medieval-islâmico, embora seja apenas 1 fragmento cerâmico com vidrado monocromático (4%) (EVR.QF.08.1871).

Da [U.E.62] como já foi referido não existe registo no relatório, mas serão estudados 2 fragmentos cerâmicos com vidrado monocromático (7%) (EVR.QF.08.1855 e EVR.QF.08.1862).

Na [U.E.66] é descrito que foram encontradas algumas cerâmicas islâmicas. Foram extraídas desta unidade estratigrafia a maior parte das cerâmicas medievais-islâmicas estudadas, 13 fragmentos (6 fragmentos com vidrado monocromático (21%): EVR.QF.08.1969, EVR.QF.08.1968, EVR.QF.08.1961, EVR.QF.08.1941, EVR.QF.08.1970, EVR.QF.08.1967; 1 fragmento com decoração a verde e manganês (4%): EVR.QF.08.1963; 1 fragmento decorado a melado e manganês (1%): EVR.QF.08.1964; 3 fragmentos decorados a corda seca total (11%): EVR.QF.08.1966, EVR.QF.08.1965, EVR.QF.08.1962; e 2 fragmentos de cerâmica comum (7%): EVR.QF.08.2301, EVR.QF.08.2304.

Na sondagem 5 todas as unidades estratigráficas de materiais cerâmicos medieval-islâmicos estudados estão descritas no relatório, a [U.E.46], [U.E.48], [U.E.56] e [U.E.58], embora mal definidas.

Na [U.E.46] apenas será estudado 1 fragmento com vidrado monocromático (4%) (EVR.QF.08.2249). A [U.E.48] seria possivelmente um derrube com pedras e materiais revolvidos, de onde foram estudados 2 fragmentos (7%) com decoração a corda seca total (EVR.QF.08.2309 e EVR.QF.08.2310). A [U.E.56] é outro nível de derrube com fragmentos cerâmicos, foi estudado 1 fragmento (4%) com vidrado monocromático (EVR.QF.08.2352). E por fim, a [U.E.58] é uma camada de terras compactas com restos de cerâmica e nódulos de rocha granítica, o que parece ser um pré-geológico onde rareiam matérias, mas de onde será estudado 1 fragmento (4%) com decoração a melado e manganês (EVR.QF.08.2402).

Na sondagem 6 serão estudados materiais cerâmicos da [U.E.71] e [U.E.73]. Da [U.E.71] serão estudados materiais cerâmicos medieval-islâmicos, uma unidade estratigráfica apenas referida com restos de cerâmica. Sendo apenas 1 fragmento com vidrado monocromático (4%) estudado desta unidade estratigráfica (EVR.QF.08.2455).

A [U.E.73] é uma unidade que assenta numa camada de terras com poucos materiais arqueológicos segundo o relatório, mas serão estudados 2 fragmentos (7%) do período medieval-islâmico desta unidade com vidrado monocromático (EVR.QF.08.2580 e EVR.QF.08.2585).

Na última sondagem, a número 7, que não foi terminada devido à chuva que afetou o terreno, apenas foram estudados materiais cerâmicos medieval-islâmicos da [U.E.69], mencionada no relatório como a mais expressiva em termos de materiais,

foram recolhidas cerca de 200 cerâmicas, embora a cerâmica medieval-islâmica possível de estudar seja apenas composta por 1 fragmento (4%) de cerâmica comum (EVR.QF.08.2800).

Desde as primeiras camadas encontraram-se materiais cerâmicos islâmicos e medievais misturados com restos contemporâneos nas sondagens. As cerâmicas romanas foram provavelmente provenientes de escavações noutros locais que foram para ali transportadas, porque não se encontrou nenhuma estrutura de cronologia romana. Trata-se sempre de depósitos secundários e de camadas remexidas pelos trabalhos agrícolas.

No geral o número de cerâmicas de cronologia romana e medieval-islâmica é reduzido. Provavelmente por este local, Quinta do Forte, ser um sítio considerado como depósito.

Em relação à cerâmica de cronologia romana nota-se que a sondagem com mais fragmentos possíveis de estudo é a sondagem 1 [U.E.34], uma das unidades estratigráficas que não possuem qualquer referência no relatório, o que dificulta a análise. As restantes sondagens têm um reduzido número de fragmentos passíveis de investigação.

Relativamente à cerâmica do período medieval-islâmico, o número total de fragmentos estudados ainda é mais reduzido que a cerâmica romana. O maior número de fragmentos estudados é proveniente da sondagem 3 [U.E.66]. A qual é mencionada no relatório, mas que não possui nenhuma descrição precisa, apenas é referido que se encontraram nesta unidade estratigráfica cerâmicas islâmicas, não existindo outra informação. O que mais uma vez se torna numa dificuldade para este estudo.

Mas as cerâmicas recolhidas de cronologia romana e medieval-islâmica, mesmo fora de contexto fechado evidenciam a ocupação da cidade de Évora nestes períodos, embora sejam oriundos de depósitos secundários.

Todo o material foi dado como descontextualizado. Assim, o material cerâmico será analisado por si próprio, pelas suas características intrínsecas.

O estudo viu-se dificultado pela ausência de participação direta na campanha arqueológica. Foi através do relatório que foi possível retirar algumas informações, mas nem sempre foi fácil. Assim, o relatório da intervenção arqueológica foi analisado

e teve-se em consideração mas o foco deste trabalho teve como base a informação que o estudo dos materiais cerâmicos arqueológicos pode proporcionar.

7.2. Metodologia

A interpretação do sítio arqueológico denominado Quinta do Forte passa sobretudo pela análise do espólio do período romano e medieval-islâmico resultante da escavação arqueológica, este estudo inclui apenas fragmentos cerâmicos como testemunhos do quotidiano das populações⁴⁰.

Este capítulo pretende definir os critérios metodológicos utilizados na caracterização e na interpretação do conjunto cerâmico.

De forma geral, o trabalho teórico consistiu na leitura do relatório de escavação, pesquisa bibliográfica, recolha de informações, análise e interpretação das mesmas.

O trabalho prático, ou seja, o trabalho de gabinete, abrangeu a análise do espólio arqueológico, que é o foco deste estudo.

As metodologias de trabalho diferem em algumas etapas do estudo, devido ao facto de abordar períodos cronológicos diferentes onde as metodologias aplicadas não são as mesmas, mas todas serão descritas neste capítulo.

Ao consultar o relatório de escavação verificou-se que o espólio arqueológico resultante da intervenção arqueológica em 2008 é proveniente de depósitos secundários, o que dificulta a sua associação a estratos arqueológicos e também à identificação de um momento de deposição datável. Os níveis de cronologia romana e medieval-islâmica foram muito afetados por ocupação posterior.

Em relação ao relatório de escavação, o mesmo possui algumas problemáticas, não possui descrição de todas as unidades estratigráficas, o que torna difícil perceber a sua distribuição no local e as sucessivas camadas estratigráficas. Mesmo que o sítio seja um contexto com depósitos secundários, as unidades estratigráficas poderiam fornecer informações para compreender os materiais que se encontraram e o local.

⁴⁰ Não inclui materiais de construção.

Todo o espólio arqueológico encontrava-se armazenado no depósito da Câmara Municipal de Évora. Os fragmentos estavam bem condicionados, lavados, marcados e inventariados, o que foi uma mais valia neste trabalho.

O material encontrava-se na totalidade marcado, com a seguinte designação: EVR.QF.08.Nº de inventário. EVR, indica a localidade da escavação (Évora); QF, a designação do local (Quinta do Forte); 08, o ano da escavação (2008); e por fim o nº de inventário, que começa no número 01 e termina em 3017.

Encontraram-se algumas marcações nos materiais cerâmicos que não são perceptíveis, aos quais foi dada a sigla: EVR.QF.08.Nº ilegível, seguido de um número, começando no número 1, de forma a serem identificáveis. Como exemplo: EVR.QF.08.Nº ilegível (1).

Verificou-se que dois fragmentos de bordos de cerâmica comum romana estavam marcados com o mesmo número de inventário (EVR.QF.08.323), onde foi atribuído a um a seguinte designação: EVR.QF.08.Nº 323 (1), de forma a diferenciar.

Procedeu-se a uma triagem dos fragmentos que se encontravam armazenados em sacos dentro de contentores, ambos devidamente identificados. Foram separadas as cerâmicas dos períodos cronológicos que iriam ser estudados da cerâmica de outra cronologia. O critério de seleção foi escolher fragmentos do período romano e medieval-islâmico possíveis de desenhar e classificar, como bordos, fundos, asas e os que apresentavam decorações/grafitos.

O material estudado já possuía um inventário geral realizado pela Câmara Municipal de Évora de todos os fragmentos, como também o relatório de escavação tinha em anexo um breve inventário. Mas houve necessidade de elaborar um novo inventário dos fragmentos cerâmicos do período romano e medieval-islâmico selecionados para estudo, para se conseguir reunir o maior número de pormenores morfológicos e organizar as informações.

A base de dados foi realizada no programa *FileMaker Pro*, sendo composta na totalidade por 153 fichas, cada ficha corresponde a um fragmento. Do período romano estão registadas 126 fichas, enquanto do período medieval-islâmico existem um número mais reduzido, 27 fichas.

Este inventário inclui fragmentos dos quais não foi possível determinar o diâmetro, de desenhar e classificar e que por isso não foram possíveis estudar, mas

que será útil ficarem registados no inventário. Registaram-se no total 14 fichas de inventário desses casos.

Os fragmentos classificados como indeterminados, referem-se a fragmentos que pelo seu estado de fragmentação e desgaste não permitiram a sua classificação formal e por vezes nem o reconhecimento do seu diâmetro original.

Existem diferenças nas fichas de inventário do material romano e nas de material medieval-islâmico, porque a cada época são atribuídos campos de preenchimento e análise diferentes devido às diferentes características tecnológicas das cerâmicas de um e outro período.

Como também existem campos distintos dentro das fichas de material cerâmico romano, porque a cada grupo cerâmico correspondente uma determinada ficha de inventário. Os campos das fichas moldaram-se às metodologias usadas, às características morfológicas e funcionais de cada grupo cerâmico. Assim, foi criada um tipo de ficha para cada grupo cerâmico.

No caso das fichas de inventário de material medieval-islâmico, todas as fichas possuem os mesmos campos.

Na totalidade as fichas de inventário estão organizadas por grupo cerâmico. Os campos do inventário geral tratam tópicos como: nº de inventário; período cronológico; grupo cerâmico; nº de contentor; nº de saco; sondagem; U.E.; fragmento (descrição de cada fragmento, se é bordo, bojo, fundo ou asa); tipo de objeto (tijela, prato, taça, alguidar, lucerna, etc.); morfologia (descrição do fragmento segundo a sua forma); dimensões (fornecidas em cm, procedeu-se sempre que possível à medida obtida pelo bordo, fundo, altura e espessura das paredes); técnicas de fabrico⁴¹ (manual, torneado rápido; torneado lento; misto ou indeterminado); cozedura (oxidante⁴², redutor⁴³, oxidante/redutor); classificação das pastas⁴⁴ (cor⁴⁵, elementos não plásticos⁴⁶); decoração (descrição da técnica decorativa interior/exterior e a

⁴¹ Identificado segundo a irregularidade das marcas do torno nas paredes.

⁴² Pasta com tons avermelhados.

⁴³ A baixa temperatura e com pouco oxigénio, pasta com tonalidade escura.

⁴⁴ Análise feita macroscopicamente através de uma lupa.

⁴⁵ Identificada a coloração das pastas para fragmentos cerâmicos romanos utilizando a tabela *Munseel*. Enquanto para fragmentos islâmicos apenas foi descrita a cor, sem utilização da tabela.

⁴⁶ Os elementos não plásticos são descritos segundo a sua identificação mineralógica (por exemplo: micas, feldspatos, quartzos, entre outros). Descreveu-se o seu tamanho, densidade (quantidade) e textura (classificada com base nas dimensões do grão que constituem as pastas).

respetiva cor); cronologia, se possível; paralelos; desenho; fotografia da peça; entre outros campos específicos de cada grupo cerâmico.

Embora em número reduzido e apenas em material do período romano, foi possível fazer colagem, ou seja, ver quais os fragmentos que poderiam pertencer à mesma peça, fornecendo perfis mais completos e desenháveis. Foi executável em apenas em 1 peça (EVR.QF.08.509+504). Não existindo nenhum fragmento que permitisse um perfil completo e totalmente desenhável, o que está relacionado com o contexto secundário destes materiais.

Depois de realizados os passos anteriores, foram desenhados manualmente todos os fragmentos com perfil desenhável. Na fase seguinte procedeu-se à fotografia. Os fragmentos foram fotografados com uma escala que varia entre os 5 e os 10 cm. Posteriormente os desenhos foram passados para forma digital através do programa *Adobe Illustrator*.

Para o conjunto de cerâmica romana os desenhos foram feitos à seguinte escala, para o conjunto de cerâmica comum e ânforas foi utilizada uma escala de 33,3% e para a cerâmica fina de importação foi determinada uma escala de 75%.

Na fase subsequente, as peças foram separadas por: cerâmica comum local/regional, cerâmica fina de importação e cerâmica de armazenamento.

Relativamente à cerâmica fina de importação subdividiram-se 2 grupos cerâmicos: *terra sigillata* e paredes finas. E a cerâmica de armazenamento subdividiu-se no grupo cerâmico referente às ânforas.

Dentro de cada grupo cerâmico procedeu-se à análise, determinaram-se proveniências e tipologias dependentemente de cada grupo analisado. Aspectos que são referidos detalhadamente nos capítulos do respetivo conjunto cerâmico.

Mas, nem todos os fragmentos obtiveram classificação relativamente à tipologia, devido ao seu estado de fragmentação, sendo designados como “indeterminados”.

O material do período romano foi analisado e descrito na totalidade atribuindo cronologias através de paralelos, porque são materiais descontextualizados (de

Atribuiu-se aos elementos não plásticos com dimensões < a 0,5 mm, de grão finíssimo a fino formam pastas muito homogéneas e compactas; de grão médio apresentam-se os elementos não plásticos medindo entre os 0,5 mm e os 1,0 mm, constituindo pastas homogéneas e compactas; e de grão grosseiro, os elementos não plásticos com tamanhos > aos anteriores, atingindo os 10,0 mm, sendo pastas pouco homogéneas e compactas.

contextos de revolvimento) e torna-se difícil associar os fragmentos aos estratos arqueológicos e atribuir esses materiais a um momento específico de deposição e atribuir cronologias exatas.

Assim, existem paralelos que ajudaram a definir cronologias para a Quinta do Forte relativamente à cerâmica fina de importação: Chãos Salgados (Miróbriga) (Quaresma, 2003;2009;2012); Alcáçova de Santarém (Viegas, 2003); Rua Infante D. Henrique nº 58-60 (Martins, 2019); Oficina de salga 1 de Tróia (Pinto; Magalhães; Brum, 2010); Vidigal (Aljezur); Paço dos Lobos da Gama (Évora) (Basílio, 2017); Necrópole da Rouca (Alandroal, Évora) (Rolo, 2010); Banco de Portugal (Lisboa) (A. Santos, 2015).

Também para a cerâmica de armazenamento foram aplicados paralelos: Casa dos Mosaicos (*Caetobriga*/Setúbal) (Silva, 2018); Tróia (Setúbal) (Pinto; Magalhães; Brum, 2010); *Villa Romana* de Freiria (Cascais) (Cardoso, 2018); Peniche (Cardoso; Severino; Sepúlveda, 2006); Monte da Cegonha (Selmes, Vidigueira) (Pinto; Lopes, 2006); Tourega (Nossa Senhora da Tourega, Évora) (Pinto; Lopes, 2006); Ilha da Berlenga (Bugalhão; Lourenço, 2006).

Como igualmente para a cerâmica comum através de paralelos com: Necrópole de Valdoca (Aljustrel) (Alarcão; Alarcão, 1966); *Ammaia* (Marvão) (Neves, 1972) (Dias, 2014); Cidade das Rosas (Serpa) (Caeiro, 1978); Necrópole de Santo André (Montargil) (Viegas; Nolen; Dias, 1981); Necrópoles do Alto Alentejo (Santo André e Elvas) (Nolen, 1985); São Cucufate (Beja) (Pinto, 2003); Monte Molião (Lagos) (Arruda; Viegas; Bargão, 2009); Necrópole de Rouca (Alandroal, Évora) (Rolo, 2010); Castelo da Lousa (Mourão) (Pinto; Schmitt, 2010); Quinta do Rouxinol (Seixal) (Santos, 2011); Paço dos Lobos da Gama (Évora) (Basílio, 2017).

Dependentemente do grupo cerâmico foram definidos grupos de fabrico através da análise macroscópica, ou seja, de elementos caracterizadores das pastas (como o engobe e elementos não plásticos), sendo criados grupos e subgrupos sempre que houvessem elementos diferenciadores.

Para a *terra sigillata* itálica foi adotado o modelo *Conspectus*, para a *terra sigillata* sudgálica e hispânica usou-se a classificação de Dragendorff e para a *terra sigillata* africana a classificação de Hayes.

Para a análise das paredes finas utilizou-se a tipologia elaborada para “*Lattara*” por Michel Py (1993), porque esta tabela é uma simplificação da tipologia de Mayet.

E para as ânforas foi usada a tipologia de Dressel que define critérios de classificação das formas.

Embora os critérios de quantificação sejam fundamentais para interpretar dados, apenas foi realizada quantificação à cerâmica comum. Porque os outros grupos cerâmicos não possuem quantidade suficiente para essa análise.

Assim, procedeu-se à estimativa equivalente da peça (EEP) para a cerâmica comum da Quinta do Forte, porque existe quantidade razoável. O que permite obter uma quantidade mais realista do número de peças de cerâmica comum presente no conjunto analisado.

Os fragmentos de cerâmica comum foram agrupados conforme a sua designação e grupo de fabrico, procedeu-se às medições do diâmetro conservado e do diâmetro da boca e foi realizado o seguinte cálculo: (Diâm.conservado:Diâm.bocax100). De seguida, foi elaborada uma tabela e foram criados escalões percentuais onde foram agrupados os fragmentos segundo as dimensões obtidas no cálculo anterior (usando apenas os classificáveis de onde foi possível extrair o diâmetro).

Os bordos são agrupados nos seguintes escalões segundo a sua dimensão: +50% = 1 (contabilizado como 1 unidade); 50% a 25% = 0,5; 25% a 10% = 0,25; 10% a 5% = 0,1 e – de 5% = 0,01.

É atribuído um destes valores a cada fragmento de bordo e efetua-se a soma chegando ao número total de peças. Os dados foram contabilizados no *Microsoft Excel*.

Menciona-se ainda, que o tamanho reduzido dos fragmentos e o mau estado de conservação de muitos dos engobes e da sua cor dificultaram a análise dos fabricos, principalmente na análise da *terra sigillata*.

Por último, depois da análise foram executadas estampas do conjunto cerâmico estudado, sendo organizado por grupo cerâmico.

Relativamente ao conjunto de cerâmica medieval-islâmica os desenhos foram feitos à sua escala real, com a identificação da mesma.

A elaboração das estampas foi feita depois do conjunto cerâmico estar analisado e desenhado na totalidade, os desenhos foram colocados por grupo cerâmico. Como exemplo, no grupo cerâmico de corda seca total, existe a identificação da forma funcional, loiça de mesa e estão incluídas todas as tigelas na mesma estampa, sendo atribuído um número a cada estampa para ser mais fácil de identificar.

Em relação às fichas de inventário, foram realizadas com base na metodologia sugerida pelo grupo CIGA (Projeto de sistematização para a Cerâmica Islâmica do *Garb al-Andalus*). Para identificar as tipologias foi adotada a terminologia proposta por Susana Gómez Martínez (2014).

As fichas de inventário da totalidade dos materiais medieval-islâmico possuem os mesmos campos.

Do período medieval-islâmico foram escolhidos fragmentos que revelem características que os diferenciam dos restantes, não incluindo no estudo fragmentos que podem causar dúvidas no que se refere à cronologia.

A nomenclatura da forma funcional inclui cinco formas: loiça de mesa, loiça de cozinha, armazenamento e transporte, objetos de iluminação e objetos de uso lúdico e ritual.

A loiça de mesa integra as tigelas, jarrinha, jarra e jarrinho/púcaro. A loiça de cozinha inclui a panela. A forma funcional de armazenamento e transporte contém o pote. Os objetos de iluminação incorporam candil e candeia. E por último, os objetos de uso lúdico e ritual, abrange a pedra de jogo.

A descrição aprofundada sobre os usos funcionais e características morfológicas demonstradas pelos materiais arqueológicos será efetuada no capítulo da análise destes materiais e não neste, para melhor contextualização e leitura da cultura material.

Importa referir a dificuldade na análise morfológica de objetos que possuem uma ou duas asas, devido ao elevado grau de fragmentação das peças, onde não é possível confirmar quantas asas possuíram, nesses casos a análise foi realizada através da lógica de funcionamento da peça e de paralelos existentes. Referindo uma hipótese a aceitar, que não é possível confirmar.

Em termos morfológicos realizamos a descrição das peças segundo a forma do bordo, lábio, corpo, base, pé ou fundo, sempre que existente.

O material medieval-islâmico estudado é no total composto por 27 fragmentos, pertencendo aos seguintes grupos cerâmicos: vidro monocromático, verde e manganês, melado e manganês, corda seca total e cerâmica comum.

Tal como na cerâmica do período romano, no caso da cerâmica medieval-islâmica devido a descontextualização do material a atribuição de cronologias foi através da aplicação de paralelos de outros locais.

Para o grupo cerâmico dos vidrados monocromáticos e cerâmica comum os paralelos foram com base em semelhanças a nível morfológico, enquanto na cerâmica com decoração a verde e manganês, melado e manganês e corda seca total as similitudes foram através do tipo decorativo, porque são bojos de pequenas dimensões que não permitem compreender a sua morfologia através do fragmento.

Os sítios onde é possível fazer comparações com este local são: Mértola (Torres, 1987), (Gómez Martínez, 2004, 2014, 2015), (Serrano, 2011), (Gonçalves *et al.*, 2013), (Fernandes, 2015); Quarteira (Gonçalves, 2013); Loulé (Catarino, 1999-2000), (Luzia, 2003); Alcoutim (Catarino, 1997-98); Lisboa (Bugalhão; Gomes; Sousa, 2007), (Serrano, 2011); Chaves (Serrano, 2011); Évora (Santos, 2015); Córdoba (Salinas Pleguezuelo, 2012) e Maiorca (Rosselló Bordoy, 1978).

Devido à pequena quantidade de material cerâmico estudado e ao seu estado de fragmentação e descontextualização não foi realizado qualquer método de quantificação.

Os dados foram analisados estatisticamente através de gráficos realizados no *Microsoft Excel* para permitir uma análise mais completa.

7.3. Análise do espólio cerâmico de época romana

7.3.1. Cerâmica fina de Importação

7.3.1.1. Terra sigillata

“O termo *terra sigillata* é utilizado na atualidade para designar um conjunto, ceramologicamente variado, de produções oleiras fabricadas numa área alargada do mundo antigo entre o século II a.C. e a época alto-medieval” (Silva, 2005:59).

O termo “*terra sigillata*” foi utilizado pela primeira vez em 1779 por Francesco Rossi, para se referir a uma cerâmica que apresentava marcas epigráficas. Mas não obteve impacto.

Contudo, “*terra sigillata*” só passou a constar do vocabulário científico em 1895 devido a Hans Dragendorff. O termo está relacionado com festas religiosas a que se dava o nome de “*sigillaria*”.

Assim, deve-se a Hans Dragendorff a “criação” moderna do termo. Elaborou uma tipologia que presentemente ainda é a base para a classificação da *terra sigillata*.

Atualmente, *terra sigillata* refere-se a um conjunto cerâmico variado e com características muito próprias e que foi intensamente produzido numa vasta área do mundo antigo e refere-se não apenas aos vasos decorados, mas também aos vasos lisos, apesar de não ter decoração em punção (Silva, 2005:59).

Logo, o emprego de “*terra sigillata*” ganhou a preferência dos investigadores e ampliou o seu conteúdo.

Mas a sua conceptualização passa também pelos processos de fabrico, que lhe confere características específicas, que permitem a sua identificação.

Portanto, o processo de fabrico caracteriza-se pela cozedura a altas temperaturas, conferindo uma maior dureza a esta cerâmica.

Marinus Polak define *terra sigillata* como uma cerâmica fina caracterizada pela sua coloração vermelha intensa e brilho sinterizado (Polak, 2000:15).

O revestimento passa também pela fase de análise, muitas vezes designado por engobe ou verniz, o revestimento da *terra sigillata* é “*uma solução argilosa e não*

oleosa que durante a cozedura passa por um processo de sinterização conferindo-lhe o brilho tão vítreo” (Ribeiro, 2010:17). Ou seja, um brilho característico, que em algumas produções distingue-se da tonalidade da pasta.

Neste trabalho designamos este “revestimento” de engobe⁴⁷, sendo “*uma fina camada de argila que consolida e adquire o seu brilho no referido processo de cozedura*” (Ribeiro, 2010:17). Embora na bibliografia internacional seja comum empregar o termo “*glanztonfilm*”.

Na *terra sigillata* as “*marcas de oleiro*” encerram informação qualificada em termos de definição cronológica e da origem. As marcas de oleiro são de “*grande utilidade para definição das cronologias dos seus contextos específicos de proveniência e/ou das dinâmicas dos sítios onde foram recolhidas*” (Silva, 2005:1).

Este grupo teve difusão, porque houve produções tanto a Oriente como a Ocidente, a Norte e a Sul no império romano (Ribeiro, 2010:18).

Relativamente a estudos sobre *terra sigillata* em território português mencionam-se alguns exemplos, como o primeiro trabalho específico sobre *terra sigillata* e marcas de oleiro de Rui Serpa Pinto (1929); Mário Cardoso (1948) deu a conhecer exemplares em *terra sigillata* de sucessivas campanhas de escavação em Briteiros; o estudo de Nunes Ribeiro (1958/59) sobre a coleção de impressões em *terra sigillata* de Represas; Manuel Farinha dos Santos (1958) elaborou a sua dissertação de licenciatura sobre a *terra sigillata* em Portugal; Adília Alarcão (1958) tratou as produções hispânicas depositadas em museus no Norte do país. Ao longo das décadas de 1960 e 1970 publicou o estudo de conjuntos provenientes de escavações ou integrados em coleções de museus e, em 1970 apresentou a primeira síntese sobre a *terra sigillata* itálica em Portugal.

O volume IV das “*Fouilles de Conimbriga*” contém os estudos das produções itálicas e sudgálica por A. Alarcão (1975), das produções hispânicas por Françoise Mayet (1975) e das produções clara africana por Manuela Delgado (1975).

Seomara Ferreira (1969) elaborou uma dissertação com a primeira síntese sobre marcas de oleiros em Portugal.

⁴⁷ Também se podia citar através de “verniz”, mas não é tão correto porque a composição do revestimento não possui uma substância oleosa.

De trabalhos mais recentes destaca-se José Carlos Quaresma (2003) sobre Chãos Salgados (Miróbriga); Catarina Viegas sobre a Alcáçova de Santarém (2003) e a sua tese de doutoramento (2009) sobre a ocupação romana do Algarve.

De dissertações salientam-se os estudos da Praça da Figueira (Lisboa) de Rodrigo Silva (2005) sobre as marcas de oleiro em *terra sigillata*; de Inês Ribeiro (2010) sobre a *terra sigillata* hispânica; de Catarina Bolila (2011) sobre a *terra sigillata* de tipo itálico; a dissertação de Ana Santos (2015) sobre a *terra sigillata* africana do Edifício Sede do Banco de Portugal (Lisboa); de Ana Martins (2019) sobre *terra sigillata* de *Ossonoba* (Faro); entre outros.

A produção de *terra sigillata* de tipo itálico inicia-se na Etrúria, aproximadamente em 45 a.C. As primeiras produções possuíam formas idênticas às cerâmicas campanienses, mas substituindo o engobe mais escuro, por um verniz de cor vermelho e brilhante. Aos poucos, a *terra sigillata* de tipo itálico ocupou o lugar destas cerâmicas republicanas (Beltrán, 1990:64).

Em relação à origem e propagação da *terra sigillata* itálica, numa primeira fase da investigação de Dragendorff (1895) e Loeschcke (1909) considerava-se que a sua produção era exclusiva do centro produtor de Arezzo (Viegas, 2003:41). Mas as análises químicas realizadas fizeram com que os investigadores procedessem com maior ponderação à atribuição de uma origem a uma determinada produção e sabe-se que foi também produzida noutros centros como Pisa, La Murette/Lyon, entre outros.

Sem recorrer às análises químicas é muito difícil ter certezas quanto à proveniência de um determinado conjunto (Bolila, 2011:4).

As importações dos produtos de tipo itálico para o território português apontam que o auge das importações é desde o final do reinado de Augusto e durante o reinado de Tibério. Cronologicamente, o período precoce seria datado de antes de 40 a.C., o arcaico de cerca de 30 a 20 a.C., o clássico de 12 a 10 a.C. e o tardio de 12 a.C. a 16 d.C. (Viegas, 2003:32).

A *terra sigillata* sudgálica alcançou relevância a partir dos finais do reinado de Tibério e inícios do reinado de Cláudio, o que pode estar relacionado com a queda das produções itálicas, a fase de decadência deste tipo situa-se entre 80 e 120 d.C. (Quaresma, 2003:115).

“Conhecem-se vários centros produtores⁴⁸ de *sigillata sudgálica*, sendo o principal *La Graufesenque*” (A. Santos, 2015:17). Este foi o maior centro produtor e difusor deste tipo de *sigillata*, localiza-se junto ao rio Aude e com importantes vias de comunicação, o que permitia abundância de matérias-primas e de combustível. Existiam diversas oficinas para aumentar as produções e o escoamento dos produtos.

“A produção sudgálica de *La Graufesenque* caracteriza-se por uma pasta fina, bege rosado, com pequenas partículas brancas. O verniz é avermelhado, muito brilhante e aderente. Estas peças possuíam por vezes marcas de oleiro no fundo interno, predominando as marcas em cartela retangular” (A. Santos, 2015:17).

A *terra sigillata sudgálica* é produzida com argilas de boa qualidade, sendo a pasta muito dura e o engobe geralmente aderente e brilhante. A cerâmica lisa mantém a aparência tradicional da *terra sigillata* itálica e a decorada amplia os esquemas decorativos (motivos vegetalistas ou metopados, figuras divinas, humanas e animais) (Beltrán, 1990:89).

As primeiras formas produzidas em *La Graufesenque* foram inspiradas nas *sigillatas* de tipo itálico.

A partir de 60 ou 70 d.C. os serviços flavianos acrescentam formas de origem exclusivamente sudgálica.

As peças produzidas em *La Graufesenque* tiveram uma grande difusão durante o período romano, incluindo na Península Ibérica durante o século I d.C.

Uma das primeiras tipologias sobre a *sigillata sudgálica* foi concebida por Dragendorff, em 1895, sendo utilizada atualmente na designação das formas, como base tipológica (A. Santos, 2015:19).

A *terra sigillata hispânica* é “a cerâmica de superfície roxa fabricada durante los cuatro primeros siglos de nuestra era en toda la Península Ibérica” (Ribeiro, 2010:18). “Durante o século I d.C. começou a produção de *sigillata hispânica*, que vem imitar as formas da *sigillata* de tipo itálico e sudgálica, sendo os dois principais centros produtores da *sigillata hispânica Tritium Magallum*, em *La Rioja*⁴⁹, e *Andújar*, em *Jáen*⁵⁰” (A. Santos, 2015:21).

⁴⁸ Lyon-La Murette, Bram, Narbonne, Montans.

⁴⁹ Na província romana da Tarraconense.

⁵⁰ Na Bética.

A *terra sigillata* encontra na Hispânia uma tradição oleira que vai permitir o início da sua produção em território peninsular, embora esse processo não tenha sido rápido.

Com a evolução dos centros produtores é possível diferenciar três produções principais distintas: *terra sigillata* hispânica precoce ou tipo Peñafior, de influência itálica; a *terra sigillata* hispânica alto-imperial (caracterizada pelas imitações e derivações das forma itálicas e gálicas, mas com uma tipologia formas estritamente hispânica); e as produções baixo-imperiais como a designada *terra sigillata* hispânica tardia (uma produção com fortes influências das *sigillatas* claras do Norte de África) (Ribeiro, 2010:19). Mas é difícil distinguir os fabricos de cada um dos centros produtores.

Tritium Magallum foi considerado o centro produtor e fornecedor mais importante da Hispânia, localizado na região de La Rioja. Inclui as estruturas de produção de Trício e outras na mesma região, como Bezares, Arenzana de Arriba e Nájera (Viegas, 2003:139).

O centro produtor *Tritium Magallum* localizava-se junto de uma extensa rede de comunicações terrestre e fluvial, próximo do curso do rio Ebro, o que facilitava a obtenção de matérias-primas⁵¹ para manufaturar as peças. A cerâmica deste centro produtor caracteriza-se por ter pasta avermelhada, com vácuos e várias inclusões, como verniz rosa claro, compacto e brilhante (A. Santos, 2015:21).

A distribuição dos produtos fez-se utilizando grandes cidades como *Augusta Emerita*, centro redistribuidor para a Lusitânia. O apogeu destes fabricos ocorreu no período entre a segunda metade do século I e a primeira metade da centúria seguinte (Viegas, 2003:139).

Quanto ao centro produtor de Andújar, trata-se de um local de produção de grande importância, localizado junto ao Guadalquivir. As produções desta cerâmica apontam para uma cronologia da época de Tibério-Cláudio e as últimas produções tiveram lugar em meados do século II (Viegas, 2003:140). Observando-se uma diminuição da qualidade de fabricos e de decorações. Relativamente às características tecnológicas subsistiu uma enorme variedade de pastas e engobes que são possíveis

⁵¹ Argila, água e combustível.

de classificar como produção hispânica e isso depende de vários fatores, como por exemplo do centro de produção e/ou do período de fabrico.

As *sigillatas* produzidas em Andújar caracterizam-se pela pasta castanha-avermelhada, com abundantes vácuos de pequenas dimensões e com muitas partículas amareladas argilo-calcárias, verniz brilhante, homogéneo e aderente (A. Santos, 2015:22). As pastas são finas e normalmente duras, mas menos depuradas, podendo normalmente distinguir-se a olho nu pequenas partículas de elementos não plásticos. Os vernizes de cor, o brilho e a dureza são muito variáveis e tendem a perder qualidade em datas mais tardias (Beltrán, 1990:111). Relativamente à decoração, teve um empobrecimento da representação figurativa e da qualidade de execução.

A primeira referência sobre a *sigillata* hispânica surge em 1912 com Auguste Oxé, que menciona uma produção cerâmica localizada em *Tritium Magallum*.

Em Portugal o estudo da *terra sigillata* hispânica ganha relevo na década de 50 do século passado, com a publicação e divulgação de vários trabalhos, quer em Espanha quer em Portugal (Ribeiro, 2010:30).

A partir dos finais do século I - inícios do século II d.C. surgiu uma nova produção de *sigillata*, a *sigillata* norte africana, dividindo-se em *sigillata* clara A, C e D, de fabrico muito distinto quer a nível de pastas quer do engobe. Estas produções podem apresentar um engobe que não se distingue da cor da pasta. Neste trabalho somente se analisou a *terra sigillata* clara C e D.

A produção de *terra sigillata* C iniciou-se no século III d.C., foi comum na bacia do Mediterrâneo e na costa atlântica de Portugal até ao século V d.C. Era produzida no centro da Tunísia, mas a sua produção atingiu outros centros oleiros como: Henchir el Guellal-Djilma e principalmente Sidi Marzouk Tounsi (Quaresma, 2009:181).

Morfologicamente foram inseridos pratos de grande diâmetro, que pode retratar novas práticas culinárias (Basílio, 2017:44).

A *sigillata* clara D foi diferenciada por Carandini e Tortorella (1981), tendo por base a obra de Hayes (1972). Bonifay distinguiu quatro centros produtores: “*um no baixo vale do Mejerda; outro em Oudhna; um terceiro em Sidi Khalifa; e o “atelier X”, ainda sem localização confirmada, sendo este definido com base em parâmetros estilísticos*” (A. Santos, 2015:25).

A *sigillata* clara D apresenta uma pasta de textura granular fina e engobe por vezes mate, foi produzida na região de Cartago e permaneceu desde os inícios do século IV até meados do século VII (Quaresma, 2009:213), depois foi desaparecendo progressivamente.

A difusão desta cerâmica foi feita principalmente por via marítima e teve uma grande distribuição por toda a bacia do Mediterrâneo (A. Santos, 2015:26).

Para criar grupos de fabrico para os fragmentos de *terra sigillata*, os mesmos foram analisados macroscopicamente através de uma lupa, porque não foram realizadas análises em laboratório, tal como aos outros grupos cerâmicos.

Foram examinadas as pastas correspondentes aos fabricos itálicos, sudgálicos, hispânicos e africanos, “*analisam-se os atributos da pasta e do engobe, e a quantidade de elementos não plásticos, aderência, brilho e coloração, que permitem ao investigador distinguir as produções*” (Bolila, 2011:3).

Mas o tamanho dos fragmentos é muito reduzido e a maioria dos engobes encontravam-se em mau estado de conservação e a sua cor pode ter sido afetada. Estas questões dificultaram a análise dos fabricos.

Relativamente aos fabricos de origem africana, os mesmos podem ser subdivididos dentro de cada categoria (como exemplo: A1, A1/2 e A2 ou C1, C2, C3, entre outros) com base nas diferentes espessuras dos engobes, no seu brilho e alisamento ou na extensão da superfície revestida. Mas com os fragmentos em análise da Quinta do Forte esta divisão não foi feita porque poderia conduzir a atribuições erróneas. Por isso, os fabricos das importações africanas são apresentados apenas como A, A/D, C e D.

Assim, os grupos de fabrico foram divididos na seguinte forma:

***Terra sigillata* Itálica:**

Pasta 1 – Pasta de tons rosados alaranjados (Munsell 5YR-7/6), com elementos não plásticos praticamente inexistentes, sendo difícil identificá-los.

Engobe A – Engobe vermelho (Munsell 10R-5/6), fino e de fraca aderência.

***Terra sigillata* Sudgálica:**

Pasta 2 – Pasta de cor laranja (Munsell 2.5YR-7/6; 2.5YR-6/6), depurada, com raros elementos não plásticos, mas visíveis (micas).

Engobe B – Engobe vermelho escuro (Munsell 2.5YR-5/8; 2.5YR-4/8) e brilhante.

***Terra sigillata* Hispânica:**

Pasta 3 – Pasta de cor laranja (Munsell 5YR-6/6; 2.5YR-7/8), de textura fina, com elementos não plásticos visíveis (micas).

Pasta 4 – Pasta de cor laranja clara (Munsell 2.5YR-7/6; 10R-7/6; 2.5YR-6/6), depurada, com elementos não plásticos de pequenas dimensões (micas).

Pasta 5 – Pasta de cor laranja clara (Munsell 5YR-7/4), com elementos não plásticos visíveis (micas e quartzo).

Pasta 6 – Pasta de cor laranja (Munsell 2.5YR-6/6), com elementos não plásticos bem distribuídos e visíveis a olho nu (micas e quartzo).

Pasta 7 – Pasta laranja-rosada (Munsell 10R-6/6; 2.5YR-7/6), de textura fina, com elementos não plásticos (micas).

Engobe C – Engobe vermelho-acastanhado (Munsell 10R-5/6) de fraca aderência e escamoso.

Engobe D – Engobe vermelho (Munsell 10R-5/8; 10R-5/6) e brilhante.

Engobe E – Engobe vermelho (Munsell 2.5YR-5/8; 10R-5/6), com pouca aderência/baixa qualidade.

Engobe F – Engobe vermelho (Munsell 10R-6/6; 2.5YR-4/6; 10R-5/6), de fraca aderência, brilhante.

Engobe G – Engobe vermelho (Munsell 10R-5/6), de fraca aderência, baço.

***Terra sigillata* Africana D:**

Pasta 8 – Pasta de cor laranja clara (Munsell 7.5YR-8/6), de textura fina, granular e com alguns vácuos, com elementos não plásticos visíveis a olho nu (micas e quartzo).

Pasta 9 – Pasta de cor laranja (Munsell 2.5YR-7/8), pouco compacta e granulosa, com elementos não plásticos bem distribuídos e de dimensão reduzida (micas e quartzo).

Pasta 10 – Pasta de cor laranja clara (Munsell 7.5YR-7/6) e de textura fina, um pouco granular e com alguns vácuos, possui elementos não plásticos visíveis e de reduzidas dimensões (micas).

***Terra Sigillata* Africana C:**

Pasta 11 – Pasta laranja (Munsell 2.5YR-6/6) de textura fina, um pouco granular e com alguns vácuos. Com elementos não plásticos visíveis e de reduzidas dimensões (micas).

O conjunto de *terra sigillata* da Quinta do Forte é relativamente pequeno, contando no total com 24 fragmentos, embora este conjunto seja constituído por bojos ou formas indefinidas, considerados como indeterminados. Assim, 50% da amostra foi classificável e 50% inclassificável (Anexo II – Gráfico 4).

Os fragmentos de *terra sigillata* desta intervenção arqueológica pertencem à sondagem 1 e 2; e distribuíram-se pelas seguintes unidades estratigráficas: [20], [31], [45] e [49]. Embora sejam todos dados como descontextualizados.

Relativamente às proveniências, 71% do conjunto é *terra sigillata* hispânica, 17% *terra sigillata* africana, 8% *terra sigillata* sudgálica e 4% *terra sigillata* itálica (Anexo II – Gráfico 5).

As tipologias do conjunto de *terra sigillata* são reduzidas, apenas foram identificadas para a *terra sigillata* hispânica (Drag. 15/17 (34%); Drag. 24/25 (8%); Drag. 27 (42%) e para a *terra sigillata* sudgálica (Drag. 18 (8%) e Drag. 24/25 (8%) (Anexo II – Gráfico 6).

O grupo de *terra sigillata* itálica exumada da Quinta do Forte conta apenas com 1 fragmento (EVR.QF.08.377), mas este exemplar foi dado como indeterminado por ser um fragmento de bojo. Embora pertença à sondagem 1, [U.E.20] e ao grupo de fabrico 1. A. - Pasta de tons rosados alaranjados (5YR-7/6), com elementos não plásticos praticamente inexistentes, sendo difícil identificá-los, engobe vermelho (10R-5/6), fino e de fraca aderência. Estes dados não permitem qualquer análise, dado o fragmento ter tipologia indeterminada.

Quanto à *terra sigillata* sudgálica da Quinta do Forte, contabilizaram-se 2 fragmentos (EVR.QF.08.1011 e EVR.QF.08.376) (Anexo III – Estampa 4).

O exemplar EVR.QF.08.1011, pertence à sondagem 1, [U.E.49]. Embora não tenha sido possível extrair o seu diâmetro de boca, aferiu-se sendo um prato, pertencente à tipologia Drag. 18. Morfologicamente o bordo é semicircular, com 0,5 cm de espessura. Pertence ao grupo de fabrico 2. B. – pasta de cor laranja (Munsell 2.5YR-6/6), depurada, com raros elementos não plásticos (micas) mas visíveis. O engobe é vermelho escuro (Munsell 2.5YR-4/8) e brilhante. Em termos cronológicos esta forma insere-se em 40 – 140 d.C.

Possui paralelos na Alcáçova de Santarém, na Oficina de salga 1 de Tróia, em Chãos Salgados (Miróbriga) e no Paço dos Lobos da Gama (Évora).

Na Alcáçova de Santarém este prato é semelhante ao nº 3213, de perfil simples, de parede côncava e bordo de perfil semicircular. Teve uma longa duração, situando-se entre o reinado de Cláudio até meados do século I d.C. (Viegas, 2003: p. 112; p. 113).

Na Oficina de salga 1 de Tróia esta forma terá tido maior difusão a partir do principado de Cláudio (Silva, 2010: p. 41; Estampa 2 - Nº 1).

Em Chãos Salgados encontram-se similitudes com o nº 42 (Mir-3-341), datado do século I d.C. (Quaresma, 2012: p. 370).

Por último, no Paço dos Lobos da Gama (Évora) existe paralelo com a peça PLG.S5[31]1900, de forma Drag. 18, que se situa entre o reinado de Cláudio até meados do século I d.C. (Basílio, 2017: p. 46; Anexo IV).

Também o fragmento EVR.QF.08.376 é um bordo, mas de tipologia Drag. 24/25, inspirada em modelos itálicos. E corresponde a uma taça hemisférica, com bordo vertical e moldura externa bem demarcada na parede, com diâmetro da boca de 5 cm e espessura 0,4 cm. Pertence ao grupo de fabrico 2. B. – pasta de cor laranja (Munsell 2.5YR-7/6), depurada, com raros elementos não plásticos (micas), mas visíveis e engobe vermelho escuro (Munsell 2.5YR-5/8) e brilhante. Como decoração possui banda de guilhoché duplo. Em termos cronológicos este fragmento situa-se entre 20 e 60 d.C.

Possui paralelos na Alcáçova de Santarém, em Chãos Salgados (Miróbriga) e no Paço dos Lobos da Gama (Évora).

Na Alcáçova de Santarém, existem 39 peças desta forma, quase na totalidade com guilhoché, mais ou menos grosseiro, no exterior do bordo. Todas com bordo vertical e moldura externa bem marcada na parede, sendo a peça nº 2580 a mais idêntica à estudada da Quinta do Forte. Com cronologia para o período de Tibério/Cláudio a 60 d.C. (Viegas, 2003: p. 106).

Em Chãos Salgados (Miróbriga) a peça nº 58 (Dias, 1976-7, nº 89) é idêntica à estudada na Quinta do Forte, embora não possua uma datação exata (Quaresma, 2012: p. 370).

O bordo (EVR.QF.08.376) tem forma idêntica à taça do Paço dos Lobos da Gama (Évora) (PLG.S4[8]1423), Drag. 24/25, também sendo uma taça de bordo vertical com moldura externa bem demarcada na parede e decoração em guilhocé, sendo muito idêntica à encontrada na Quinta do Forte. Esta peça apresenta uma pasta bem depurada, com raros elementos não plásticos e um engobe vermelho escuro aderente e brilhante, também idêntico ao fragmento EVR.QF.08.376. Igualmente com decoração em guilhocé. Pertencendo em termos cronológicos no período de Tibério/Cláudio a 60 d.C. (Basílio, 2017: p. 47; Anexo IV).

O conjunto de *terra sigillata* hispânica da Quinta do Forte é composto no total por 17 fragmentos, pertencentes a sondagem 1, [U.E.20], [U.E.45] e [U.E.49]; e a sondagem 2, [U.E.31].

O número de fragmentos referente às produções hispânicas é reduzido, embora seja dentro do grupo de *terra sigillata* o grupo com maior quantidade de fragmentos.

Mas 6 fragmentos são bojos, classificados como indeterminados (EVR.QF.08.863; EVR.QF.08.1016; EVR.QF.08.1009; EVR.QF.08.1018; EVR.QF.08.1027(1); EVR.QF.08.1027(3) (Anexo III – Estampa 3).

Apenas o fragmento EVR.QF.08.863 possui linhas horizontais, os restantes não possuem nenhum aspeto relevante.

Foram estudados 7 fragmentos de bordo (EVR.QF.08.862; EVR.QF.08.1021; EVR.QF.08.1017; EVR.QF.08.1015; EVR.QF.08.1010; EVR.QF.08.1027(5) e EVR.QF.08.1027(6) e 4 fragmentos de fundo (EVR.QF.08.1008; EVR.QF.08.1027(4); EVR.QF.08.1492 e EVR.QF.08.861).

Relativamente à análise dos bordos, os fragmentos EVR.QF.08.1017; EVR.QF.08.1015; EVR.QF.08.1010; EVR.QF.08.1027(5) e EVR.QF.08.1027(6) não permitiram que se extraísse o seu diâmetro de boca, mas foram encontradas as suas tipologias (Anexo III – Estampa 2).

Assim, estas taças têm proveniência da sondagem 1, [U.E.49], com tipologia Drag. 27, com bordo arredondado e com espessuras que variam entre 0,2 e 0,3 cm. Mas os grupos de fabrico de cada peça diferem e serão descritos individualmente. Na totalidade os exemplares têm cronologia 40 – 300 d.C e paralelos em Chãos Salgados (Miróbriga) e na Rua Infante D. Henrique nº 58-60 (*Ossonoba*, Faro).

O fragmento EVR.QF.08.1017 pertence ao grupo de fabrico 7. F. – pasta laranja-rosada (Munsell 10R-6/6), de textura fina, com elementos não plásticos (micas), com engobe vermelho (Munsell 10R-5/6) de fraca aderência, brilhante, mas apenas visível numa das extremidades.

Enquanto EVR.QF.08.1027(6) pertence ao grupo de fabrico 5. E. – pasta de cor laranja clara (Munsell 5YR-7/4), com elementos não plásticos (micas e quartzo) visíveis e com engobe vermelho (Munsell 5YR-5/8), pouco aderente.

O fragmento EVR.QF.08.1017 tem paralelo em Chãos Salgados (Miróbriga) com a peça nº 342 (Mir-80-3), também Drag. 27 de cronologia que se deve situar entre a época flávia e o fim de Andújar (Quaresma, 2009: p. 121; Anexo 3).

Na Rua Infante D. Henrique nº 58-60 (*Ossonoba*, Faro) foram identificados paralelos com o fragmento nº 232, de forma lisa hispânica, datada entre 40 e 300 d.C. (Martins, 2019: p. 77; Vol. II - Estampa 15).

Igualmente o fragmento EVR.QF.08.1027(6) possui paralelo em Chãos Salgados (Miróbriga) com a peça nº 329 (Mir-14-105) (Quaresma, 2012: p. 146; p. 379).

E na Rua Infante D. Henrique nº 58-60 (*Ossonoba*, Faro) foi identificado paralelo com o fragmento nº 231 (Martins, 2019: p. 77; Vol. II - Estampa 15). Com a mesma cronologia que a peça anterior (EVR.QF.08.1017).

O fragmento EVR.QF.08.1015 pertence ao grupo de fabrico 7. G. – pasta laranja-rosada (Munsell 10R-6/6), de textura fina, com elementos não plásticos (micas), com engobe vermelho (Munsell 10R-5/6) de fraca aderência, baço.

Possui paralelos em Chãos Salgados (Miróbriga) e na Rua Infante D. Henrique nº 58-60 (*Ossonoba*, Faro).

Em Chãos Salgados (Miróbriga) a peça nº 266 (Mir-125-1229-1239) é idêntica à estudada da Quinta do Forte, de bordo liso. A cronologia de fabrico da Drag. 27 é 40 a 120 d.C. (Quaresma, 2009: p. 92; Anexo 3).

Na Rua Infante D. Henrique nº 58-60 (*Ossonoba*, Faro) foi identificado paralelo com o fragmento nº 225, de forma lisa hispânica, datada entre 40 e 300 d.C. (Martins, 2019: p. 77; Vol. II - Estampa 15).

O fragmento EVR.QF.08.1010 insere-se no grupo de fabrico 4.E. – pasta laranja clara (Munsell 5YR-7/6), depurada, com elementos não plástico de pequenas

dimensões (micas) e engobe vermelho (Munsell 5YR-5/8) de fraca qualidade. Possui como decoração linhas horizontais.

Tem paralelo em Chãos Salgados (Miróbriga) com a peça nº 315 (Mir-240-42), mas sem cronologia mencionada (Quaresma, 2009: Anexo 3).

E na Rua Infante D. Henrique nº 58-60 (*Ossonoba*, Faro) foi identificado paralelo com o fragmento nº 225, de forma lisa hispânica, datada entre 40 e 300 d.C. (Martins, 2019: p. 77; (Vol. II – Estampa 15).

O exemplar EVR.QF.08.1027(5) pertence ao grupo de fabrico 3. E. – pasta laranja (Munsell 2.5YR-6/6), de textura fina, com elementos não plásticos (micas) visíveis a olho nu, engobe vermelho (Munsell 2.5YR-5/8) com fraca aderência.

Esta peça tem linhas horizontais como decoração. Tem similitudes em Chãos Salgados (Miróbriga) e na Rua Infante D. Henrique nº 58-60 (*Ossonoba*, Faro).

Em Chãos Salgados (Miróbriga) com a peça nº 227 (Mir-55-1) com cronologia de fabrico entre cerca de 40 e 300 d.C. (Quaresma, 2009: p. 88; Anexo 3).

E na Rua Infante D. Henrique nº 58-60 (*Ossonoba*, Faro) foi identificado paralelo com o fragmento nº 231, datada entre 40 e 300 d.C. (Martins, 2019: p. 77; Vol. II - Estampa 15).

As peças EVR.QF.08.862 e EVR.QF.08.1021 permitiram aferir o seu diâmetro de boca, logo possibilitaram um estudo e análise com mais rigor (Anexo III – Estampa 1).

O fragmento EVR.QF.08.862, pertence a sondagem 1, [U.E.20]. A sua tipologia é Drag. 24/25, é uma taça de bordo vertical, arredondado. O diâmetro da sua boca é 4,4 cm e tem 0,3 cm de espessura. Pertence ao grupo de fabrico 4. E. - pasta laranja clara (Munsell 2.5YR-6/6), depurada, com elementos não plásticos de pequenas dimensões (micas) mas visíveis, com engobe vermelho (Munsell 10R-5/6), de baixa qualidade. Em relação à decoração, possui banda de guilhoché vertical. Esta peça tem cronologia 40 – 150 d.C.

Detém paralelos em Chãos Salgados (Miróbriga), na Oficina de salga 1 de Tróia e na Rua Infante D. Henrique nº 58-60 (*Ossonoba*, Faro).

Em Chãos Salgados (Miróbriga) existe paralelo com a peça nº 221 (Dias, 1976-7, nº 151), também é uma taça, Drag. 24/25. Datada entre cerca de 40 e 150 d.C. (Quaresma, 2009: p. 86; Anexo 3).

Na Oficina de salga 1 de Tróia foi identificada uma forma semelhante à estudada, nº 4, também Drag. 24/25, referindo-se a uma taça com moldura externa já comercializada nos produtos itálicos e gauleses. Nesta oficina foram identificadas 3 taças. Sendo produzidas a partir de meados do século I até meados do século II (Silva, 2010: p. 44; Estampa 2).

Na Rua Infante D. Henrique nº 58-60 (*Ossonoba*, Faro) foi encontrado paralelo com a taça nº 218, de tipologia Drag. 24/25, representada por 7 fragmentos e também com bordo de topo arredondado e moldura com decoração em guilhoché vertical. Com datação entre 40 d.C. e 150 d.C. (Martins, 2019: p. 77; Vol. II (Estampa 15).

O fragmento EVR.QF.08.1021, com origem da sondagem 1, [U.E.45]. Pertence à tipologia Drag. 15/17, é um prato de bordo vertical, com fina moldura abaixo do bordo. O diâmetro da sua boca é 8 cm e possui 0,3 cm de espessura. Pertence ao grupo de fabrico 3. C. – pasta de cor laranja (Munsell 5YR-6/6), de textura fina, com elementos não plásticos visíveis (micas) e engobe vermelho-acastanhado (Munsell 10R-5/6) de fraca aderência, escamoso. Com cronologia 100-200 d.C.

Tem paralelos na Alcáçova de Santarém, em Chãos Salgados (Miróbriga), Vidigal (Aljezur) e no Paço dos Lobos da Gama (Évora).

Na Alcáçova de Santarém regista-se paralelo com o nº 2898, com cronologia 100-200 d.C. (Viegas, 2003: p. 145).

Em Chãos Salgados (Miróbriga) também se encontra esta forma apresentada pelo nº 195 (Dias, 1976-7, nº 153), pertencente a Drag. 15/17 semelhante ao bordo (EVR.QF.08.1021) estudado da Quinta do Forte. Com cronologia do século II d.C. (Quaresma, 2012: p. 374).

Em Vidigal (Aljezur) encontra-se o prato nº 30, *terra sigillata* hispânica da forma Drag. 15/17, com cronologia delimitada entre a 2ª metade do século I d.C. e a centúria seguinte (Pereira, 2012: p. 165).

No Paço dos Lobos da Gama (Évora) a peça nº PLG.S5[13].1889, também de tipologia Drag. 15/17, é descrita como um prato de paredes baixas, com bordo vertical e uma fina moldura a baixo deste, sendo idêntico ao fragmento da Quinta do Forte (EVR.QF.08.1021). Também existem similitudes com a pasta e é datada de 100 – 200 d.C. (Basílio, 2017: p. 48; Anexo IV).

Ainda relativamente aos fundos de *terra sigillata* hispânica existem 4 (EVR.QF.08.1008; EVR.QF.08.1027(4); EVR.QF.08.1492 e EVR.QF.08.861) (Anexo III – Estampa 1 e 3).

Apenas o fundo EVR.QF.08.1027(4) possui tipologia indeterminada. Os restantes (EVR.QF.08.1008; EVR.QF.08.1492 e EVR.QF.08.861) tem tipologia Drag. 15/17, sendo pratos com base anelar de secção arredondada.

Assim, o fragmento EVR.QF.08.1008, com proveniência da sondagem 1, [U.E.49], de tipologia Drag. 15/17. Mede de diâmetro de base 6 cm e de espessura 0,3 cm. Pertence ao grupo de fabrico 3. C. – pasta laranja (Munsell 2.5YR-6/6), de textura fina, com elementos não plásticos (micas) visíveis a olho nu e engobe vermelho-acastanhado (Munsell 10R-5/6), de fraca aderência e escamoso. Com cronologia 100 – 200 d.C.

Tem paralelos na Necrópole da Rouca (Alandroal, Évora), em Chãos Salgados (Miróbriga), no Banco de Portugal (Lisboa) e no Paço dos Lobos da Gama (Évora).

Existem similitudes com as peças nº 15639, 15791 e 15792 da Necrópole da Rouca (Alandroal, Évora), também um prato com assentamento anelar com pé desenvolvido da forma *terra sigillata* hispânica Draggendorf 15/17. Com cronologia da 2ª metade do século I (Rolo, 2010: p. 246; p. 247; p. 432).

Em Chãos Salgados (Miróbriga) possui paralelo com o exemplar nº 333 (Dias, 1976-7, nº 138), com cronologia do século II d.C. (Quaresma, 2012: p. 148; p. 380).

No Banco de Portugal (Lisboa) com o fundo nº 88, datado de finais do século I e durante o século II (A. Santos, 2015: p. 49; Anexo - Estampa 6).

No Paço dos Lobos da Gama (Évora), a peça PLG.S5.2412 é semelhante à estudada da Quinta do Forte, também de tipologia Drag. 15/17, um prato de fundo anelar de secção arredondada, com cronologia de 100 - 200 d.C. (Basílio, 2017: p. 48; Anexo IV).

O fragmento EVR.QF.08.861 com proveniência da sondagem 1, [U.E.20], possui a mesma tipologia do fundo mencionado em cima, Drag. 15/17, com diâmetro de base de 4 cm e de espessura 0,5 cm. Pertencendo ao grupo de fabrico 3. D. – pasta de cor laranja (Munsell 2.5YR-6/6), de textura fina, com elementos não plásticos (micas) e engobe vermelho (Munsell 10R-5/8), brilhante. De cronologia 100 – 200 d.C.

Existem paralelos com este fragmento na Necrópole da Rouca (Alandroal, Évora), em Chãos Salgados (Miróbriga) e no Paço dos Lobos da Gama (Évora). Paralelos iguais ao fragmento estudado em cima (EVR.QF.08.1008). Embora na Necrópole da Rouca (Alandroal, Évora) apenas possui semelhanças com a peça nº 15639 e 15792, de cronologia da 2ª metade do século I (Rolo, 2010: p. 246; p. 432). Quanto aos restantes locais, os paralelos são iguais aos já descritos no fragmento em cima.

O fundo EVR.QF.08.1492 é o único fragmento com proveniência da sondagem 2, [U.E.31]. Também com tipologia Drag. 15/17, mas o diâmetro de base desta peça não foi possível calcular. Tem de espessura 0,4 cm. Pertence ao grupo de fabrico 3. E. – a pasta apresenta uma cor laranja (Munsell 2.5YR-7/8), de textura fina, com elementos não plásticos (micas) visíveis a olho nu e o engobe é vermelho (Munsell 2.5YR-5/8) de baixa qualidade.

Com paralelos na Necrópole da Rouca (Alandroal, Évora), no Banco de Portugal (Lisboa) e no Paço dos Lobos da Gama (Évora).

Na Necrópole de Rouca (Alandroal, Évora) tem semelhanças com o nº 15639 e 15792. Com cronologia da 2ª metade do século I (Rolo, 2010: p. 246; p. 247; p. 432).

No Banco de Portugal com a peça nº 88 sem cronologia atribuída (A. Santos, 2015: Anexo (Estampa 6).

E por último, no Paço dos Lobos da Gama (Évora) há paralelo com a peça PLG.S3[11]2364 com cronologia 100 – 200 d.C. (Basílio, 2017: p. 48; Anexo IV).

Quanto às produções africanas, foram analisados 4 fragmentos (EVR.QF.08.1027(2); EVR.QF.08.1012; EVR.QF.08.1014 e EVR.QF.08.1013), com proveniência da sondagem 1, [U.E.49]. Apenas foi possível determinar duas variantes de fabrico, C e D.

Pertencendo o nº EVR.QF.08.1012, EVR.QF.08.1014 e EVR.QF.08.1013 à proveniência Africana D e o nº EVR.QF.08.1027(2) à proveniência Africana C. Estes fragmentos são na totalidade bojos, classificados tipologicamente como indeterminados.

Analisando globalmente, o conjunto de *terra sigillata* itálica está pouco representado neste estudo, com apenas 1 exemplar considerado como indeterminado. Era relevante existir um conjunto de *terra sigillata* itálica porque seria um bom indicador cronológico do início da ocupação romana deste local.

Igualmente com pouca quantidade, a *terra sigillata* sudgálica encontra-se apresentada por 2 fragmentos, 1 prato de tipologia Drag. 18 (de cronologia 40 - 140 d.C.) e 1 taça Drag. 24/25 (20 - 60 d.C.). Apenas 1 fragmento apresenta decoração através de banda de guilhoché duplo.

A primeira *terra sigillata* sudgálica deve ter chegado à Quinta do Forte em cerca de 20 d.C. e a importação deve ter terminado em torno de 140 d.C. Assim, este conjunto é datado de meados do século I a meados do século II d.C.

As produções hispânicas são as melhores representadas na Quinta do Forte, constituídas por 17 fragmentos, sendo a grande parte formada por formas lisas, pratos de tipologia Drag. 15/17 (de cronologia 100 - 200 d.C.); taças Drag. 24/25 (40 - 150 d.C.) e taças de tipologia Drag. 27 (40 - 300 d.C.). Assim, analisaram-se formas produzidas durante o século I - II d.C., e as Drag. 27 deste conjunto são taças de tipologia mais tardia, século III.

Como a Quinta do Forte não foi um ponto original de receção, mas um local onde os fragmentos foram despejados, deduz-se que a cerâmica estudada teve um ritmo de importação durante o século I – II d.C., embora mais intenso num período mais tardio (século III), porque a maior quantidade de fragmentos de *terra sigillata* hispânica estudados pertence a esta cronologia. Estas produções hispânicas datam-se entre o século I - III d.C.

Por fim, a *terra sigillata* africana é representada por 4 fragmentos, caracterizando dois fabricos desta cerâmica: C e D. Mas como os exemplares foram classificados como indeterminados, não foi possível determinar a cronologia deste tipo de *sigillata* na Quinta do Forte.

Assim, possivelmente este local teve uma diminuição de importações de *terra sigillata* africana.

Em suma, atribui-se a cronologia destes fragmentos de *terra sigillata* entre o século I até ao século III d.C.

Embora tenham sido atribuídos grupos de fabrico no inventário, e tendo cada um diferente tipo de pasta, não existem nenhuma ilação que se possa retirar destes fragmentos, à exceção de os poder atribuir a uma variante de fabrico através da sua pasta e engobe.

Não foi possível determinar nenhum centro produtor para estes exemplares, porque não exibem particularidades. Nenhuma peça detém marcas de oleiro, que poderiam ser um bom indicador cronológico e de proveniência.

Como igualmente não foi possível realizar a quantificação através do NMI⁵², devido ao reduzido número de exemplares.

Assim, houve limitações na análise da *terra sigillata* da Quinta do Forte devido à inexistência de contextos estratigráficos, da descontextualização dos exemplares, do tamanho reduzido dos fragmentos e devido aos engobes se encontrarem em mau estado de conservação.

7.3.1.2. Paredes Finas

A designação da cerâmica de paredes finas remete para a principal particularidade desta categoria, a reduzida espessura da parede (Mayet, 1975:3), tal como indica a sua denominação. A espessura da parede varia entre 0,5 e 5 mm, existindo na maioria peças com 2 mm. A pasta varia dependendo do local de produção, mas pode ser de cor bege rosado, quase marrom a esbranquiçado, passando por tons ocres e cinza em determinadas produções (Mayet, 1980:201). Ou seja, apresentam pastas claras.

“A cerâmica de paredes finas é essencialmente uma produção fabricada a torno, sendo extremamente difícil encontrar, mesmo dentro do mesmo tipo, peças formalmente idênticas” (Arruda; Sousa, 2003:239).

A cerâmica de paredes finas enquadra-se quase completamente na categoria de recipientes para beber, *“vasa potoria”* (Mayet, 1980:201), constituídos principalmente por copos e taças.

Este tipo de cerâmica obteve a atenção de vários investigadores desde o século XIX, mas apenas a partir de meados do século XX originou obras monográficas (Arruda; Sousa, 2003:238).

Destaca-se Mercedes Vegas (1963-64 e 1973) que elaborou uma sistematização formal pela primeira vez para a cerâmica de paredes finas. E mais tarde, Françoise

⁵² Número mínimo de indivíduos.

Mayet (1975) que publicou *“La céramique a paróis fines dans la Península Ibérique”*, uma obra de referência tipológica para este grupo cerâmico.

Na ausência de análises, muitas vezes é impossível atribuir um centro de produção específico a esta cerâmica (Passelac, 1993:511).

Assim, os investigadores dividem a cerâmica de paredes finas em dois grupos. O primeiro da época republicana e principado de Augusto, que inclui sobretudo copos, não possui engobe, mas as superfícies estão quase sempre polidas. A decoração tem um repertório pobre, obtido pela técnica de incisão ou da barbotina. Os mapas de distribuição indicam que se tratam de produtos fabricados em Itália (Arruda; Sousa, 2003:238). No segundo grupo dominam as taças, é constituído por vasos cobertos por engobe, muitas vezes com reflexos metálicos. A produção destes vasos inicia-se apenas a partir do principado de Tibério. Os centros de fabrico são diversificados, localizando-se em Itália e entre outras áreas, no sul da Gália, na Península Ibérica e no *“limes”* germânico. Relativamente à decoração existe maior riqueza e variedade (Arruda; Sousa, 2003:239).

Existem três técnicas de decoração típicas da cerâmica de paredes finas, *“arenosa, as incisões ou guilhocés e os relevos a barbotina”* (Mayet, 1975:6).

Relativamente aos elementos não plásticos, as produções de paredes finas apresentam uma diminuta dimensão (Mayet, 1975:4).

A cerâmica de paredes finas recolhida durante a escavação arqueológica da Quinta do Forte é reduzida e possui fragmentos de pequena dimensão, muito fragmentados, o que se torna numa dificuldade, nomeadamente a nível da identificação tipológica.

Os fragmentos deste conjunto pertencem à sondagem 1, [U.E.20], não existindo qualquer contexto estratigráfico.

Este estudo abrange no total 3 fragmentos de cerâmica de paredes finas que como já foi mencionado, devido às suas reduzidas dimensões impossibilitam qualquer classificação e atribuição cronológica segura. Ainda que um deles corresponde a um bordo (EVR.QF.08.865) (33%), não permite identificar com clareza uma forma, apenas se avança que poderá tratar-se da forma Mayet XLIII (?). Sendo os restantes fragmentos (EVR.QF.08.998 e EVR.QF.08.998(1), bojos classificados como indeterminados (67%) (Anexo II – Gráfico 7) (Anexo III – Estampa 5).

Quanto ao fabrico, a análise das pastas foi realizada com base em critérios macroscópicos para identificar grupos de proveniência, o Grupo 1 corresponde a produções Emeritenses e o Grupo 2 corresponde à proveniência Bética.

De seguida, os dois grupos foram divididos em subgrupos de fabrico, como se pode verificar:

Grupo 1 – Produções Emeritenses:

Subgrupo 1a – Pasta com a cor bege (Munsell 2.5Y-8/3), de textura média-fina, com elementos não plásticos visíveis (calcite e micas) e com engobe laranja (Munsell 5YR-7/8).

Subgrupo 1b – Pasta com a cor esbranquiçada (Munsell 2.5Y-8/2), de textura fina, com elementos não plásticos pouco visíveis a olho nu (calcite e micas) e engobe laranja (Munsell 5YR-7/4).

Grupo 2 – Produções Béticas:

Subgrupo 2a – Pasta bege amarelada (Munsell 2.5YR-8/3), de textura média, com elementos não plásticos (calcites e micas) e com engobe laranja acastanhado (Munsell 2.5Y-5/8).

Cada subgrupo mencionado está neste pequeno conjunto de cerâmica de paredes finas representado por 1 fragmento. E cada subgrupo representa 33% do conjunto analisado (Anexo II – Gráfico 9).

O fragmento de bordo, EVR.QF.08.865, deste grupo cerâmico tem proveniência Emeritense e possivelmente, tipologia Mayet XLIII (?) e seria um copo/taça. Ou seja, pequenos recipientes para ingestão de bebidas. O bordo possui secção arredondada, do qual não foi possível extrair o diâmetro da sua boca. Daí não se poder atribuir uma tipologia exata. Possui 0,2 cm de espessura e 1,8 cm de altura conservada. O seu fabrico foi a torno e possui cozedura oxidante. Pertence ao grupo de fabrico 1a, com pasta com a cor bege (Munsell 2.5Y-8/3), de textura média-fina, com elementos não plásticos visíveis (calcite e micas) e com engobe laranja (Munsell 5YR-7/8). Relativamente à decoração possui canelura.

A forma Mayet XLIII que possivelmente pertence ao fragmento EVR.QF.08.865 é a forma mais característica da produção Emeritense, embora neste estudo se encontre representada por 1 único fragmento.

Esta forma possui geralmente diâmetro entre 8-10 cm e altura de 6-7 cm. A parte superior é curva, terminando com lábio um pouco arredondado. A parte inferior estreita à medida que se aproxima do fundo.

A forma Mayet XLIII indica-nos que este fragmento poderá pertencer a um período cronológico entre a segunda metade do século I d.C. e inícios do século II d.C. (50-100 d.C.) (Rodríguez Martín, 1996:143).

O fragmento de bojo com carena, EVR.QF.08.998, tem proveniência Emeritense e tipologia indeterminada. O seu fabrico foi a torno e possui cozedura oxidante. Pertence ao grupo de fabrico 1b, pasta com a cor esbranquiçada (Munsell 2.5Y-8/2), de textura fina, com elementos não plásticos pouco visíveis a olho nu (calcite e micas) e com engobe laranja (Munsell 5YR-7/4). Embora este fragmento seja pequeno, verificou-se que possui decoração com banda de guilhoché aplicado obliquamente, separado por linhas horizontais paralelas.

O fragmento de bojo, EVR.QF.08.998(1), tem proveniência Bética e possui tipologia indeterminada. Foi fabricado a torno e através de cozedura oxidante. Pertence ao grupo de fabrico 2a, pasta bege amarelada (Munsell 2.5YR-8/3), de textura média, com elementos não plásticos (calcites e micas) e com engobe laranja acastanhado (Munsell 2.5Y-5/8). Embora este fragmento tenha decoração, o seu estado diminuto e fragmentação não permite a identificação.

Os exemplares EVR.QF.08.998 e EVR.QF.08.998(1) foram classificados como indeterminados, porque são representados por bojós, embora tenham decoração.

Os fragmentos analisados foram recolhidos em contextos secundários de ocupação o que não permitiu fornecer informações relevantes acerca da sua estratigrafia. Nenhuma peça foi passível de ser identificada de forma exata tanto tipologicamente como cronologicamente, e nenhum exemplar obteve o desenho integral. Assim, não foram referidos paralelos e devido ao reduzido número de materiais, os mesmos não foram quantificados.

A cerâmica de paredes finas analisada é constituída por fragmentos de pasta com textura variando entre média-fina, com poucos elementos não plásticos observáveis a olho nu e com pastas claras, variando entre a cor bege, esbranquiçada e bege amarelada.

Apesar da reduzida quantidade de fragmentos analisados, a maioria das produções são de fabrico Emeritense (67%) (Anexo II – Gráfico 8).

Em relação às decorações, neste estudo apenas se encontraram duas das técnicas decorativas características deste grupo cerâmico (incisão e guilhoché).

Verifica-se que este reduzido conjunto cerâmico está representado neste estudo, mas não possibilita retirar conclusões precisas, nem acrescentar conhecimento relevante, apenas permite que fiquem registados os fragmentos do grupo cerâmico de paredes finas encontrados neste local.

8.3.2 Cerâmica de armazenamento

8.3.2.1. Ânforas

“Estes recipientes cerâmicos se constituem como um dos elementos materiais que melhores indicadores concedem ao estudo sobre a economia da Antiguidade Clássica” (Filipe, 2008:21). Assim, as ânforas são portadoras de importantes informações.

A identificação do conteúdo de uma ânfora pode ser através dos *tituli picti*⁵³, se estiver conservado e se referir explicitamente o seu conteúdo ou através da análise dos resíduos conservados no seu interior. Mas pode não existir nenhum destes vestígios e resta através da forma da ânfora deduzir o seu possível conteúdo.

“A ânfora era um contentor produzido com a finalidade de transportar produtos alimentares para mercados distantes” (Fabião; Guerra, 1993:997), a sua morfologia permitia ser acondicionado no interior de navios.

O estudo de ânforas do período romano teve um decurso lento, mas desde o último terço do século XIX adquiriu outra dinâmica.

Os trabalhos pioneiros sobre ânforas romanas foram de Schoene (1871), Mau (1898) e Dressel (1899). Mas estes trabalhos abordavam apenas exemplares com *tituli picti* confrontados com fontes escritas. Assim, eram estudos direcionados para a epigrafia, embora tenham assinalado o começo da investigação das ânforas.

⁵³ Inscrições pintadas.

Heinrich Dressel apresentou tabelas de formas e tentou relaciona-las com determinados conteúdos (Fabião, 2014:4).

Em Portugal os interessados nesta área foram, por exemplo, Leite de Vasconcelos, Estácio da Veiga e Santos Rocha (Filipe, 2008:18).

O estudo das ânforas em Portugal manifestou-se na recolha, descrição sucinta e depósito em museus de investigação anfórica (Fabião, 1989:19).

Na primeira metade do século XX existiu desinteresses neste tipo cerâmico. As ânforas eram classificadas juntamente com os restantes materiais cerâmicos, colocando a tabela de Dressel para segundo plano (Filipe, 2008:18). As ânforas eram desprezadas num estudo cerâmico, em comparação com outro tipo de cerâmica com mais valor.

“Com o desenvolvimento da moderna arqueologia subaquática, foi possível começar a reunir um importante acervo de ânforas, muitas vezes intactas, bem datadas e, frequentemente, conservando resíduos dos primitivos conteúdos” (Fabião, 2014:5). Assim, iniciou-se uma nova fase de investigação nesta área em meados do século XX. Os projetos de investigação e intervenções arqueológicas em contextos urbanos aumentaram.

A tabela tipológica de Dressel (1899) foi recuperada e revista. Ainda hoje é utilizada para classificar as ânforas através da sua caracterização formal.

Nesta fase o recurso à arqueometria, através da análise química ou petrográfica permitiu caracterizar os diferentes fabricos com mais exatidão, possibilitando associar determinadas pastas a uma área de proveniência (Filipe, 2008:20).

Também se verificou esta nova etapa na investigação anfórica romana em Portugal. Nos inícios dos anos oitenta iniciou-se a caracterização por análise química dos fabricos do vale do Sado, com continuação nos anos noventa, nas produções do vale do Tejo.

Em Portugal destaca-se o colóquio em Conimbriga (1988) *“Ânforas lusitanas: tipologia, produção e comércio”* (Alarcão; Mayet, 1990); no Seixal (1991) *“Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado”* (Filipe; Raposo, 1996); os encontros de Setúbal (2004) *“Produções e comércio de preparados piscícolas durante a proto-*

história e a época romana no ocidente da Península Ibérica” e de Peniche (2006) “*A costa portuguesa no panorama da rota atlântica durante a época romana*”.

Entretanto surgiram diversos estudos monográficos sobre o estudo das ânforas romanas, como exemplo, o estudo sobre as ânforas da Lomba do Canho (Fabião, 1989); sobre as ânforas das Carvalheiras (Braga) (Morais, 1998); sobre a área do vale do Sado (Mayet; Schmitt; Silva, 1996; Mayet; Silva, 1998 e 2002); sobre as ânforas romanas de São Jorge (Pimenta, 2005); os trabalhos de Conímbriga (Alarcão, 1976); de São Cucufate (Alarcão; Étienne; Mayet, 1990) e de Braga (Morais, 2005).

Foram também desenvolvidas importantes dissertações de mestrado sobre ânforas, como o trabalho de Rui Almeida (2006) sobre as produções anfóricas do Guadalquivir em Santarém; de Patrícia Bargão (2006) sobre as importações anfóricas do Mediterrâneo (Santarém); de Ida Buraca (2005) sobre as ânforas de Conimbriga; o trabalho de Carlos Banha (2006) sobre as ânforas de Idanha-a-Velha; o estudo das ânforas da Mesa dos Castelinhos (Parreira, 2009) e ainda, sobre o Teatro Romano de Lisboa (Filipe, 2008).

Estes trabalhos proporcionam um importante desenvolvimento nos estudos anfóricos.

Relativamente à análise do conjunto de ânforas da Quinta do Forte foram recolhidos reduzidos fragmentos pertencentes a cerâmica de armazenamento (Anexo III – Estampa 6).

Este estudo é constituído por 6 fragmentos de ânforas (EVR.QF.08.753; EVR.QF.08.553; EVR.QF.08.351; EVR.QF.08.Nº ilegível (1); EVR.QF.08.476; EVR.QF.08.470), compostos por asas (33%), bordos (33%) e bojos (33%) (Anexo II – Gráfico 10).

Não se aplicou o critério de NMI para a quantificação deste grupo cerâmico porque os fragmentos são em reduzida quantidade e apenas os bordos existentes seriam quantificados e não existe número suficiente.

Embora apenas as asas e bordos permitem aferir dados neste estudo, os fragmentos de bojos estão incluídos neste capítulo porque a quantidade de fragmentos é tão reduzida que os bojos apenas ficam registados, porque não acrescentam qualquer dado relevante ao estudo.

Foi possível determinar dois tipos de proveniências: Lusitânia e Bética. Sendo a maioria dos fragmentos de proveniência Lusitânia (67%) (Anexo II – Gráfico 11). Os bojos são os únicos fragmentos de proveniência Bética, mas não possibilitam o estudo, como já foi mencionado (Anexo II – Gráfico 12).

Os fragmentos recolhidos nesta intervenção arqueológica pertencem à sondagem 1, às unidades estratigráficas [6], [20] e [34].

Através dos fragmentos de ânforas da Lusitânia da Quinta do Forte foi possível identificar apenas uma tipologia, Dressel 14 (representada por 4 fragmentos⁵⁴), com proveniência do Tejo/Sado.

Assim, relativamente à tipologia das ânforas, 67% pertencem a Dressel 14 e 33% são consideradas como indeterminadas (Anexo II – Gráfico 14).

Os bordos pertencem a uma variante designada como C (bordo arredondado), com maior difusão durante o século II (Mayet; Silva, 1998:63). As pastas são de cor laranja, a textura é média e possuem elementos não plásticos como o quartzo, mica e feldspato.

Verificou-se diferença nas pastas e foram criados dois grupos de fabrico:

Grupo 1 – pasta laranja (Munsell 5YR-6/6), pode ser porosa, de textura média e com elementos não plásticos de pequenas e médias dimensões (quartzo, mica e feldspato).

Grupo 2 – pasta de cor laranja clara (Munsell 7.5YR-7/4), de textura média, com abundantes elementos não plásticos de pequenas dimensões (quartzo e mica).

Relativamente aos grupos de fabrico, o grupo 1 representa 50%, o grupo indeterminado 33% e por fim, o grupo 2 17% do conjunto (Anexo II – Gráfico 13).

Morfologicamente a Dressel 14 é caracterizada por possuir *“corpo cilíndrico, bordo com lábio saliente, que pode ser liso ou perolado, ou ainda de secção triangular, e o fundo é geralmente troncocónico e oco”* (Alves; Carneiro, 2011:170). As asas possuem secção ovóide e são largas, algumas com canelura longitudinal exterior. A pasta geralmente tem tons laranja.

A produção da Dressel 14 na Lusitânia relaciona-se com o progresso das atividades de salga de peixe, que começaram em meados do século I d.C. Foi também na Lusitânia que esta forma teve mais importância. O seu fabrico propagou-se no Algarve, mas teve maior produção nos vales do Tejo e Sado.

⁵⁴ Duas asas (EVR.QF.08.753 e EVR.QF.08.553) e dois bordos (EVR.QF.08.476 e EVR.QF.08.470).

O conteúdo transportado nestas ânforas seriam os preparados piscícolas, atestado pelos *tituli picti* em determinados contentores.

Em relação à cronologia, enquadram-se em meados do século I d.C. até ao século II (Alves; Carneiro, 2011:170).

Analisaram-se 2 fragmentos de asas provenientes da Quinta do Forte (EVR.QF.08.753 e EVR.QF.08.553), ambas da sondagem 1, [U.E.34]. De proveniência Lusitânia, com centro de fabrico Tejo-Sado e de tipologia Dressel 14.

Relativamente à morfologia, ambas as asas possuem canelura longitudinal, de secção oval, com espessura de 1,8cm. Em relação às técnicas de fabrico, possuem fabrico manual e cozedura oxidante.

Apenas o grupo de fabrico é distinto, o fragmento EVR.QF.08.753 pertence ao grupo de fabrico 1, com pasta laranja (5YR-6/6), de textura média e com elementos não plásticos (quartzo, mica e feldspato) de pequenas e médias dimensões. Enquanto o fragmento EVR.QF.08.553 pertence ao grupo de fabrico 2, pasta de cor laranja clara (7.5YR-7/4), textura média, com abundantes elementos não plásticos (quartzo e mica) de pequenas dimensões. O conteúdo destas ânforas é piscícola e ambas pertencem ao século I – II d.C.

Os bordos (EVR.QF.08.476 e EVR.QF.08.470) pertencem ambos a sondagem 1, [U.E.34], de proveniência Lusitânia, com centro de fabrico Tejo-Sado. De tipologia Dressel 14, variante C. Possuem bordo com secção arredondada. A dimensão da boca varia entre 11 e 15cm. Em relação às técnicas de fabrico, foram fabricados a torno e montados porque os diversos componentes eram produzidos separadamente. Relativamente à cozedura é oxidante. Pertencem ambos ao mesmo grupo de fabrico, definido como grupo 1.

O fragmento EVR.QF.08.476 tem pasta laranja (2.5YR-6/6), de textura média e com elementos não plásticos (quartzo, mica e feldspato) de pequenas dimensões. E o fragmento EVR.QF.08.470 tem pasta laranja (5YR-7/8), porosa, de textura média e com elementos não plásticos (quartzo, mica e feldspato) de pequenas dimensões.

Destes fragmentos de ânforas da Quinta do Forte foi possível obter paralelos. O bordo EVR.QF.08.476 tem uma forma idêntica às formas encontradas em Casa dos Mosaicos (*Caetobriga/Setúbal*), pertencente também a variante C, de produção local/regional, pasta Sado-Tejo, com cronologia entre meados da 2ª metade do século

I e século II (Silva, 2018: p. 167 (Fig. 5 – Nº 30); em Tróia (Setúbal), com uma ânfora pertencente a variante B mas próxima da variante C, integrada na Dressel 14 (século I - inícios do II) (Pinto; Magalhães; Brum, 2010: (Est. IV – Nº 7); em *Villa Romana de Freiria* (Cascais), fragmento de bordo de Dressel 14, de proveniência Lusitânia, dos fornos da bacia do baixo Tejo, com o lábio boleado e asas de secção oval com canelura vertical (Cardoso, 2018: p. 313 (Fig. 241 - Nº 39); em Peniche (Cardoso; Rodrigues; Sepúlveda, 2006: p. 266 (Fig. 21 - Nº 59) e, em Monte da Cegonha (Selmes, Vidigueira) (Pinto; Lopes, 2006: p. 207 (Fig. 7 - Nº 30).

O bordo, EVR.QF.08.470, tem similitudes na Tourega (Nossa Senhora da Tourega, Évora) representada pela ânfora Dressel 14 (Pinto; Lopes, 2006: p. 215 (Fig. 15 - Nº 15), da mesma zona deste estudo; em Peniche (Cardoso, Rodrigues, Sepúlveda, 2006: p. 266 (Fig. 21 - Nº 56) e, na Ilha da Berlenga, através da forma típica da Dressel 14 (Bugalhão; Lourenço, 2006: p. 291 (Fig. 16 - Nº 24) (Anexo III – Estampa 6).

Embora não exista nenhum indicador direto do conteúdo das ânforas estudadas desta intervenção arqueológica, propõem-se que tivessem conteúdo piscícola. Tal como indica Fabião e Carvalho (1990), nestas ânforas o produto transportado eram preparados de peixe.

Os bordos de ânforas (EVR.QF.08.476 e EVR.QF.08.470) são ambos de conteúdo piscícolas e de cronologia século I – II d.C.

Os dois bojos, EVR.QF.08.351 e EVR.QF.08.Nº ilegível (1), pertencentes a este grupo cerâmico de proveniência possivelmente Bética, não foram possível determinar a sua morfologia, nem dimensões. Estes fragmentos foram classificados como indeterminados, porque como são bojos não permitem acrescentar nenhum dado ao estudo, apenas ficam registados.

As informações facultadas pelas ânforas piscícolas da Quinta do Forte pressupõem um fabrico local ou regional para as ânforas do tipo Dressel 14 e remete para formas entre o século I - II d.C. Embora exumadas sem contexto cronológicos, verifica-se um significativo consumo de preparados de peixe em *Ebora Liberalitas Iulia*. Mas este conjunto anfórico não contém fragmentos suficientemente representativos, o que carecerá de ser confirmado através de dados de outras intervenções.

7.3.3 Cerâmica comum local/regional

A “cerâmica comum é aquela que é produzida com técnicas de olaria vulgares e bem disseminadas” (Pinto, 2003:59). Ou seja, cerâmica modelada à mão ou ao torno, cozida em ambiente redutor ou oxidante, por processos rudimentares ou em fornos de chama viva⁵⁵. Podem possuir decoração e engobe não vitrificado, não necessita de centros de fabrico especializados (Pinto, 2003:60).

A cerâmica comum caracteriza-se pela sua funcionalidade e modo de produção, tratando-se de cerâmicas utilizadas para o uso quotidiano em atividades domésticas, como a preparação de alimentos, consumo, higiene, pequenos trabalhos domésticos e a comercialização de produtos alimentares.

A sua produção caracteriza-se pela utilização de argilas locais/regionais, recolhidas e tratadas consoantes o tipo de peça pretendida e a necessidade de uma maior resistência do produto ou não, consoante a sua funcionalidade final (Figueira, 2018:19).

Mas “a cerâmica comum foi sempre considerada a parente pobre da grande família das cerâmicas romanas e o seu estudo longamente desprezado se comparado com o estudo de outros tipos de cerâmica” (Pinto, 2003:19), como a cerâmica fina de importação.

Os investigadores não tinham interesse em estudos sobre a cerâmica comum porque estas peças não possuíam valor estético, grande parte não tinha decoração, nem acabamento, ao contrário das cerâmicas finas de importação.

A partir dos princípios do século XX surgiram publicações sobre conjuntos de cerâmica comum provenientes de escavações ou museus, para ampliar o método tipológico e cronológico da cerâmica.

Ludowici (1908) e Loeschcke (1923) foram os primeiros a apresentar cerâmica comum classificada e datada. E Jean Jacques Hatt (1949) elaborou trabalhos sobre a diacronia da cerâmica comum como auxiliar de datação em contextos estratigráficos, seguindo-se uma série de estudos focados na descrição tipológica da cerâmica comum

⁵⁵ É o *four à flammes nues* (fogo de chama aberta) ou à *feu nu* que é o forno tipo I de Picon.

numa determinada região, é exemplo o estudo da cerâmica romana de Renânia por Erich Gose (1950).

Na década de 70 do mesmo século, surgem estudos mais aprofundados focando-se não só na tipologia da cerâmica comum, mas ampliando a perspectiva de estudo ao nível espacial, surgindo estudos como o de Mercedes Vegas (1973), sobre a cerâmica comum romana do Mediterrâneo ocidental; o de Peacock (1982) numa abordagem mais etnoarqueológica; e os estudos de Picon e Olcese (1994) sobre todo o processo de produção de cerâmica comum e sua classificação.

Em Portugal o estudo da cerâmica comum surge durante este avanço científico nos estudos da cerâmica comum romana em território europeu. Primeiro é de referir os trabalhos de Jorge Alarcão sobre a cerâmica comum de Conimbriga (1974), seguem-se trabalhos como o de Carlos Fabião e Amílcar Guerra sobre a cerâmica comum exumada durante os trabalhos arqueológicos efetuados no acampamento romano da Lomba do Canho (Arganil) (1987), que contribuiu para o conhecimento da cerâmica comum romana dos meados do século I a.C. É importante referir também os trabalhos de Jeannette Nolen sobre a cerâmica comum das necrópoles do Alto Alentejo e no Baixo Alentejo (1974). O estudo preliminar de Jorge Alarcão sobre a cerâmica das *villae* romanas de São Cucufate (1990), que foi mais tarde consolidado com o estudo da cerâmica comum das *villae* romanas de São Cucufate por Inês Vaz Pinto publicado em 2003, que representa um estudo base para muitos trabalhos posteriores dentro desta categoria cerâmica (Figueira, 2018:21).

Em âmbito académico foram realizadas algumas dissertações abordando a temática da cerâmica comum romana, como exemplo o estudo da cerâmica romana produzida no centro oleiro da Quinta do Rouxinol por Cézer Santos (2011); o estudo de Ana Mónica Rolo (2010) sobre a necrópole romana da Rouca (Alandroal, Évora), incluindo a cerâmica comum encontrada naquele sítio; a dissertação de mestrado de Eva Basílio (2017) sobre o Paço dos Lobos da Gama (Évora) que aborda cerâmica comum do local; e a dissertação de mestrado de Arlette Figueira (2018) sobre a cerâmica comum da *villa* romana da Quinta da Bolacha (Amadora).

Destacam-se ainda outros trabalhos realizados em outros sítios arqueológicos de Portugal, o caso do estudo de Ana Arruda, Catarina Viegas e Patrícia Bargão (2009) sobre a cerâmica comum do Monte Molião, onde se verificou também uma produção

local reduzida destinada apenas para o consumo do sítio; e da cidade romana da *Ammaia*, objeto de estudo no âmbito de tese de doutoramento de Vítor Dias (2014), constatou-se a presença de variadas formas cerâmicas que através da associação estratigráfica e a cronologia das cerâmicas finas permitiu balizar cronologicamente esta categoria cerâmica entre o século I até meados do século V d.C.

Relativamente aos fabricos, para identificar as características distintas de cada pasta e criar grupos de fabrico para a cerâmica comum da Quinta do Forte, a descrição e classificação das pastas foi realizada através de análise com lupa de mão (com aumento de 15x). A descrição dos grupos de fabrico teve em conta a constituição mineralógica da pasta, o tipo de cozedura da pasta, a coloração apresentada segundo a tabela de *Munsell*, o modo de cozedura e o tipo de acabamento da peça.

Teve-se em consideração os seguintes elementos: matriz cerâmica (caulinítica⁵⁶, calcária⁵⁷, não-calcária⁵⁸); para descrever a coloração das pastas recorreu-se ao código cromático de *Munsell*⁵⁹, registando a indicação da cor e a referência; o acabamento da superfície (ausente ou alisamento⁶⁰); a técnica de fabrico (manual⁶¹ ou torno rápido⁶²); condições de cozedura (reduzida⁶³ ou oxidante⁶⁴); os elementos não plásticos (quartzo, micas, feldspato, etc.); a sua frequência (reduzida, média ou elevada) e dimensão (reduzida, média ou elevada⁶⁵) e a sua forma (angulosos, arredondados ou subarredondados), e por último, a textura da pasta (fina⁶⁶ ou média⁶⁷).

A análise e descrição destes elementos permitem obter através da observação macroscópica, peças com pastas de composição mineralógica semelhantes e criar grupos de fabrico que derivam da “*composição das argilas e dos processos de fabricos*” (Pinto, 2003:62).

⁵⁶ Com cor muito esbranquiçada depois de cozida, com textura muito compacta e elevada dureza.

⁵⁷ Com cor clara, esbranquiçada, amarelada ou rosada.

⁵⁸ Argilas mais escuras, de cores em tons de laranja, vermelho ou castanho.

⁵⁹ Que é apenas uma aproximação à cor real.

⁶⁰ Para eliminar as irregularidades das peças, permitindo uma superfície lisa e regular.

⁶¹ O fabrico manual é o tipo mais simples de manufatura, utilizando poucos instrumentos de trabalho.

⁶² Este fabrico à roda permite uma produção mais rápida e de melhor qualidade.

⁶³ Cozedura em forno, numa atmosfera com falta de oxigénio. A cerâmica produzida é de cor negra ou cinzenta.

⁶⁴ Cozedura em forno, com abundância de oxigénio. Esta cozedura proporciona a recipientes avermelhados.

⁶⁵ Reduzida geralmente para elementos <0,5 mm; média com elementos entre 0,5mm a 1mm e elevada >1mm.

⁶⁶ As pastas finas geralmente são pastas muito homogéneas, com elementos não plásticos pequenos.

⁶⁷ As pastas médias possuem elementos não plásticos de tamanho médio.

Assim, os grupos de fabricos são divididos pela composição mineralógica das pastas e dos processos de fabrico. Logo, cada pasta com composição mineralógica e processo de fabrico diferente pertence a um distinto grupo de fabrico.

As cerâmicas com pastas com a mesma composição mineralógica, mas com cozeduras diferentes, correspondem a grupos de fabrico distintos, a decoração não é um componente distintivo de fabrico. As peças com acabamentos de superfície foram agrupadas como sub-fabricos. Também foram colocadas como sub-fabrico as pastas com características iguais ao grupo, mas que varia a textura da pasta, tal como as peças com fabrico manual estão num sub-grupo.

Não foi possível realizar um estudo mais rigoroso, por exemplo através de análises químicas, o que representa uma limitação, podendo não chegar à conclusão exata da composição das pastas e das suas proveniências.

Os grupos de fabrico foram designados por um código alfanumérico. A primeira letra maiúscula refere-se aos grupos de distinção de cozeduras: A - pastas de cozedura oxidante; B – pastas de cozedura redutora. O dígito do código que se segue é representado por um algarismo que se refere ao número do grupo. E o terceiro dígito é representado por uma letra minúscula que se refere ao sub-fabrico.

Oxidante – Grupo A

Grupo A1: Pasta não-calcária, variando entre a cor castanho claro (Munsell 10YR-7/2) e a cor laranja (Munsell 5YR-6/4). Realizada em torno manual, com cozedura oxidante. A textura da pasta é média. Elementos não plásticos: micas (frequência média, dimensão reduzida, forma subarredondada) e quartzo (frequência média, dimensão reduzida, forma angulosa).

Grupo A2: Pasta não-calcária, variando entre a cor castanho claro (Munsell 5Y-7/1) e laranja (Munsell 5YR-7/1). Realizada em torno rápido, com cozedura oxidante. A textura da pasta é média. Elementos não plásticos: feldspato (frequência reduzida, dimensão reduzida, forma subarredondada); micas (frequência reduzida, dimensão reduzida, forma subarredondada); quartzo (frequência reduzida, dimensão reduzida, forma angulosa).

Grupo A2a: Distingue-se por possuir alisamento como tratamento de superfície no interior ou exterior.

Redutor – Grupo B

Grupo B1: Pasta não-calcária com a cor cinzento (Munsell GLEY2-5/10GB), variando entre a cor cinzento claro (Munsell GLEY2-6/10BG) e cinzento escuro (Munsell GLEY2-4/5B), por vezes com o exterior e interior cinzento claro (Munsell GLEY2-7/10BG) ou escuro (Munsell GLEY2-4/5BG). Realizada em torno rápido, com cozedura redutora. A textura da pasta é média. Elementos não plásticos: feldspato (frequência média, dimensão reduzida, forma subarredondada); micas (frequência média, dimensão reduzida, forma subarredondada); quartzo (frequência média, dimensão reduzida, forma angulosa).

Grupo B1a: Distingue-se por possuir alisamento como tratamento de superfície interior ou externa.

Grupo B1b: Distingue-se por ser realizado manualmente.

Grupo B2: Pasta não-calcária de cor cinzenta (Munsell GLEY2-5-10GB) ou cinzenta clara (Munsell GLEY2-6/10BG), a cor exterior e interior pode oscilar entre cinzento (Munsell GLEY2-5/10GB) ou cinzento escuro (Munsell GLEY2-4/10G). Realizado em torno rápido, com cozedura redutora. A textura da pasta é média. Elementos não plásticos: micas (frequência reduzida, dimensão reduzida, forma subarredondada) e quartzo (frequência reduzida, dimensão reduzida, forma angulosa).

Grupo B2a: Distingue-se por ser realizada manualmente.

Grupo B3: Pasta não-calcária de cor cinzenta (Munsell GLEY2-5/5GB) ou cinzenta clara (Munsell GLEY2-6/10B), a cor exterior e interior pode oscilar entre cinzento claro (GLEY2-6/5GB) ou cinzento escuro (Munsell GLEY2-4/5BG). Realizada em torno rápido, com cozedura redutora. A textura da pasta é média. Elementos não plásticos: feldspato (frequência média, dimensão média, forma subarredondada) e quartzo (frequência média, dimensão média, forma angulosa).

Grupo B3a: Distingue-se por possuir alisamento como tratamento de superfície interior ou externa.

Grupo B3b: Distingue-se por ser realizada manualmente.

Em relação à classificação tipológica formal/funcional deste tipo de cerâmica foi utilizada uma terminologia semelhante à utilizada por Inês Vaz Pinto (2003), na sua tese de doutoramento intitulada “*A cerâmica comum das villae romanas de São Cucufate (Beja)*”, para criar um paralelo com as formas identificadas por esta autora.

Recorreu-se também ao estudo da cerâmica comum das Necrópoles da região de Elvas (Nolen, 1985); Monte Molião (Lagos) (Arruda, Viegas, Bargão, 2009); Castelo da Lousa (Mourão) (Pinto & Schmitt, 2010); Necrópole da Rouca (Alandroal) (Rolo, 2010); Quinta do Rouxinol (Seixal) (Santos, 2011); *Ammaia* (Dias, 2014); Paço dos Lobos da Gama (Évora) (Basílio, 2017) e outros artigos para encontrar paralelos com a cerâmica comum da Quinta do Forte.

As peças foram descritas para definir e realçar as características de cada forma. Foram criadas as seguintes categorias: cozinhar⁶⁸, servir⁶⁹ e armazenar⁷⁰. Depois estas categorias foram subdivididas em formas: formas abertas⁷¹ e formas fechadas⁷².

De seguida, criaram-se categorias e variantes. O número indica a designação da categoria morfológica-funcional; a letra maiúscula a orientação do bordo; o número que lhe sucede a variante dentro da categoria; e a letra minúscula a forma com alguma particularidade diferente do modelo que a antecede.

1. Pratos

1.A. Pratos de bordo direito

1.A.1. Prato com a parede arqueada e o bordo simples

1.A.2. Prato com a parede pouco arqueada e o bordo espessado e biselado

1.A.3. Prato com a parede quase recta e evasada, ou levemente carenada, e o bordo espessado, plano ou formando face interna oblíqua

1.B. Pratos de bordo voltado para o interior

1.B.1. Prato com a parede muito arqueada e o bordo boleado

⁶⁸ Refere-se a um conjunto de recipiente destinados ao processamento de alimentos, com recurso à ação do fogo (tachos e panelas) ou só de preparação (bacias e alguidares).

⁶⁹ Engloba um conjunto de recipientes destinados a consumir e a servir alimentos (pratos, tigelas, potinhos, jarras e bilhas).

⁷⁰ Abrange um conjunto de recipientes para armazenamento e/ou transporte de alimentos/matérias primas (potes, cântaros, jarros, *dolium*/talha e bilhas).

⁷¹ Formas onde o diâmetro de abertura da peça é superior ao restante corpo (por exemplo: pratos, tigelas e alguidares, almofarizes), utilizadas em diversas atividades quotidianas, como por exemplo a preparação de alimentos, consumo à mesa ou para a prática da higiene pessoal.

⁷² Formas onde o diâmetro de abertura da peça é inferior ao diâmetro máximo da peça (por exemplo: *dolium*/talhas e bilhas, potes/panelas, tachos), utilizadas em diversas atividades quotidianas, como por exemplo no transporte, armazenamento, serviço/consumo e preparação de alimentos.

1.B.2. Prato fundo com a parede oblíqua e pouco arqueada, o bordo levemente espessado, arredondado ou afilado, e voltado para o interior

2. Tigelas

2.A. Tigelas de bordo direito

2.A.1. Tigela hemisférica com o bordo simples ou levemente espessado, arredondado ou aplanado

2.B. Tigelas de bordo voltado para o exterior

2.B.1. Tigela de parede arqueada e bordo amendoado e descaído

2.B.1.a. Pequena tigela de parede arqueada, bordo amendoado e descaído e fundo anelar

2.B.2. Tigela com o bordo formando lábio arredondado levemente voltado para o exterior e parede arqueada

2.B.3. Tigela com a prede contracurvada, a parte inferior arqueada e a parte superior voltada para fora

3. Tachos

3.A. Tachos de bordo voltado para o exterior

3.A.1. Tacho de bordo voltado para fora formando aba oblíqua descolada da pança, bojo geralmente ovóide, sem asas

4. Panelas

4.A. Panelas de bordo voltado para o exterior

4.A.1. Panelas de bordo oblíquo, geralmente amendoado, e voltado para fora, pança esférica ou ovóide, sem asas

4.A.1.a. Panela de bordo oblíquo, levemente espessado, e voltado para fora, pança esférica ou ovóide, por vezes com asas

4.A.2. Panela de bordo oblíquo, espesso e anguloso, com o topo plano ou levemente oblíquo, e voltado para fora, pança ovóide ou piriforme, e asas

4.A.3. Panela de bordo oblíquo alongado, anguloso ou arredondado, pouco voltado para fora, pança geralmente ovóide e asas

4.A.4. Panela de bordo formando pequena aba horizontal voltada para fora, e pança geralmente ovóide

4.A.4.a. Panela de bordo formando pequena aba oblíqua voltada para fora, garganta curta e pança geralmente ovóide, por vezes com asas

- 4.A.5. Panela de bordo voltado para fora na continuidade da pança ovóide
- 4.A.6. Panela de bordo muito voltado para fora formando colo alto
- 4.A.7. Panela de bocal largo, colo alto e bordo arredondado levemente voltado para fora, por vezes com asas
- 4.A.8. Painéis de bordo triangular formando pequena aba horizontal voltada para fora, pança periforme e asas verticais
- 4.B. Painéis de bordo formando garganta interna**
- 4.B.1. Panela de bordo terminando em lábio triangular e formando garganta interna pouco pronunciada, pança ovoide e, por vezes, asas verticais
- 5. **Potes**
- 5.A. Potes de bordo voltado para o exterior**
- 5.A.1. Pote de bordo em aba amendoada oblíqua e com saliência, colo alto e levemente afunilado fazendo ângulo com a pança
- 6. **Potinhos**
- 6.A. Potinho de bordo voltado para o exterior**
- 6.A.1. Potinho de colo alto levemente côncavo, bordo simples e pança esférica
- 6.A.2. Potinho de colo pronunciado e largo levemente côncavo, bordo geralmente espessado e pança esférica ou ovóide
- 6.A.3. Potinho de bordo oblíquo amendoado ou espessado, por vezes alongado, e pança esférica ou ovóide
- 6.A.4. Potinho de bordo em pequena aba levemente oblíqua ou horizontal, pança larga e, por vezes, asas verticais
- 7. **Jarros**
- 7.A. Jarros de bordo voltado para o exterior**
- 7.A.1. Jarro de bordo levemente amendoado e pouco evasado, como o colo côncavo
- 8. **Bilhas**
- 8.A. Bilhas de bordo direito**
- 8.A.1. Bilha de bordo direito ou levemente oblíquo com o bocal estreito e o colo em L
- 8.A.2. Bilha de colo alto e cilíndrico muito estreito
- 8.B. Bilhas de colo com dobra**

8.B.1. Bilha de colo com dobra formando ressalto exterior pronunciado

9. Tampas

9.A. Tampas de bordo simples ou levemente espessado

9.A.1. Tapa de bordo alongado, simples ou levemente espessado e parede recta e aberta

10. Fundos

F.1. Fundo raso, simples e largo, de formas abertas

F.2. Fundo côncavo e largo de formas abertas

F.3. Fundo estreito, raso ou levemente côncavo, com pequeno pé ou rebordo formando uma base anelar, e o interior geralmente bastante liso, de formas abertas

F.4. Fundo de base fina e com rebordo, parede espessa e interior alisado, provavelmente de alguidar

F.5. Fundo raso e simples de formas fechadas

F.6. Fundo raso e simples de pequena forma fechada

F.7. Fundo anelar estreito e alto de forma fechada, potinho e talvez bilha

A totalidade do conjunto material da Quinta do Forte foi alvo de estudo, embora se encontrem sem contextos.

O conjunto de cerâmica comum local/regional da Quinta do Forte possui pratos, tigelas, tachos, panelas, pote, potinhos, jarro, bilhas, tampas, fundos e asas. São no total 93 fragmentos, sendo 3 classificados como indeterminados. O que corresponde a um conjunto constituído por 44 peças (EEP) (Anexo V – Tabela 1-4).

Em relação ao tipo de objetos (em fragmentos), a maioria são fundos (28%), seguindo de panelas (20%), depois de pratos (13%), sucedendo o conjunto de asas (11%), depois potinhos (9%), tigelas (8%), bilhas (5%), indeterminados (2%) e depois em minoria pote (1%), tacho (1%), jarro (1%) e tampa (1%) (Anexo II – Gráfico 15).

Em termos do total de peças (EEP), a maioria são panelas (30%), depois potinhos (18%), seguindo-se pratos (16%) e com a mesma percentagem tigelas (16%), depois bilhas (12%) e por fim, pote (2%), tacho (2%), jarro (2%) e tampa (2%) (Anexo II – Gráfico 16 e 18).

Pela análise da forma funcional (EEP) verifica-se que a maioria pertence a cerâmica de servir à mesa (51%) (22 peças – EEP), estão incluídos os pratos, as tigelas e

os potinhos. Depois a cerâmica de cozinhar (33%) (14 peças – EEP) que reúne o tacho e panelas. E por fim, a cerâmica de armazenamento (16%) (7 peças – EEP) que contém o pote, jarro e bilhas (Anexo II – Gráfico 21).

Neste parâmetro existe sobretudo cerâmica de servir à mesa, porque as tigelas, pratos e potinhos (22 peças – EEP) somados existem em número superior à categoria de cerâmica de cozinhar, panelas e tachos (14 peças – EEP).

A análise global deste conjunto de cerâmica comum é através das formas funcionais.

Relativamente às categorias analisadas por fragmentos, a grande parte do conjunto pertence à variante 1.A.1., prato com a parede arqueada e o bordo simples (30%), seguindo-se da variante 6.A.1., potinho de colo alto levemente côncavo, bordo simples e pança esférica (16%), e as restantes são minoritárias (Anexo II – Gráfico 17).

Enquanto analisadas as categorias por estimativa equivalente da peça verifica-se que domina a variante 6.A.1, potinho de colo alto levemente côncavo, bordo simples e pança esférica, constituída por 4 peças (EEP) (Anexo II – Gráfico 18).

Quanto aos grupos de fabrico, grande parte do material de cerâmica comum local/regional pertence ao fabrico B1 (33%), pasta não-calcária com a cor cinzento (Munsell GLEY2-5/10GB), variando entre a cor cinzento claro (Munsell GLEY2-6/10BG) e cinzento escuro (Munsell GLEY2-4/5B), por vezes com o exterior e interior cinzento claro (Munsell GLEY2-7/10BG) ou escuro (Munsell GLEY2-4/5BG). Realizada em torno rápido, com cozedura redutora. A textura da pasta é média. Elementos não plásticos: feldspato (frequência média, dimensão reduzida, forma subarredondada); micas (frequência média, dimensão reduzida, forma subarredondada); quartzo (frequência média, dimensão reduzida, forma angulosa) (Anexo II – Gráfico 19).

Os fragmentos cerâmicos pertencem à sondagem 1 e distribuem-se pelas unidades estratigráficas da seguinte forma: [U.E.34] constituída por 68 fragmentos (73%); seguindo-se a [U.E.20] com 13 fragmentos (14%); a [U.E.6] com 7 fragmentos (8%); a [U.E.49] com 4 fragmentos (4%) e por fim, a [U.E.4] com apenas 1 fragmento (1%) (Anexo II – Gráfico 20).

As cronologias foram atribuídas a partir de paralelos de formas idênticas às da Quinta do Forte no território português, porque não existem contextos preservados para poder fazer uma atribuição cronológica exata.

As 10 categorias criadas e mencionadas em cima, foram na totalidade alvo de estudo, como se segue.

O prato é um recipiente aberto e baixo, com as paredes curtas e arqueadas, ou rectas, fundo plano ou côncavo, e com um diâmetro da abertura superior a quatro vezes a altura, que servia para cozinhar alimentos sólidos, e essencialmente fritar e ir ao forno, bem como para servir e consumir os alimentos (Pinto, 2003:77).

A categoria dos pratos da Quinta do Forte tem um total de 13 bordos, equivalente a 7 peças (EEP).

Esta categoria foi dividida em 1.A., pratos de bordo direito e 1.B., pratos de bordo voltado para o interior.

Dentro da categoria de pratos de bordo direito (1.A.), a variante 1.A.1., prato com a parede arqueada e o bordo simples, encontram-se 7 bordos, 3 peças (EEP) (EVR.QF.08.806; EVR.QF.08.489; EVR.QF.08.496; EVR.QF.08.544; EVR.QF.08.638; EVR.QF.08.500; EVR.QF.08.819) (Anexo III - Estampa 7). Os diâmetros de bordo destes pratos variam entre 10 e 20 cm, e as espessuras entre 0,7 e 1 cm. Pertencem na totalidade à sondagem 1, [U.E.34], à exceção do fragmento EVR.QF.08.819 que é originário da [U.E.20].

Em relação aos grupos de fabrico, EVR.QF.08.806, EVR.QF.08.489 e EVR.QF.08.496 pertencem ao grupo de fabrico B1, pasta não calcária variando a cor no centro entre cinzento claro (Munsell GLEY2-6/10G), cinzento escuro (Munsell GLEY2-4/5B), cinzento acastanhado (Munsell 10R-6/3) e cinzento (Munsell GLEY2-5/10BG) ou cinzento escuro (Munsell GLEY2-4/5PB) no interior e exterior. Realizada em torno rápido, com cozedura redutora. A textura da pasta é média. Com elementos não plásticos: feldspato (frequência média, dimensão reduzida, forma subarredondada); micas (frequência média, dimensão reduzida, forma subarredondada); quartzo (frequência média, dimensão reduzida, forma angulosa). Variando entre eles a cor no centro, interior e exterior.

Enquanto EVR.QF.08.544, EVR.QF.08.638, EVR.QF.08.500 pertencem ao grupo de fabrico B3, pasta não calcária com a cor cinzento escuro (Munsell GLEY2-4/10GB) ou cinzento acastanhado (Munsell 10YR-6/2) no centro, interior e exterior. Realizada em torno rápido, com cozedura redutora. A textura da pasta é média. Com elementos

não plásticos: feldspato (frequência média, dimensão média, forma subarredondada) e quartzo (frequência média, dimensão média, forma angulosa).

E o fragmento EVR.QF.08.819 pertence ao grupo de fabrico B2, pasta não calcária com a cor cinzento acastanhado (Munsell 2.5YR-6/2) no centro e cinzento claro (Munsell GLEY2-6/10G) no interior e exterior. Realizado em torno rápido, com cozedura redutora. A textura da pasta é média. Com elementos não plásticos: micas (frequência reduzida, dimensão reduzida, forma subarredondada); quartzo (frequência reduzida, dimensão reduzida, forma angulosa).

Existem paralelos desta forma na Necrópole de Valdoca (Aljustrel), *Ammaia* (Marvão), Cidade das Rosas (Serpa), Necrópole de Santo André (Montargil) e em São Cucufate (Beja).

Na Necrópole de Valdoca (Aljustrel) existe o prato nº 1 da sepultura 22 que é paralelo desta forma. Tem parede arqueada, bordo arredondado e fundo raso. Não possui cronologia, mas foi encontrado junto a uma lucerna cuja classificação tipológica não é clara, mas que não deverá ser anterior ao século II (Alarcão; Alarcão, 1966: 10; Est. III).

Na *Ammaia* (Marvão) existem similitudes através dos pratos nº 8 e 9, embora sem contexto datável (Neves, 1972: 12; Est. III).

Na Cidade das Rosas (Serpa) os pratos do grupo 1, com parede de espessura regular e bordo simples, sem grandes alterações de simetria no seu conjunto, mais especificamente o nº 1 e nº 2 são paralelos desta forma de pratos da Quinta do Forte. Datados do último quartel do século III – início do século IV (Caeiro, 1978: 252; 264).

Os pratos nº C 5.9, E 5.5 e J 1.4 da Necrópole de Santo André (Montargil) são paralelos das peças estudadas, datados da 2ª metade do século I e inícios do século II (Viegas; Nolen; Dias, 1981: Est. VII; Est. XXXV; Est. LX).

Em São Cucufate existe paralelo com o nº 81.1636-2A; 84.1030-7; 86.134-2B; 84.448-2B; 84.1935-7; 83.4187-2C; 83.256-2A; 81.141-2ª, da forma I-A-1. Esta forma é a mais abundante dentro da categoria dos pratos, sendo representada por 405 exemplares. Esta forma surge a partir da 2ª metade do século I e 1º terço do século II, ganha importância no 2º terço do século II e atinge o seu expoente máximo em meados do século II até meados do século IV e depois decai até a 1ª metade do século V (Pinto, 2003:159; Fig. 3, 4 e 5).

Na Quinta do Rouxinol (Seixal) encontra-se paralelo com o nº QtR 246 e QtR 870, da variante 1.1.2.1. composta por 180 bordos, a maioria dos fragmentos surge entre a 2ª metade do século III e inícios do século IV (Santos, 2011:52; Est. I).

Na *Ammaia* (Marvão) a categoria dos pratos I. 1. 2., prato de bordo direito, nomeadamente os números 394, 13643 e 13673 registam semelhanças com a forma da Quinta do Forte. Datados do final do século I, com continuidade da forma entre os séculos II, III-IV até à 2ª metade do século V (Dias, 2014:151; Anexo Est. II).

A variante do prato com a parede pouco arqueada e o bordo espessado e biselado (1.A.2.) está representada por 2 fragmentos do conjunto cerâmico estudado, 1 peça (EEP) (EVR.QF.08.777 e EVR.QF.08.645) (Anexo III - Estampa 7). Pertencem à sondagem 1, [U.E.34]. Os diâmetros de boca variam entre 18 e 19,2 cm, e a espessura entre 0,6 e 0,9 cm de espessura.

O fragmento EVR.QF.08.777 enquadra-se no grupo de fabrico B1, pasta não calcária com a cor cinzento acastanhada (Munsell 5YR-5/3) no centro e cinzento (Munsell GLEY2-5/10BG) no interior e exterior. Realizada em torno rápido, com cozedura redutora. A textura da pasta é média. Com elementos não plásticos: feldspato (frequência média, dimensão reduzida, forma subarredondada); micas (frequência média, dimensão reduzida, forma subarredondada); quartzo (frequência média, dimensão reduzida, forma angulosa).

E o fragmento EVR.QF.08.645 pertence ao mesmo grupo de fabrico, apenas difere na cor interior e exterior, sendo cinzento escuro (Munsell GLEY2-4/10G).

Têm semelhanças com as formas das Necrópoles da região de Elvas, de São Cucufate (Beja) e da *Ammaia* (Marvão).

A categoria 1.A.2. da Quinta do Forte apresenta paralelo com a forma designada como 4-a, através das peças nº 261 e nº 262 das Necrópoles da região de Elvas. A sua cronologia foi atribuída através de paralelos, provenientes de uma sepultura da 2ª metade do século I ou possivelmente dos inícios do século II d.C. (Nolen, 1985:86; Est. XXX).

Em São Cucufate (Beja) há similitudes com as peças da Quinta do Forte através dos números 84.2122-2A e 81.1375-2D, da forma I-A-3. Esta forma está representada por 66 exemplares e em termos cronológicos é significativo em todos os horizontes,

mas está melhor representada no horizonte 6 (1ª metade do século V) (Pinto, 2003:168; Fig.12).

Possuem também semelhanças com a categoria I.1.1.A., prato de bordo direito da *Ammaia* (Marvão) (peça nº 467). É uma forma antiga, mas que perdura até meados do século IV (Dias, 2014:149; Anexos: 296, Est. I).

A variante de prato com a parede quase recta e evasada, ou levemente carenada, e o bordo espessado, plano ou formando face interna oblíqua (1.A.3.) abrange o fragmento EVR.QF.08.812 da Quinta do Forte, o único exemplar referente a esta variante, representada por 1 peça (EEP) (Anexo III - Estampa 8). Tem proveniência da sondagem 1, [U.E.34]. Mede de diâmetro de boca 15,8 cm e 0,7 cm de espessura. Está incluído no grupo de fabrico B1, pasta não calcária com a cor cinzento claro (Munsell GLEY2-6/10BG) no centro e com o interior/exterior cinzento escuro (Munsell GLEY2-4/10BG). Realizada em torno rápido, com cozedura redutora. A textura da pasta é média. Com elementos não plásticos: feldspato (frequência média, dimensão reduzida, forma subarredondada); micas (frequência média dimensão reduzida, forma subarredondada); quartzo (frequência média, dimensão reduzida, forma angulosa).

Este exemplar tem paralelo nas Necrópoles da região de Elvas, em São Cucufate (Beja) e no Castelo da Lousa (Mourão).

Nas Necrópoles da região de Elvas existe similitudes com o tipo 2-c, através do exemplar nº 227. Este paralelo é próximo da forma da Quinta do Forte, mas não é um paralelo perfeito. Mas este tipo de prato não possui datação (Nolen, 1985:83; Est. XXVIII).

Em São Cucufate (Beja) existe paralelo com o nº 84.3122-2ª, da forma I-A-9 representada por 24 exemplares. Relativamente à cronologia, este prato está representado nos horizontes 1 (2ª metade do século I – 1º terço do século II), 3 (Meados do século II), 4 (Meados do século IV) e 6 (1ª metade do século V), o que lhe concede uma extensa duração (Pinto, 2003:178; Fig. 33).

No Castelo da Lousa (Mourão) há semelhanças com a peça nº 2, da forma 1 representada por 16 exemplares, inspirada em pratos de bordo bífido da cerâmica comum itálica. Este tipo de prato possui uma ranhura na parte superior do bordo para encaixar uma tampa, aparece no século II a.C., mas é frequente no século I a.C. em

todo o mundo mediterrâneo e desaparece nos finais do período augustano (Pinto; Schmitt, 2010:257; Est. L).

Dentro da categoria 1.B., prato de bordo voltado para o interior, determinaram-se duas variantes: 1.B.1 referente a pratos com a parede muito arqueada e o bordo boleado; e 1.B.2, prato fundo com a parede oblíqua e pouco arqueada, o bordo levemente espessado, arredondado ou afilado, e voltado para o interior.

A primeira variante, 1.B.1, prato com a parede muito arqueada e o bordo boleado, engloba o fragmento EVR.QF.08.647, 1 peça (EEP) (Anexo III - Estampa 8). Proveniente da sondagem 1, [U.E.34] da Quinta do Forte. Com diâmetro de boca 12,2 cm e 0,9 cm de espessura. Pertence ao grupo de fabrico B3, pasta não calcária com a cor cinzento (Munsell GLEY2-5/5BG) no centro e cinzento escuro (Munsell GLEY2-4/10BG) no interior e exterior. Realizada em torno rápido, com cozedura redutora. A textura da pasta é média. Com elementos não plásticos: feldspato (frequência média, dimensão média, forma subarredondada) e quartzo (frequência média, dimensão média, forma angulosa).

Com paralelos nas Necrópoles da região de Elvas, em São Cucufate (Beja) e na *Ammaia* (Marvão).

Nas Necrópoles da região de Elvas existem similitudes com o nº 251, tipo 3-c, representado por 9 pratos. Sem datação precisa, mas possivelmente do século III, através de paralelos com outros locais (Nolen, 1985:85; Est. XXIX).

Em São Cucufate (Beja) existem similitudes com o nº 84.5411-2B, da forma I-B-3-a. Esta variante é representada por 9 exemplares, do horizonte 1 (2ª metade do século I – 1º terço do século II), 3 (Meados do século II) e 4 (Meados do século IV) (Pinto, 2003:187; Fig. 48).

E na *Ammaia* (Marvão) também se encontra uma forma idêntica, a categoria I.3.2., através do prato nº 534. No que diz respeito à cronologia, associa-se ao intervalo temporal de 225-250/275+ e à 2ª metade do século V (450-499) (Dias, 2014:154; Est. VII).

E por último, ainda dentro da variante 1.B. (prato de bordo voltado para o interior), os fragmentos EVR.QF.08.484 e EVR.QF.08.501, 1 peça (EEP), prato fundo com a parede oblíqua e pouco arqueada, o bordo levemente espessado, arredondado

ou afilado, e voltado para o interior (1.B.2.), com origem na sondagem 1, [U.E.34] (Anexo III - Estampa 8). O diâmetro de bordo varia entre 18 e 19,8 cm, a espessura entre 0,8 e 1,1 cm. Ambos pertencem ao grupo de fabrico B1, pasta não calcária com a cor cinzento claro (Munsell GLEY2-6/10BG) no centro, interior e exterior. Realizada em torno rápido, com cozedura redutora. A textura da pasta é média. Com elementos não plásticos: feldspato (frequência média, dimensão reduzida, forma subarredondada); micas (frequência média, dimensão reduzida, forma subarredondada); quartzo (frequência média, dimensão reduzida, forma angulosa).

Mas o fragmento EVR.QF.08.501 é diferente relativamente a cor do centro, interior e exterior, possui como cor no centro cinzento (Munsell GLEY2-5/10BG) e cinzento escuro (Munsell GLEY2-4/10BG) no interior e exterior.

Em termos de paralelos esta forma encontra-se nas Necrópoles da região de Elvas, em São Cucufate (Beja) e na Quinta do Rouxinol (Seixal).

Nas Necrópoles da região de Elvas existe paralelo através do nº 253, tipo 3-c, representada por 9 pratos. Mas sem datação precisa (Nolen, 1985:85; Est. XXX).

Em São Cucufate (Beja) existem paralelos com o nº 81.3110-2B e 82.5369-2A, da forma I-B-5 representada por 35 exemplares, mas apenas 14 peças foram datadas e revela que esta forma aparece em todos os horizontes, mas com mais frequência no horizonte 3 (Meados do século II) (Pinto, 2003:191; Fig. 56).

Na Quinta do Rouxinol (Seixal) há paralelo com o nº QtR 1070, da variante 1.1.3.4. composta por 502 bordos, sendo 38 peças (EEP). Existem na maioria materiais datados da 2ª metade do século IV - inícios do século V. Seguindo-se da 2ª metade do século III, inícios do século IV e em menor quantidade de finais do século II - século III (Santos, 2011:55; Est. II).

As tigelas são recipientes abertos, hemisféricos, carenados ou com paredes rectas e evasadas ou onduladas, sem asas e com fundo simples ou anelar, plano ou levemente côncavo, cujo diâmetro de abertura é equivalente a duas a quatro vezes a altura e cujo fundo é inferior a metade do diâmetro de abertura. Serviam essencialmente para o consumo individual de alimentos e são, por vezes, engobadas e decoradas (Pinto, 2003:80).

A categoria das tigelas conta com um total de 8 fragmentos, 7 peças (EEP) (EVR.QF.08.323(1); EVR.QF.08.498; EVR.QF.08.988; EVR.QF.08.776; EVR.QF.08.755;

EVR.QF.08.483; EVR.QF.08.754; EVR.QF.08.765), divididas em: 2.A., tigelas de bordo direito e 2.B., tigelas de bordo voltado para o exterior.

Dentro das tigelas de bordo direito (2.A.), existe a variante 2.A.1., tigela hemisférica com o bordo simples ou levemente espessado, arredondado ou aplanado. Este grupo tem um total de 3 fragmentos (EVR.QF.08.323 (1); EVR.QF.08.498; EVR.QF.08.988), equivalente a 2 peças (EEP) (Anexo III - Estampa 9). Oriundos da sondagem 1, [U.E.6], [U.E.34] e [U.E.49]. O bordo varia entre 10,1 e 21,8 cm, e a espessura entre 0,8 e 1,3 cm.

O exemplar EVR.QF.08.323 (1) é o único exemplar desta variante que possui como técnica decorativa exterior incisão, e como motivo duas linhas abaixo do bordo. EVR.QF.08.323 (1) insere-se no grupo de fabrico B3, de pasta não calcária com a cor cinzento acastanhado (Munsell 5YR-6/3) no centro e cinzento escuro (Munsell GLEY2-4/5B) no interior e exterior. Realizada em torno rápido, com cozedura redutora. A textura da pasta é média. Com elementos não plásticos: feldspato (frequência média, dimensão média, forma subarredondada) e quartzo (frequência média, dimensão média, forma angulosa).

E EVR.QF.08.988 também pertence ao fabrico B3, apenas com diferença na cor das pastas, sendo cinzento acastanhado no centro (Munsell 10R-6/2), interior e exterior (Munsell 10R-5/1).

Enquanto EVR.QF.08.498 pertence ao fabrico B1, pasta não calcária com a cor cinzento acastanhado (Munsell 10R-6/3) no centro e cinzento (Munsell GLEY2-5/10BG) no interior e exterior. Realizada em torno rápido, com cozedura redutora. A textura da pasta é média. Com elementos não plásticos: feldspato (frequência média, dimensão reduzida, forma subarredondada); micas (frequência média, dimensão reduzida, forma subarredondada); quartzo (frequência média, dimensão reduzida, forma angulosa).

Estas forma têm paralelos na Necrópole da Valdoca (Aljustrel), na Necrópole de Santo André (Montargil), nas Necrópoles da região de Elvas, em São Cucufate (Beja), na Necrópole da Rouca (Alandroal, Évora) e na *Ammaia* (Marvão).

Na Necrópole da Valdoca (Aljustrel) existe paralelo com a malga nº 1, da sepultura 113, datada do século I - II. E com a malga nº 3 da sepultura 206, sem datação. E por último, com a taça nº 4 da sepultura 369, acompanhada por vidros e lucernas do século I d.C. (Alarcão; Alarcão, 1966:29, 54, 76; Est. VIII, XV, XXVII).

Na Necrópole de Santo André (Montargil) existe paralelo através da tigela nº D 2.2.(2), D 7(2), D 19.3 e E 1.3.1(2), datados da 2ª metade do século I – 1º quartel do século III (Viegas; Nolen; Dias, 1981:97, 98; Est. XV, XVIII, XXVIII, XXV).

Nas Necrópoles da região de Elvas, o tipo 3-b, nº 325 e nº 326, são similares da forma da Quinta do Forte. Possuem cronologia definida por uma lucerna do século I que estava nesta sepultura (Nolen, 1985:97, Est. XXXIV).

Em São Cucufate (Beja) existem paralelos com a peça nº 82.5730-5, nº 82.5329-7, nº 83.659-1B da forma III-A-1A representada por 115 exemplares. As peças datadas pelos horizontes mostram que esta forma aparece em todos, mas a sua presença é mais forte no horizonte 1 (2ª metade do século I) e 2 (1º terço do século II), mas especialmente no 2 (Pinto, 2003:221, 222; Fig. 106, 107).

Na Necrópole da Rouca existe semelhança com a tigela nº 15652, datada da 2ª metade do século I d.C. – inícios do século II (Rolo, 2010:399).

Na *Ammaia* (Marvão) esta forma encontra-se através da categoria das tigelas III.1.2. de bordo direito, nº 729. Esta cerâmica amaiense sugere cronologia enquadrada entre Flávio-Antonino (69-96/96-192), 225-250/275+, a 2ª metade do século II/III (150-229) e a 2ª metade do século V (450-499) (Dias, 2014:177; Anexos Est. XVII).

Dentro da categoria 2.B., de tigelas de bordo voltado para o exterior, existem as seguintes variantes: 2.B.1., tigela de parede arqueada e bordo amendoado e descaído; 2.B.1.a., pequena tigela de parede arqueada, bordo amendoado e descaído e fundo anelar; 2.B.2., tigela com o bordo formando lábio arredondado levemente voltado para o exterior e parede arqueada; 2.B.3., tigela com a parede contracurvada, a parte inferior arqueada e a parte superior voltada para fora.

A variante 2.B.1. conta com um 1 fragmento (EVR.QF.08.776), 1 peça (EEP), da sondagem 1, [U.E.34] (Anexo III - Estampa 9). Tem diâmetro de boca 18,2 cm e de espessura 1,1 cm. Pertence ao grupo de fabrico B3.

Tem paralelos na Necrópole da Valdoca (Aljustrel), Cidade das Rosas (Serpa), nas Necrópoles da região de Elvas e em São Cucufate (Beja).

Na Necrópole da Valdoca (Aljustrel) há paralelo com esta forma através da taça nº 5 da sepultura 477, sem datação exata (Alarcão; Alarcão, 1966:92; Est. XXXIV).

Na Cidade das Rosas (Serpa) a peça nº 40 é outro paralelo desta forma, com datação do último quartel do século II até aos primeiros anos do século IV (Caeiro, 1978:257, 270).

Nas Necrópoles da região de Elvas existe uma forma semelhante do tipo 7-e, classificada como semelhante à forma Dragendorff 35, nº 394, mas sem datação (Nolen, 1985:105; Est. XXXIX).

Em São Cucufate (Beja) existe paralelo com o nº 80.1570-1B, da forma III-C-1. É possível que esta forma também tenha inspiração na forma Dragendorff 35, mas também se pode relacionar com a forma Hayes 195 de cerâmica comum africana. Esta forma é representada por 138 exemplares. Os exemplares datados mostram que tem uma presença significativa nos horizontes 1 (2ª metade do século I – 1º terço do século II) e 2 (2º terço do século II) e decai no horizonte 3 (Meados do século II) e tem um recrudescimento no horizonte 4 (Meados do século IV), o que lhe dá uma expressão igual à do horizonte 1 e 2 (Pinto, 2003:245; Fig. 141).

A variante 2.B.1.a., pequena tigela de parede arqueada, bordo amendoado e descaído e fundo anelar, varia da forma anterior apenas pelo tamanho da tigela, porque é de pequenas dimensões e pela morfologia do fundo, que é anelar. Estas tigelas parecem miniaturas.

Embora contra o princípio de não separar as formas pelo tamanho, tal como Inês Vaz Pinto, este caso foi individualizado.

Esta forma (2.B.1.a) contabiliza 2 fragmentos (EVR.QF.08.755 e EVR.QF.08.483), 2 peças (EEP) (Anexo III - Estampa 9). Da sondagem 1, [U.E.34]. O diâmetro de bordo varia entre 9 e 11,4 cm e entre 1,2 e 1,3 de espessura.

O fragmento EVR.QF.08.775 pertence ao grupo de fabrico B1, pasta não calcária com a cor cinzenta acastanhada no centro (Munsell 10YR-7/3), interior e exterior (Munsell 10YR-7/1). Realizada em torno rápido, com cozedura redutora. A textura da pasta é média. Com elementos não plásticos: feldspato (frequência média, dimensão reduzida, forma subarredondada); micas (frequência média, dimensão reduzida, forma subarredondada); quartzo (frequência média, dimensão reduzida, forma angulosa).

Enquanto o fragmento EVR.QF.08.483 pertence ao fabrico A1, pasta não calcária com a cor alaranjada claro no centro (Munsell 7.5YR-6/4), interior e exterior

(Munsell 7.5YR-6/3). Realizada em torno manual, com cozedura oxidante. A textura da pasta é média. Com elementos não plásticos: micas (frequência média, dimensão reduzida, forma subarredondada) e quartzo (frequência média, dimensão reduzida, forma angulosa).

Em termos de paralelos existem nas Necrópoles da região de Elvas e em São Cucufate (Beja).

Nas Necrópoles da região de Elvas existem similitudes através da forma 7-e-2, nº 399, com datação através de outro paralelo com terra *sigillata* hispânica, no que diz respeito à cronologia, enquadra-se nos fins do século I e 1º quartel do século II (Nolen, 1985:106; Est. XXXIX).

Através da forma III-C-1-a de São Cucufate, também de pequenas dimensões, números 83.5420-1B e 83.5052-1B chegam-se a formas semelhantes à Quinta do Forte. Está representada por 23 exemplares. Os exemplares datados mostram que existiu uma presença mais significativa deste tipo no horizonte 1 (2ª metade do século I – 1º terço do século II) (Pinto, 2003:248; Fig. 146).

Quanto à categoria 2.B.2., tigela com o bordo formando lábio arredondado levemente voltado para o exterior e parede arqueada, este grupo possui apenas 1 fragmento (EVR.QF.08.754), 1 peça (EEP) (Anexo III - Estampa 10). Da sondagem 1, [U.E.34]. Com diâmetro de boca 16,2 cm e 0,8 cm de espessura. Pertence ao grupo de fabrico B2, pasta não calcária com a cor cinzento claro (Munsell GLEY2-6/10G) no centro, interior e exterior. Realizado em torno rápido, com cozedura redutora. A textura da pasta é média. Com elementos não plásticos: micas (frequência reduzida, dimensão reduzida, forma subarredondada); quartzo (frequência reduzida, dimensão reduzida, forma angulosa).

Esta forma encontra-se representada em São Cucufate (Beja) por III-C-3, nº 80.1932-2B, representada por 6 exemplares. Dados do horizonte 1 (2ª metade do século I – 1º terço do século II), 2 (2º terço do século II) e 3 (Meados do século II) (Pinto, 2003:255; Fig. 156).

A categoria 2.B.3., tigela com a parede contracurvada, a parte inferior arqueada e a parte superior voltada para fora, inclui 1 fragmento (EVR.QF.08.765), 1 peça (EEP) (Anexo III - Estampa 10). Esta peça provem da sondagem 1, [U.E.34]. Tem de diâmetro de bordo 15,6 cm e 0,7 cm de espessura. Pertence ao grupo de fabrico B3, pasta não

calcária com a cor cinzento claro no centro (Munsell GLEY2-6/5B), interior e exterior (Munsell GLEY2-6/5PB). Realizada em torno rápido, com cozedura redutora. A textura da pasta é média. Com elementos não plásticos: feldspato (frequência média, dimensão média, forma subarredondada) e quartzo (frequência média, dimensão média, forma angulosa).

Em São Cucufate (Beja) esta forma encontra-se representada nomeadamente pela peça nº 81.1763-6, da forma III-C-4. Esta forma está representada por 7 exemplares e reproduz os perfis de pança hemisférica da forma Dragendorff 37 de *sigillata* hispânica tardia, datados do século IV e da 1ª metade do século V. Em São Cucufate é uma forma que aparece minoritariamente nos horizontes 3 (Meados do século II) e 4 (Meados do século IV), e com um pouco mais de expressão no horizonte 6 (1ª metade do século V), o que condiz com o seu parentesco com a *sigillata* hispânica tardia (Pinto, 2003:255; Fig. 157).

O tacho é um recipiente de cozinha, de forma semelhante à frigideira, mas normalmente mais fundo (Cruz; Correia, 2007:72).

Tal como Inês Vaz Pinto, adotamos a designação “tacho” para o distinguir do recipiente culinário mais alto e com a forma de pote, a panela.

Como existe uma continuidade entre o tacho e a panela e devido ao estado de fragmentação de algum material, é difícil distinguir ambos. Mas define-se o tacho como um recipiente aberto/fechado com o bojo esférico, ovóide ou carenado, fundo plano ou convexo, cujo diâmetro de abertura é aproximadamente igual ou até duas vezes a altura, e cujo bojo não é muito mais largo do que o bordo, e que servia tanto para estufados e guisados como para sopas e purés (Pinto, 2003:78).

Relativamente à categoria 3.A., abrange os tachos de bordo voltado para o exterior. Dentro desta categoria foi determinada apenas 1 variante: 3.A.1., tacho de bordo voltado para fora formando aba oblíqua descolada da pança, bojo geralmente ovóide, sem asas.

Assim, a variante 3.A.1. conta apenas com 1 fragmento de bordo (EVR.QF.08.479), ou seja, 1 peça (EEP) (Anexo III - Estampa 11). Da sondagem 1, [U.E.34]. O diâmetro de boca mede 15,8 cm e tem 1,3 cm de espessura. Pertence ao grupo de fabrico B1, pasta não calcária com a cor cinzento (Munsell GLEY2-5/10BG) no centro, interior e exterior (Munsell GLEY2-5/10B). Realizada em torno rápido, com

cozedura redutora. A textura da pasta é média. Com elementos não plásticos: feldspato (frequência média, dimensão reduzida, forma subarredondada); micas (frequência média, dimensão reduzida, forma subarredondada); quartzo (frequência média, dimensão reduzida, forma angulosa).

Esta forma encontra-se representada em São Cucufate (Beja) e na Quinta do Rouxinol (Seixal).

Em São Cucufate (Beja) há paralelo através do nº 82.2586-5, da forma VII-B-3 com 116 exemplares e em termos cronológicos aparece em todos os horizontes, embora a sua presença seja mais significativa a partir do horizonte 3 (Meados do século II) e é mais importante do horizonte 4 (Meados do século IV) ao horizonte 6 (1ª metade do século V). O que propõe que se trata de uma forma típica do Baixo Império (Pinto, 2003:332; Fig.277).

Na Quinta do Rouxinol (Seixal) a similitude encontra-se representada através do nº QtR 259, pela variante 2.1.4.3. Esta variante de tacho é representada por 63 bordos, 11 peças (EEP), com cronologia da 2ª metade do século IV, inícios do século V (Santos, 2011:77; Est. XIX).

A panela é um recipiente fechado, de bojo ovóide ou piriforme, com ou sem asas e com fundo plano, cujo diâmetro da abertura é mais pequeno que a altura, e cujo bojo pode ser muito mais largo que o bordo. Servia para cozinhar, e em particular para fazer sopas, caldos, e cozer verduras e carnes em água abundante (Pinto, 2003:79).

A categoria das panelas conta com um total de 14 fragmentos, 13 peças (EEP). Esta categoria divide-se em: 4.A., panelas de bordo voltado para o exterior e 4.B., panelas de bordo formando garganta interna.

A categoria 4.A. reparte-se em várias variantes, começando pela 4.A.1., panelas de bordo oblíquo, geralmente amendoadado, e voltado para fora, pança esférica ou ovóide, sem asas.

Esta variante tem um total de 2 fragmentos (EVR.QF.08.413 e EVR.QF.08.385), 1 peça (EEP) (Anexo III - Estampa 12). Da sondagem 1, [U.E.20]. Os bordos variam entre 18,8 e 19,4 cm, e de espessura entre 0,7 e 1,3 cm. Ambos têm fabrico B1 (pasta não calcária com a cor cinzento claro (Munsell GLEY2-6/5B) no centro, interior e exterior. Realizada em torno rápido, com cozedura redutora. A textura da pasta é média. Com

elementos não plásticos: feldspato (frequência média, dimensão reduzida, forma subarredondada); micas (frequência média, dimensão reduzida, forma subarredondada); quartzo (frequência média, dimensão reduzida, forma angulosa).

Com paralelos na Necrópole da Valdoca (Aljustrel), em *Ammaia* (Marvão), na Necrópole de Santo André (Montargil), nas Necrópoles da região de Elvas, em São Cucufate (Beja), na Quinta do Rouxinol (Seixal) e no Paço dos Lobos da Gama (Évora).

Na Necrópole da Valdoca (Aljustrel) há uma peça desta forma, nº 1 da sepultura 172, da 1ª metade do século I (Alarcão; Alarcão, 1966:49; Est. XV).

Em *Ammaia* (Marvão) encontra-se uma forma idêntica a da Quinta do Forte, a panela nº 40, sem cronologia (Neves, 1972:22; Est. VI).

Na Necrópole de Santo André (Montargil) existem similitudes com a urna do tipo 3.b., peça nº C 4.1(1). E com um pote do tipo 3.a.), nº D 15/16.4. Enquadram-se na cronologia da estação, 2ª metade do século I e o 1º quartel do século II (Viegas; Nolen; Dias, 1981:104, 113; Est. VI, Est. XXIII).

Nas Necrópoles da região de Elvas, os potes nº 440 e 439, do tipo 2.2-a são semelhantes à forma da Quinta do Forte. Esta forma está representada por 9 peças, sem datação precisa (Nolen, 1985:118; Est. XLII).

Em São Cucufate (Beja) encontram-se peças representadas pela designação VIII-B-3, números 84.831-2A e 81.2351-2A. Este tipo de panela está representado por 468 exemplares. A distribuição dos exemplares datados por horizontes cronológicos mostra que é uma forma de longa duração, significativa em todos os horizontes (Pinto, 2003:348; Fig. 305).

Na Quinta do Rouxinol (Seixal) existe paralelo através da forma 2.2.4.1., nº QtR 53. É uma variante de pote/panela, representada por 818 bordos, 125 peças (EEP). A maioria com cronologia da 2ª metade do século IV, inícios do século V, seguindo-se da 2ª metade do século III, inícios do século IV e em menor quantidade, finais do século II, século III pleno (?) (Santos, 2011:81; Est. XXIII).

No Paço dos Lobos da Gama (Évora) existe uma forma idêntica à da Quinta do Forte, categoria 7.B.1., representada pelo nº PLG.S4[9]1152. Com atribuição cronológica através de paralelos que mostram, tal como Inês Vaz Pinto, que esta forma teve uma extensa duração, com cronologia desde o século I ao século V (Basílio, 2017:92; Anexo IV).

A variante 4.A.1.a., panela de bordo oblíquo, levemente espessado, e voltado para fora, pança esférica ou ovóide, por vezes com asas, varia da forma anterior apenas por possuir bordo levemente espessado e por vezes asas.

Esta forma é composta por 2 fragmentos (EVR.QF.08.294 e EVR.QF.08.786), 2 peças (EEP) (Anexo III - Estampa 12). Da sondagem 1, [U.E.6] e [U.E.34]. Os bordos variam entre 11 e 14,4 cm e a espessura entre 0,9 e 1,2 cm.

EVR.QF.08.294 pertence ao grupo de fabrico B1, enquanto EVR.QF.08.786 pertence ao fabrico B3. Esta forma encontra-se representada em São Cucufate (Beja) e na *Ammaia* (Marvão).

Em São Cucufate há semelhanças através dos números 82.6198-1B e 83.3800-2A, da forma VIII-B-2-a representada por 111 exemplares. Esta forma aparece em todos os horizontes, à exceção do 5, e a partir do 1 vai aumentando levemente a sua presença, atingido o auge no horizonte 4 e diminuindo a partir daí (Pinto, 2003:351; Fig. 309).

Na *Ammaia* (Marvão) existe paralelo através da categoria das panelas VIII.2.3.A. de bordo extrovertido, nº 798. E também da categoria VIII.2.4., nº 57. Mas sem cronologia (Dias, 2014:211; Anexos Est. LIII; LIV).

A variante 4.A.2., panela de bordo oblíquo, espesso e anguloso, com o topo plano ou levemente oblíquo, e voltado para fora, pança ovóide ou piriforme, e asas, engloba 1 fragmento (EVR.QF.08.961), 1 peça (EEP) da Quinta do Forte (Anexo III - Estampa 12). Da sondagem 1, [U.E.49]. Com diâmetro de bordo 15 cm e 0,8 cm. Pertencente ao grupo de fabrico B1.

Existe paralelo em São Cucufate (Beja), através da forma VIII-B-3, peça nº 84.5131-2A. Representada por 371 exemplares. Em termos cronológicos, esta forma é insignificante nos horizontes 1 e 2, e torna-se importante a partir do horizonte 3 (Meados do século II) até ao horizonte 6 (1º metade do século V), o que sugere uma forma típica do Baixo Império (Pinto, 2003:354; Fig. 314).

A variante 4.A.3., panela de bordo oblíquo alongado, anguloso ou arredondado, pouco voltado para fora, pança geralmente ovóide e asas, é composta por 2 fragmentos (EVR.QF.08.779 e EVR.QF.08.475), 2 peças (EEP) (Anexo III - Estampa 12).

Da sondagem 1, [U.E.34]. Com bordos que variam entre 11,6 e 14,6 cm e espessura entre 0,7 e 1,3 cm.

O fragmento EVR.QF.08.779 pertence ao grupo de fabrico B1, pasta não calcária com a cor cinzento acastanhado (Munsell 2.5Y-5/2) no centro e o interior e exterior cinzento escuro (Munsell GLEY2-3/10G). Realizada em torno rápido, com cozedura redutora. A textura da pasta é média. Com elementos não plásticos: feldspato (frequência média, dimensão reduzida, forma subarredondada); micas (frequência média, dimensão reduzida, forma subarredondada); quartzo (frequência média, dimensão reduzida, forma angulosa).

E o fragmento EVR.QF.08.475 pertence ao fabrico A2, pasta não calcária alaranjada no centro (Munsell 2.5YR-6/4), interior e exterior (Munsell 2.5YR-6/3). Realizada em torno rápido, com cozedura oxidante. A textura da pasta é média. Com elementos não plásticos: feldspato (frequência/dimensão reduzida, forma subarredondada); micas (frequência/dimensão reduzida, forma subarredondada); quartzo (frequência/dimensão reduzida, forma angulosa).

Esta forma possui paralelos em São Cucufate (Beja), com a forma VIII-B-3-a, através dos números 84.1384-2B e 84.852-4. Esta forma está representada por 121 exemplares e as peças datadas cronologicamente evidenciam que esta forma só surge a partir do horizonte 2 (2º terço do século II) e atinge o seu máximo no horizonte 4 (Meados do século IV), mantendo-se evidente ainda no horizonte 6 (1ª metade do século V) (Pinto, 2003:356; Fig. 318).

Relativamente à categoria 4.A.4., panela de bordo formando pequena aba horizontal voltada para fora, e pança geralmente ovóide, esta forma está representada apenas por 1 fragmento (EVR.QF.08.758), equivalente a 1 peça (EEP) (Anexo III - Estampa 13). Com origem na sondagem 1, [U.E.34]. Possui de diâmetro de boca 20 cm e 1,3 cm de espessura. Pertence ao grupo de fabrico B1. Encontram-se paralelos em São Cucufate (Beja) e na *Ammaia* (Marvão).

Em São Cucufate (Beja) a forma VIII-B-5, nº 81.1840-2F, é um exemplo de um paralelo da forma da Quinta do Forte. É representada por 89 exemplares. Em termos cronológicos, esta forma aparece em todos os horizontes mas é insignificante no 1 (2ª metade do século I – 1º terço do século II) e 2 (2º terço do século II), vai crescendo no 3 (Meados do século II) e 4 (Meados do século IV), e torna-se mais importante nos

horizontes 5 (Meados do século IV – Meados do século V) e 6 (1ª metade do século V), o que propõe que é característica do Baixo Império (Pinto, 2003:361; Fig. 329).

Na *Ammaia* (Marvão) a categoria das painéis VIII.2.3.A. de bordo extrovertido, nº 899, é uma forma semelhante à Quinta do Forte, sem datação (Dias, 2014:211; Est. LIII).

A variante 4.A.4.a., painél de bordo formando pequena aba oblíqua voltada para fora, garganta curta e pança geralmente ovóide, por vezes com asas, varia da forma anterior apenas por ter garganta curta e por vezes asas.

Esta variante conta com apenas 1 fragmento (EVR.QF.08.757), 1 peça (EEP), qual faz parte da sondagem 1, [U.E.34] (Anexo III - Estampa 13). Mede de bordo 15 cm e 1 cm de espessura. Faz parte do grupo de fabrico B2, pasta não calcária com a cor cinzento claro no centro, interior e exterior (Munsell GLEY2-6/10BG). Realizado em torno rápido, com cozedura redutora. A textura da pasta é média. Com elementos não plásticos: micas (frequência reduzida, dimensão reduzida, forma subarredondada); quartzo (frequência reduzida, dimensão reduzida, forma angulosa).

Em termos de paralelos, esta forma encontra-se representada por 54 exemplares em São Cucufate (Beja) com a designação VIII-B.5.a (nº 82.6278-5). Aparece em todos os horizontes, à exceção do 2, mas é insignificante no 1, torna-se mais expressiva no 3 e 4 e atinge o expoente máximo no horizonte 6 em meados do século V (Dias, 2003:363; Fig. 334).

A variante 4.A.5., painél de bordo voltado para fora na continuidade da pança ovóide, é composta por 1 fragmento (EVR.QF.08.773), 1 peça (EEP) proveniente da sondagem 1, [U.E.34] (Anexo III - Estampa 13). O diâmetro de bordo de 11,6 cm e 0,8 cm de espessura. Possui fabrico B3, pasta não calcária com a cor cinzento acastanhado (Munsell 2.5YR-5/1) no centro e cinzento escuro (Munsell GLEY2-4/10BG) no interior e exterior. Realizada em torno rápido, com cozedura redutora. A textura da pasta é média. Com elementos não plásticos: feldspato (frequência média, dimensão média, forma subarredondada) e quartzo (frequência média, dimensão média, forma angulosa).

Existem paralelos em São Cucufate (Beja) e no Paço dos Lobos da Gama (Évora). Esta forma encontra-se representada em São Cucufate (Beja) por 11 exemplares, do tipo VIII-B-7-a, através do nº 82.2103-2A. Os exemplares datados pertencem ao

horizonte 4 (Meados do século IV) e 6 (1ª metade do século V), propondo uma forma mais típica do Baixo Império (Pinto, 2003:371; Fig. 349).

No Paço dos Lobos da Gama (Évora) existe paralelo com a forma da Quinta do Forte através da variante 7.B.3, constituída pela peça PLG.S5[30]2220. A cronologia é atribuída por paralelos, de meados do século II até meados do século IV d.C. (Basílio, 2017:93; Anexo IV).

A variante 4.A.6., panela de bordo muito voltado para fora formando colo alto, conta com 1 fragmento (EVR.QF.08.748), 1 peça (EEP), da sondagem 1, [U.E.34] (Anexo III - Estampa 13). O bordo mede 14 cm e de espessura 1,1 cm, de fabrico B1.

Encontram-se paralelos em São Cucufate (Beja), através do nº 80.1294-9, forma VIII-B-7-c, representada por 5 exemplares. Apenas 1 exemplar foi datado, pertence ao horizonte 4 (Meados do século IV) (Pinto, 2003:372; Fig. 351).

A variante 4.A.7., panela de bocal largo, colo alto e bordo arredondado levemente voltado para fora, por vezes com asas, conta igualmente com apenas 1 fragmento (EVR.QF.08.782), 1 peça (EEP) (Anexo III - Estampa 14). Procedente da sondagem 1, [U.E.34]. Com o bordo a medir 12,1 cm e de espessura 0,9 cm. Pertence ao grupo de fabrico B3.

Em termos de paralelos, existem na Cidade das Rosas (Serpa) e em São Cucufate (Beja).

Na Cidade das Rosas (Serpa) esta forma encontra-se representada pelo nº 32, sem datação definida (Caeiro, 1978:256, 269).

Em São Cucufate (Beja) esta forma também aparece, através da categoria VIII-B-8, nº 84.286-2F, sendo representada por 13 exemplares. As peças datadas surgem nos horizontes 4 (Meados do século IV) e 6 (1ª metade do século V), indicando que se trata de uma forma típica do Baixo Império (Pinto, 2003:372; Fig. 352).

E a última forma de panelas de bordo voltado para o exterior abrange a variante 4.A.8., panelas de bordo triangular formando pequena aba horizontal voltada para fora, pança piriforme e asas verticais. Esta forma é composta por 1 exemplar (EVR.QF.08.323), 1 peça (EEP), proveniente da sondagem 1, [U.E.6] (Anexo III - Estampa 14). Com diâmetro de boca 28 cm e de espessura 1 cm. Pertence ao grupo de fabrico B1.

Em São Cucufate (Beja) existe uma forma idêntica à da Quinta do Forte, a VIII-B-6, peça nº 82.3628-4. Este formato está representado por 250 exemplares. Em termos cronológicos, torna-se mais importante a partir do horizonte 3 (Meados do século II), embora a sua presença seja forte no horizonte 6 (1ª metade do século V), não contando com o 5 (Meados do século IV – Meados do século V), cuja amostra não é representativa. Assim, esta forma é típica do Baixo Império e mais significativa na sua parte final (Pinto, 2003:368; Fig. 368).

Dentro da categoria 4.B (panela de bordo formando garganta interna), a variante 4.B.1., panela de bordo terminando em lábio triangular e formando possui apenas 1 fragmento (EVR.QF.08.984), 1 peça (EEP), com origem na sondagem 1, [U.E.49] (Anexo III - Estampa 14). O diâmetro de bordo mede 16 cm e a espessura 0,6 cm. Este exemplar pertence ao grupo de fabrico B1.

Em São Cucufate (Beja), a forma VIII-C-2-a é muito semelhante à da Quinta do Forte, nº 80.0298-2A e encontra-se representada por 16 indivíduos e aparecem exclusivamente nos horizontes 1 (2ª metade do século I – 1º terço do século II), 3 (Meados do século II) e 4 (Meados do século IV) (Pinto, 2003:384; Fig. 371).

O pote é um recipiente fechado, com o bojo ovóide, o fundo plano ou côncavo, com ou sem asas, que pode ter engobe exterior ou decoração, e que tem um diâmetro de abertura inferior à altura (Pinto, 2003:84).

São cerâmicas de armazenamento de alimentos (sal, mel, azeitonas, frutas secas, entre outros) servindo por vezes para levar alimentos ao fogo (cozer) (Dias, 2014:84).

A categoria 5.A., potes de bordo voltado para o exterior, conta com a variante 5.A.1., pote de bordo em aba amendoado oblíqua e com saliência, colo alto e levemente afunilado fazendo ângulo com a pança, através do fragmento EVR.QF.08.293 da Quinta do Forte, 1 peça (EEP) (Anexo III - Estampa 15). Este fragmento pertence a sondagem 1, [U.E.6]. Mede 14,6 cm de diâmetro de boca e 1,2 cm de espessura. Possui como técnica decorativa exterior incisão, e como motivo uma linha no bordo. Tem fabrico B2, pasta não calcária com a cor cinzento acastanhado (Munsell 2.5YR-6/3) no centro e cinzento claro (Munsell GLEY2-6/10BG) no interior e exterior. Realizado em torno rápido, com cozedura redutora. A textura da pasta é média. Com elementos não plásticos: micas (frequência reduzida, dimensão reduzida,

forma subarredondada); quartzo (frequência reduzida, dimensão reduzida, forma angulosa).

Existe uma forma idêntica à da Quinta do Forte em São Cucufate (Beja), apresentada pela forma IX-A-fr3 (nº 81.2834-7). Representada por apenas 2 exemplares. No que diz respeito à cronologia, um deles é do horizonte 4 (Meados do século IV) (Pinto, 2003:386; Fig. 376).

O potinho é um recipiente relativamente pequeno, de bojo ovóide ou levemente carenado, com uma ou duas asas, ou sem elas, podendo ter um colo marcado, fundo simples ou anelar, plano ou levemente côncavo, cujo diâmetro da abertura é geralmente inferior à altura, mas pode ser igual ou ter até duas vezes o seu valor. Servia fundamentalmente para o consumo individual de líquidos, não se excluindo o serviço (Pinto, 2003:81).

Quanto à categoria de potinhos, com o bordo voltado para o exterior (6.A.) conta com um total de 9 fragmentos, correspondendo a 8 peças (EEP) (EVR.QF.08.770; EVR.QF.08.494; EVR.QF.08.637; EVR.QF.08.426; EVR.QF.08.784; EVR.QF.08.781; 762; EVR.QF.08.762; EVR.QF.08.613; EVR.QF.08.780).

Distribuem-se pelas seguintes variantes: 6.A.1., potinho de colo alto levemente côncavo, bordo simples e pança esférica; 6.A.2., potinho de colo pronunciado e largo levemente côncavo, bordo geralmente espessado e pança esférica ou ovóide; 6.A.3., potinho de bordo oblíquo amendoado ou espessado, por vezes alongado, e pança esférica ou ovóide e; 6.A.4., potinho de bordo em pequena aba levemente oblíqua ou horizontal, pança larga e, por vezes, asas verticais.

A variante 6.A.1. conta com 4 fragmentos, 4 peças (EEP) (EVR.QF.08.770; EVR.QF.08.494; EVR.QF.637; EVR.QF.08.426) (Anexo III - Estampa 15). Procedentes da sondagem 1, [U.E.20] e [U.E.34]. O diâmetro de boca varia entre 6 e 11,2 cm, e a espessura entre 0,5 e 1,3 cm.

EVR.QF.08.770, EVR.QF.08.494 e EVR.QF.637 tem fabrico B1, pasta não calcária, variando entre a cor cinzento (Munsell GLEY2-5/10G), cinzenta claro (Munsell GLEY2-6/10BG) ou cinzento acastanhado (Munsell 7.5YR-6/2) no centro e o interior/exterior cinzento (Munsell GLEY2-5/10BG). Realizada em torno rápido, com cozedura redutora. A textura da pasta é média. Com elementos não plásticos: feldspato (frequência média, dimensão reduzida, forma subarredondada); micas

(frequência média, dimensão reduzida, forma subarredondada); quartzo (frequência média, dimensão reduzida, forma angulosa).

Enquanto o fragmento EVR.QF.08.426 tem fabrico B3, pasta não calcária com a cor cinzento acastanhado (Munsell 2.5YR-6/2) no centro e cinzento escuro (Munsell GLEY2-4/5BG) no interior e exterior. Realizada em torno rápido, com cozedura redutora. A textura da pasta é média. Com elementos não plásticos: feldspato (frequência média, dimensão média, forma subarredondada) e quartzo (frequência média, dimensão média, forma angulosa).

Encontram-se paralelos na Necrópole da Valdoca (Aljustrel), Necrópole de Santo André (Montargil), Necrópole da região de Elvas e São Cucufate (Beja).

Na Necrópole de Valdoca (Aljustrel) existem semelhanças com a forma do pote da sepultura nº 31 e com o pote nº 2 da sepultura 67, com cronologia de 2ª metade do século I - 1ª metade do século II (Alarcão; Alarcão, 1966:15, 22; Est. IV, VI).

Na Necrópole de Santo André (Montargil) existe uma peça aproximada à forma da Quinta do Forte. Está representada em Santo André pela forma 3.a), peça nº C 6.3, com cronologia da 2ª metade do século I e o 1º quartel do século II (Viegas; Nolen; Dias, 1981:106; Est. VIII).

Nas Necrópoles da região de Elvas, a categoria 3-b, nº 497 é um paralelo da Quinta do Forte. A nível cronológico, limita-se ao período do Alto Império (Nolen, 1985:124; Est. XLVII).

Em São Cucufate (Beja) há peças idênticas, nomeadamente os números 82.6470-1A, 86.262.2A, 82.4674-1B, 84.3654-1ª da forma X-A-1, representada por 48 exemplares. No que respeita à cronologia, os exemplares datados são mais abundantes no horizonte 2 (1º terço do século II) mas também significativos no 1 (2ª metade do século I), são insignificantes no 3 (Meados do século II), mas aumentam um pouco no horizonte 4 (Meados do século IV) e ainda aparecem no 6 (1ª metade do século V). Verifica-se então, que são predominantes no horizonte 2 (Pinto, 2003:397; Fig. 401).

A variante 6.A.2. engloba 2 fragmentos (EVR.QF.08.784 e EVR.QF.08.781), 1 peça (EEP) (Anexo III - Estampa 16). São potinhos de colo pronunciado e largo levemente côncavo, bordo geralmente espessado e pança esférica ou ovóide. Da sondagem 1, [U.E.34]. O diâmetro de boca varia entre 12,2 e 15 cm, e a espessura

entre 0,5 e 0,9 cm. Ambos pertencem ao grupo de fabrico B3, pasta não calcária com a cor cinzento claro (Munsell GLEY2-6/10B) ou cinzento acastanhado (Munsell 2.5YR-5/3) no centro, e cinzento (Munsell GLEY2-5/10BG) no interior e exterior. Realizada em torno rápido, com cozedura redutora. A textura da pasta é média. Com elementos não plásticos: feldspato (frequência média, dimensão média, forma subarredondada) e quartzo (frequência média, dimensão média, forma angulosa).

Têm paralelos nas Necrópoles da região de Elvas, em São Cucufate (Beja), na Quinta do Rouxinol (Seixal) e na *Ammaia* (Marvão).

Nas Necrópoles da região de Elvas existe paralelo através do tipo 1-a, nº 422 e do tipo 1-e, nº 437. Ambos sem datação precisa (Nolen, 1985:114, 117; Est. XLI, Est. XLII).

Em São Cucufate (Beja) existem semelhanças com o nº 81.1156-1A e nº 83.1168-8 da forma X-A-2, representada por 16 exemplares. As peças datadas aparecem em todos os horizontes, exceto no 5 (Pinto, 2003:399; Fig. 405).

Na Quinta do Rouxinol (Seixal) existem similitudes através da variante 2.3.4.1, nº QtR 396. Esta variante de potinho está representada por 347 bordos, 54 peças (EEP). A maioria possui cronologia correspondente à 2ª metade do século IV, inícios do século V (Santos, 2011:85; Est. XXV).

Na *Ammaia* (Marvão) também se encontra uma forma representada idêntica, na categoria dos potinhos/púcaros XII.2.4.A de bordo extrovertido, a peça nº 51, mas sem datação (Dias, 2014:237; Anexos Est. XC).

A variante 6.A.3, potinho de bordo oblíquo amendoadado ou espessado, por vezes alongado, e pança esférica ou ovóide, conta com um total de 2 fragmentos (EVR.QF.08.762 e EVR.QF.08.613), 2 peças (EEP). Ambas da sondagem 1, [U.E.34] (Anexo III - Estampa 16). O fragmento EVR.QF.08.762 pertence ao grupo de fabrico B1 e EVR.QF.08.613 ao fabrico B2. O diâmetro de boca mede entre 12,8 e 15,9 cm, e a espessura entre 0,9 e 1,1 cm.

Em termos de paralelos, encontra-se esta forma em Necrópoles da Valdoca (Aljustrel), *Ammaia* (Marvão), Necrópole de Santo André (Montargil), São Cucufate (Beja) e na Quinta do Rouxinol (Seixal).

Nas Necrópoles da Valdoca (Aljustrel) existe paralelo com a sepultura 441, o pote nº 2, sem cronologia (Alarcão; Alarcão, 1966:87; Est. XXXI).

Em *Ammaia* (Marvão) existe uma forma idêntica a da Quinta do Forte representada pelo nº 19, mas sem atribuição de cronologia (Neves, 1972:16; Est. III).

Na Necrópole de Santo André (Montargil) o púcaro E 7.17 com asas, é idêntico à forma da Quinta do Forte. De cronologia da 2ª metade do século I – 1º quartel do século II (Viegas; Nolen; Dias, 1981:88; Est. XXXIX).

Em São Cucufate (Beja) existe paralelo através do nº 81.767-2A e nº 86.100-1B, da variante X-A-3-a, composta por 37 exemplares. Os exemplares datados aparecem nos horizontes 1 (2ª metade do século I) a 4 (Meados do século IV) (Pinto, 2003:401; Fig. 410).

A variante 2.3.4.2 da Quinta do Rouxinol (Seixal), é semelhante à forma da Quinta do Forte. Está representada pelo nº QtR 773. Com cronologia da 2ª metade do século IV - inícios do século V (Santos, 2011:85; Est. XXV).

Na *Ammaia* (Marvão) existe paralelo através da forma de potinhos/púcaros XII.2.2.A. de bordo extrovertido, nº 1121. Com cronologia compreendida entre Flávio-Antonino (69-96/96-192) e a 2ª metade do século V (450-499). E também similitudes com a peça nº 669, da categoria dos potinhos/púcaros XII-2.1.B. de bordo extrovertido, com cronologia da 2ª metade do século V (Dias, 2014:233, 235; Anexos Est. LXXXIV, Est. LXXXI).

A variante 6.A.4., potinho de bordo em pequena aba levemente oblíqua ou horizontal, pança larga e, por vezes, asas verticais, conta com apenas 1 fragmento (EVR.QF.08.780), equivalente a 1 peça (EEP) (Anexo III - Estampa 16). Da sondagem 1, [U.E.34]. Com diâmetro de boca 12 cm e 0,8 cm de espessura. Pertence ao grupo de fabrico B3, pasta não calcária com a cor cinzento claro (Munsell GLEY2-6/5PB) no centro, e cinzento (Munsell GLEY2-5/5B) no interior e exterior. Realizada em torno rápido, com cozedura redutora. A textura da pasta é média. Com elementos não plásticos: feldspato (frequência média, dimensão média, forma subarredondada) e quartzo (frequência média, dimensão média, forma angulosa).

Esta forma possui paralelos nas Necrópoles da região de Elvas, em São Cucufate (Beja) e na *Ammaia* (Marvão).

Nas Necrópoles da região de Elvas esta forma identifica-se com a forma 2-f, representada por uma púcara nº 183, sem datação concreta (Nolen, 1985:72; Est. XXV).

Em São Cucufate existe paralelo com o nº 80.573-1B, da forma X-A-4, representada por 16 exemplares. Foram poucos exemplares datados e aparecem do horizonte 2 (2º terço do século II) ao 5 (Meados do séc. IV – Meados do século V) (Pinto, 2003:405; Fig. 416).

Também se confirma paralelo na *Ammaia* (Marvão) através da categoria potinhos/púcaros XII.2.2.C. de bordo extrovertido, nº 13634. Esta forma é idêntica à Quinta do Forte. Apresenta uma cronologia compreendida entre 225-250/275+ (Dias, 2014:236; Anexos Est. LXXXVII).

O jarro é um recipiente fechado, com o colo largo e o bocal geralmente trilobado ou com vertedouro, uma asa, e o bojo ovóide com um fundo simples ou anelar, plano ou levemente côncavo, cuja altura é sempre maior que o diâmetro da abertura e o diâmetro mínimo do colo é sempre maior que um terço do diâmetro máximo do bojo. Era utilizado para conter e server líquidos (Pinto, 2003:82).

A categoria 7.1 que define os jarros de bordo voltado para o exterior, abrange a variante 7.A.1., jarro de bordo levemente amendoado e pouco esvasado, com o colo côncavo, que conta apenas com 1 fragmento (EVR.QF.08.809), 1 peça (EEP) (Anexo III - Estampa 17). Proveniente da sondagem 1, [U.E.34]. Apresenta 8 cm de diâmetro de boca e 0,7 cm de espessura. O qual faz parte do grupo de fabrico B1, pasta não calcária com a cor cinzento claro (Munsell GLEY2-7/10BG) no centro, interior e exterior (Munsell GLEY2-6/5B). Realizada em torno rápido, com cozedura redutora. A textura da pasta é média. Com elementos não plásticos: feldspato (frequência média, dimensão reduzida, forma subarredondada); micas (frequência média, dimensão reduzida, forma subarredondada); quartzo (frequência média, dimensão reduzida, forma angulosa).

Em termos de paralelos, esta forma encontra-se nas Necrópoles da região de Elvas, em São Cucufate (Beja), na Quinta do Rouxinol (Seixal) e na *Ammaia* (Marvão).

Nas Necrópoles da região de Elvas esta forma está representada pelo jarro de designação 6-c, nº 116. A cronologia não está claramente definida, mas deve-se enquadrar no século III, porque foram encontradas lucernas com essa datação no mesmo túmulo (Nolen, 1985:57; Est. XVII).

Em São Cucufate (Beja) existem igualmente exemplos, através do nº 83.3777-4, da forma XI-A-3, representada por 4 exemplares. Relativamente à cronologia, uns

exemplares pertencem ao horizonte 4 (Meados do século IV) e outros ao horizonte 6 (1ª metade do século V) (Pinto, 2003:426; Fig.462).

Na Quinta do Rouxinol (Seixal) existe paralelo com a peça nº QtR 470, da variante 2.4.4.2., constituída por 109 bordos, 28 peças (EEP). Datados da 2ª metade do século IV, inícios do século V (Santos, 2011:89; Est. XXVIII).

O último paralelo desta forma é na *Ammaia* (Marvão) através da categoria dos jarros XIII.2.6. de bordo extrovertido, com o nº 722. Com cronologia correspondente a três grandes momentos: 2ª metade do século II/III (150-299); Século IV (300-399) e 2ª metade do século V (450-499) (Dias, 2014:243; Anexos Est. XCVI).

As bilhas são recipientes fechados de colo estreito e bojo largo, com uma ou duas asas, que serviam essencialmente para conter, transportar e servir líquidos (Pinto, 2003:82).

Para as bilhas foi criada a categoria 8.A. referente a bilhas de bordo direito; e a categoria 8.B. para bilhas de colo com dobra formando ressaltado exterior pronunciado, contando com um total de 5 fragmentos, 5 peças (EEP) (EVR.QF.08.244; EVR.QF.08.766; EVR.QF.08.746; EVR.QF.08.778; 759).

Dentro da categoria 8.A. foram determinadas duas variantes: 8.A.1, bilhas de bordo direito ou levemente oblíquo com o bocal estreito e o colo em L; e 8.A.2., bilhas de colo alto e cilíndrico muito estreito.

A variante 8.A.1., bilhas de bordo direito, conta com um total de 2 fragmentos (EVR.QF.08.244 e EVR.QF.08.766), 2 peças (EEP) (Anexo III - Estampa 18). Com proveniência da sondagem 1, [U.E.4] e [U.E.34]. Os bordos variam entre 5,6 e 10 cm, e a espessura entre 0,4 e 0,8 cm.

O fragmento EVR.QF.08.244 pertence ao grupo de fabrico B1, pasta não calcária com a cor cinzento claro (Munsell GLEY2-6/10G) no centro, e o interior e exterior cinzento (Munsell GLEY2-4/5BG). Realizada em torno rápido, com cozedura redutora. A textura da pasta é média. Com elementos não plásticos: feldspato (frequência média, dimensão reduzida, forma subarredondada); micas (frequência média, dimensão reduzida, forma subarredondada); quartzo (frequência média, dimensão reduzida, forma angulosa).

Enquanto o fragmento EVR.QF.08.766 pertence ao fabrico A2a, pasta não calcária alaranjada (Munsell 5YR-7/1) no centro, interior e exterior. Realizada em torno

rápido, com cozedura oxidante. A textura da pasta é média. Com elementos não plásticos: feldspato (frequência/dimensão reduzida, forma subarredondada); micas (frequência/dimensão reduzida, forma subarredondada); quartzo (frequência/dimensão reduzida, forma angulosa). Possui almento como tratamento de superfície no interior exterior.

Esta forma encontra-se representada na Necrópole de Valdoca (Aljustrel), nas Necrópoles da região de Elvas, em São Cucufate (Beja) e na Necrópole da Rouca (Alandroal, Évora).

Na Necrópole de Valdoca (Aljustrel) existe paralelo com a bilha da sepultura 478, nº 1, sem cronologia associada (Alarcão; Alarcão, 1966: 92; Est. XXXIV).

Encontra-se igualmente uma forma próxima nas Necrópoles da região de Elvas através do tipo 1-j, nº 31 e nº 34, também sem cronologia (Nolen, 1985:41; Est. V).

Em São Cucufate (Beja) existe paralelo através dos nº 82.488-2A e nº 81.1725-2D, da forma XII-C-2, apresentada por 6 exemplares. Apenas alguns estão datados do horizonte 4 (Meados do século IV) e do horizonte 3 (Meados do século II) (Pinto, 2003:442; Fig. 502).

Na Necrópole da Rouca (Alandroal, Évora) existe 1 exemplar do tipo V como paralelo, através do nº 15613. Em termos de datação, a peça da Rouca remete-nos para uma cronologia a partir de meados do século I d.C. – século III (Rolo, 2010:62; Anexos p. 317).

A variante 8.A.2., bilhas de colo alto e cilíndrico muito estreito, conta com apenas 1 fragmento (EVR.QF.08.746), 1 peça (EEP) (Anexo III - Estampa 18). Com proveniência da sondagem 1, [U.E.34]. O bordo mede 5,4 cm e a espessura 0,5 cm. Pertence ao fabrico B3. Tem paralelos na Necrópole de Santo André (Montargil) e em São Cucufate (Beja).

Na Necrópole de Santo André (Montargil) a categoria 3, definida por bilha de gargalo alto e cilíndrico, o nº G 3.15 é um exemplo da forma da Quinta do Forte. Esta peça foi datada com base em outros paralelos que sugerem uma datação da 2ª metade do século I e início do século II d.C. (Viegas; Nolen; Dias, 1981:80; Est. LI).

Em São Cucufate (Beja) existe paralelo com o nº 84.5580-1B, forma XII-C-3. Esta forma é representada por 3 exemplares, datados do horizonte 5 (Meados do século IV

– Meados do século V), 4 (Meados do século IV) e 3 (Meados do século II) (Pinto, 2003:443; Fig. 508).

Dentro da categoria 8.B., bilhas de colo com dobra formando ressalto exterior pronunciado, foi determinada apenas uma variante: 8.B.1, bilhas de colo com dobra formando ressalto exterior pronunciado.

A variante 8.B.1. conta com 2 fragmentos (EVR.QF.08.778 e EVR.QF.08.759), 2 peças (EEP) (Anexo III - Estampa 18). Com proveniência da sondagem 1, [U.E.34]. Os bordos variam entre 9 e 11 cm, e a espessura entre 1 e 1,6 cm. O fragmento EVR.QF.08.778 pertence ao grupo de fabrico B3, enquanto o fragmento EVR.QF.08.759 de fabrico B1.

Existem paralelos na Necrópole de Santo André (Montargil), nas Necrópoles da região de Elvas e em São Cucufate (Beja).

Na Necrópole de Santo André (Montargil) existe semelhanças com a peça nº D 11.4, tipo 1.c. Esta forma está representada por 3 exemplares, com datação dos finais do século I, inícios do século II (Viegas; Nolen; Dias, 1981:76; Est. XIX).

Nas Necrópoles da região de Elvas existe paralelo com o tipo 5-g, nº 107. Esta forma subsistiu dos fins do século I até à 1ª metade do século III (Nolen, 1985:55; Est. XV).

Em São Cucufate (Beja) há semelhanças com a forma XII-B-1 e XII-B-fr 2, peça nº 81.1305bis-Inc. e nº 83.1178-2E. Ambas pertencem ao horizonte 4 (Meados do século IV) (Pinto, 2003:435; Fig. 488).

As tampas são uma peça acessória de vários recipientes, especialmente dos culinários, como os pratos, os pratos covos, os tachos e as panelas, mas também das bilhas e das talhas (Pinto, 2003:84). As tampas serviam para cobrir esses recipientes.

A categoria 9.A. refere-se a tampas de bordo simples ou levemente espessado. Esta categoria tem apenas 1 bordo, equivalente a 1 peça (EEP).

O fragmento EVR.QF.08.790 trata-se de uma tampa, de variante 9.A.1., tampa de bordo alongado, simples ou levemente espessado e parede recta e aberta, embora esta variante da Quinta do Forte conte com apenas 1 fragmento estudado (Anexo III - Estampa 19). Esta peça pertence a sondagem 1, [U.E.34]. Tem de diâmetro de boca 29 cm e 0,6 cm de espessura. Quanto ao grupo de fabrico, pertence ao B1, pasta não calcária com a cor cinzento no centro (Munsell GLEY2.5/10G), interior e exterior

(Munsell GLEY2-5/5B). Realizada em torno rápido, com cozedura redutora. A textura da pasta é média. Com elementos não plásticos: feldspato (frequência média, dimensão reduzida, forma subarredondada); micas (frequência média, dimensão reduzida, forma subarredondada); quartzo (frequência média, dimensão reduzida, forma angulosa).

Em relação a paralelos, esta forma encontra-se em São Cucufate (Beja), Monte Molião (Lagos) e no Castelo da Lousa (Moura).

Em São Cucufate (Beja) esta forma encontra-se apresentada através do nº 81.3253-1B, pelo tipo XIV-A-1-a. Esta variante está retratada por 40 exemplares. Em termos cronológicos é mais importante nos horizontes 1 (2ª metade do século I) e 2 (1º terço do século II), mas mantém-se presente até ao horizonte 6 (1ª metade do século V) (Pinto, 2003:466; Fig. 545).

Outra forma idêntica encontrou-se em Monte Molião (Lagos), pelas tampas do tipo 1.2., variante 2, pelo nº 38. Esta produção de cerâmica em Monte Molião iniciou-se nos finais do século I, inícios do século II, e terminou quando se deu o abandono deste local, na 2ª metade do século II (Arruda, Bargão, 2009: Fig.13).

No Castelo da Lousa (Mourão) há paralelo com a forma, 2, variante b, bordo espessado e parede recta ou levemente convexa, nº 7, sem atribuição cronológica (Pinto; Schmitt, 2010: 288; Fig. 13).

Quanto aos fundos, este estudo é constituído por 11 fragmentos (EVR.QF.08.429; EVR.QF.08.826; EVR.QF.08.772; EVR.QF.08.359; EVR.QF.08.474; EVR.QF.08.775; EVR.QF.08.811; EVR.QF.08.813; EVR.QF.08.764; EVR.QF.08.756; EVR.QF.08.976), divididos em 7 categorias: F1 (fundo raso, simples e largo, de formas abertas), F2 (fundo côncavo e largo de formas abertas), F3 (fundos estreitos, rasos ou levemente côncavos, com pequeno pé ou rebordo formando uma base anelar, e o interior geralmente bastante liso, de formas abertas), F4 (fundo de base fina e com rebordo, parede espessa e interior alisado, provavelmente de alguidar), F5 (um fundo raso e simples de formas fechadas), F6 (fundos rasos e simples de pequena forma fechada) e F7 (fundo anelar estreito e alto de forma fechada, potinho e talvez bilha).

A categoria F.1. conta com apenas 1 exemplar (EVR.QF.08.429), é um fundo raso, simples e largo, de formas abertas (Anexo III - Estampa 20). Pertence à sondagem 1, [U.E.20], com 19,8 cm de diâmetro de base e 0,9 cm de espessura. Insere-se no

grupo de fabrico B1. Este tipo de fundo corresponde aos pratos e pratos covos de fundo plano.

A categoria F.2. conta com 1 fragmento (EVR.QF.08.826), fundo côncavo e largo de formas abertas (Anexo III - Estampa 20). Da sondagem 1, [U.E.20], com 14 cm de diâmetro de base e 0,4 cm de espessura. Pertence ao grupo de fabrico B3. Este tipo de fundo poderá pertencer a alguns pratos e talvez a pratos covos.

A categoria F.3. possui 3 fragmentos (EVR.QF.08.772; EVR.QF.08.359; EVR.QF.08.474) (Anexo III - Estampa 20). Tratam-se de fundos estreitos, rasos ou levemente côncavos, com pequeno pé ou rebordo formando uma base anelar, e o interior geralmente bastante liso, de formas abertas. Todos os materiais pertencem a sondagem 1. O exemplar EVR.QF.08.772 e EVR.QF.08.474 pertence a [U.E.34], enquanto EVR.QF.08.359 pertence a [U.E.6]. Os seus diâmetros de base variam entre 5 e 20,8 cm, existindo uma grande diferença de tamanhos. Variam entre os grupos de fabrico B1 (EVR.QF.08.772) e B2 (EVR.QF.08.359 e EVR.QF.08.474). Este tipo de fundo corresponde a tigelas.

A categoria F.4. conta com 2 fragmentos (EVR.QF.08.775 e EVR.QF.08.811), fundo de base fina e com rebordo, parede espessa e interior alisado, provavelmente de alguidar (Anexo III - Estampa 21). Ambos da sondagem 1, [U.E.36]. Os diâmetros de base variam entre 10 e 19,6 cm e espessura entre 0,7 e 1 cm. Inserem-se os dois no grupo de fabrico B1a. É possível que estes fundos pertençam a grandes alguidares.

A categoria F.5. conta com 1 fragmento (EVR.QF.08.813), um fundo raso e simples de formas fechadas (Anexo III - Estampa 21). Proveniente da sondagem 1, [U.E.34]. Possui diâmetro de base 16 cm e 0,5 cm de espessura. Pertence ao grupo de fabrico B1. Este tipo de fundo corresponde à maioria das panelas.

A categoria F.6. conta com 2 fragmentos (EVR.QF.08.764 e EVR.QF.08.756), fundos rasos e simples de pequena forma fechada (Anexo III - Estampa 21). Os diâmetros de base entre os 9,8 e 10,4 cm mostram que pertencem a fundos de pequena forma. Com espessura entre 0,5 e 0,7 cm. Ambos pertencem a sondagem 1, [U.E.36] e inserem-se no grupo de fabrico B3a (EVR.QF.08.764) e B2 (EVR.QF.08.756). Poderão ser fundos de pequenas panelas ou potes.

A categoria F.7. é constituída por apenas 1 fragmento (EVR.QF.08.976), fundo anelar estreito e alto de forma fechada, potinho e talvez bilha (Anexo III - Estampa 21).

Da sondagem 1, [U.E.49]. Com 3,6 cm de base e 1,2 cm de espessura. Insere-se no grupo de fabrico B2. Este tipo de fundo poderá pertencer a um potinho, mas é possível que também seja de bilhas.

As asas encontradas na Quinta do Forte contam 26 fragmentos (Anexo III - Estampa 22).

Distingue-se do conjunto a asa EVR.QF.08.502 por possuir uma possível digitação e a asa EVR.QF.08.509+504 que se encontra quase completa, embora seja constituída por 2 fragmentos, ou seja, foi conseguida colagem.

Quanto aos fragmentos indeterminados existem 3 (EVR.QF.08.586, EVR.QF.08.867 e EVR.QF.08.864). O único aspeto relevante do fragmento EVR.QF.08.586 é que possui como técnica decorativa exterior incisão e como motivo uma linha.

Relativamente aos bojós inventariados, salienta-se que EVR.QF.08.867 e EVR.QF.08.864, integram-se na tipologia designada como “potinhos alentejanos”⁷³, embora não permitam aferir qualquer informação porque são fragmentos de bojós.

Em suma, a cerâmica comum trata-se de um tipo utilizado para o uso quotidiano em atividades domésticas.

Após análise este grupo cerâmico enquadra-se na cerâmica comum com influência na produção local/regional.

O conjunto de cerâmica comum da Quinta do Forte é simples, o que poderá estar relacionado com o facto de se poder tratar de uma lixeira. Apenas existem em pequena quantidade peças com motivos incisos. Por isso, se este sítio era um depósito, não eram depositadas cerâmicas bem cuidadas, mas cerâmica básica que se fragmentava.

Apesar do conjunto de cerâmica comum não ser abundante, apresenta um repertório morfológico diversificado.

Neste grupo grande parte dos recipientes são destinados à cerâmica de servir à mesa (51%) (22 peças – EEP), seguindo-se a cerâmica de cozinhar (33%) (14 peças – EEP), e por último, a cerâmica de armazenamento (16%) (7 peças – EEP) (Anexo II – Gráfico 21).

⁷³ Caracterizam-se por bojo ovóide, ombro reentrante marcado por caneluras e o bordo voltado para o exterior. Normalmente possuem decoração em bandas impressas e cozedura em forno redutor, existindo exceções.

Sobre os hábitos de consumo, através das peças com classificação formal, verificou-se o predomínio das formas destinadas à cerâmica de servir à mesa, através de pratos (7 peças – EEP), tigelas (7 peças – EEP) e potinhos (8 peças – EEP).

Relativamente à maioria da cerâmica ser de servir à mesa deve-se, provavelmente, a serem recipientes muito utilizados nos centros consumidores e sofrerem frequentes fragmentações e quebras, e como se tornavam em peças inutilizadas eram colocadas neste depósito.

As camadas estratigráficas da Quinta do Forte são níveis de entulhamento, onde aparecem materiais arqueológicos heterogêneos. Assim, o material encontra-se descontextualizado e não é possível determinar níveis de ocupação, mas verificou-se que a Quinta do Forte tem cerâmica comum romana com cronologia desde meados do século I a meados do século V d.C., ou seja, com uma longa duração.

Mas a maior quantidade de cerâmica pertence ao século I e século II d.C., assim enquadra-se num contexto associado ao Alto Império.

Esta informação foi adquirida através de materiais com paralelos encontrados para os materiais deste estudo.

Assim, a Quinta do Forte como depósito, recebia a deposição de resíduos de cerâmica comum romana associada ao consumo de bens alimentares.

7.4. Análise global do espólio cerâmico romano

Após a análise e estudo dos materiais cerâmicos do período romano é possível mencionar algumas considerações, tendo em conta algumas limitações.

Como para a Quinta do Forte não existe conexão entre unidades estratigráficas e datações relativas, dificulta a interpretação deste conjunto cerâmico. As cronologias foram atribuídas através de paralelos com outros locais.

É possível que este espaço tenha sido uma lixeira, o que justifica o revolvimento, a fragmentação e o número reduzido de exemplares encontrados.

Para o estudo do conjunto de cerâmica do período romano foram selecionados os materiais que estavam melhores preservados e que tinham maior potencial

informativo, mesmo que se trate de um conjunto pouco rico, tanto numericamente como formalmente.

O conjunto romano da Quinta do Forte abrange um total de 126 fragmentos, distribuindo-se por *terra sigillata* com 24 exemplares (19%), paredes finas com 3 fragmentos (2%), ânforas constituídas por 6 fragmentos (5%) e cerâmica comum, com maior número, 93 exemplares (74%) (Anexo II – Gráfico 22).

Analisando de forma geral a distribuição do espólio estudado, a maioria da amostra aparece na sondagem 1 e relativamente às unidades estratigráficas verifica-se que há variações.

Na *terra sigillata* a maior quantidade de fragmentos são da [U.E.49], na cerâmica de paredes finas todos os exemplares pertencem à [U.E.20], as ânforas são na maioria provenientes da [U.E.34], tal como na cerâmica comum grande parte do material também é procedente da [U.E.34]. Analisando na totalidade, a maioria do material estudado é oriundo da [U.E.34] (Anexo II – Gráfico 2). Mas esta unidade estratigráfica não consta descrição no relatório, o que dificulta a interpretação da globalidade dos materiais estudados serem desta unidade estratigráfica.

Outra evidência é o facto de na mesma sondagem e unidade estratigráfica se encontrarem materiais de diferentes grupos cerâmicos e cronologias, o que prova que existiram muitos revolvimentos.

Dentro do conjunto de cerâmica fina de importação, a *terra sigillata* é o grupo que está melhor representado com um total de 24 fragmentos e em termos percentuais 19% do total do conjunto (Anexo II – Gráfico 22).

Os fragmentos de *terra sigillata* tem cronologia entre o século I até ao século III d.C.

A *terra sigillata* itálica conta com apenas 1 fragmento, considerado como indeterminado. Apenas fica registado que aparece este tipo de *terra sigillata* na Quinta do Forte, mas em quantidade muito reduzida, que não permite datar esse momento.

A *terra sigillata* sudgálica está representada por 2 exemplares. Foram determinadas as seguintes tipologias: Drag. 18., morfologicamente esta forma insere-se em 40-140 d.C.; e Drag. 24/25, inspirada em modelos itálicos e corresponde a uma taça hemisférica, com decoração em banda de guilhoché duplo. Em termos cronológicos situa-se entre 20 a 60 d.C. Assim, este conjunto de *terra sigillata* sudgálica é datado do século I – II d.C.

O conjunto de *terra sigillata* hispânica é composto por 17 exemplares. Este grupo é dentro da *terra sigillata* o que possui maior quantidade de exemplares (71%) (Anexo II – Gráfico 5). Embora alguns fragmentos tenham sido considerados como indeterminados.

Este grupo é constituído pelas seguintes tipologias: Drag. 15/17, pratos de cronologia 100-200 d.C.; Drag. 24/25, taça decorada com uma banda de guilhoché vertical, com cronologia de 40-150 d.C.; e Drag. 27, taças com cronologia 40-300 d.C., ou seja, uma datação de tipologia mais tardia, do século III.

Verificou-se que a maioria da *terra sigillata* hispânica pertence à tipologia Drag. 27 (42%) (Anexo II – Gráfico 6).

Na totalidade os exemplares de *terra sigillata* hispânica foram datados entre 40-300 d.C. Estas produções hispânicas situam-se entre o século I – III d.C.

Das produções africanas foram analisados 4 exemplares, mas na integra classificados como indeterminados. Assim, não foi exequível datar este conjunto. Para estes exemplares não foi possível determinar nenhum centro produtor.

A cerâmica de paredes finas da Quinta do Forte constitui um pequeno conjunto e é constituída por fragmentos de reduzida dimensão e fraturados, o que torna difícil a identificação tipológica. Este grupo conta com 3 fragmentos e representa 2% do total do conjunto. Como estes exemplares possuem pequenas dimensões, impossibilita a atribuição de uma classificação e de uma cronologia segura (Anexo II – Gráfico 22). Mas a maioria das produções são de fabrico Emeritense (67%) (Anexo II – Gráfico 8).

Apenas um exemplar possibilita verificar que poderá tratar-se da forma Mayet XLIII (?) e seria um copo/taça. Como decoração possui canelura. Esta forma sugere que este exemplar pode pertencer entre a 2ª metade do século I d.C. e inícios do século II d.C. (50-100 d.C.).

Relativamente às decorações do conjunto verificou-se canelura e banda de guilhoché oblíqua, separado por linhas horizontais paralelas.

Não foi possível identificar precisamente a cronologia destes exemplares. Mas possivelmente poderá se enquadrar na 2ª metade do século I d.C. e inícios do século II d.C.

As ânforas, referentes a cerâmica de armazenamento, também constituem um reduzido grupo, composto por 6 fragmentos e representa 5% do total do conjunto (Anexo II – Gráfico 22).

Determinaram-se dois tipos de proveniências: Lusitânia e Bética, embora a maioria dos exemplares sejam de proveniência Lusitânia (67%) (Anexo II – Gráfico 11).

Determinou-se apenas uma tipologia, Dressel 14, com proveniência Tejo/Sado. As Dressel 14 na Lusitânia estão relacionadas com atividades de salga de peixe, desde meados do século I d.C. Assim, este tipo de ânfora tinha conteúdo piscícola e supõe um fabrico local ou regional. Enquadra-se em meados do século I d.C. até ao século II.

Quanto à cerâmica comum/local, este grupo é o que corresponde a um maior número de fragmentos de cerâmica romana, com 93 fragmentos, corresponde a 74% do total do conjunto. É composto por 44 peças (EEP). Este grupo cerâmico integra-se na cerâmica comum de produção local/regional.

Os grupos de fabrico variam dependentemente da composição mineralógica (elementos não plásticos), frequência e dimensão, e ainda da técnica de fabrico (manual ou torno). O grupo de fabrico que se encontra melhor representado é o grupo B, nomeadamente o B1 (33%) (Anexo II – Gráfico 19). Apresenta pastas com cozedura redutora e de textura média.

O conjunto de cerâmica comum não possui valor estético, ou seja, não existe cuidado no fabrico ou no acabamento das peças. O que poderá estar relacionado com o facto de se poder tratar de uma lixeira.

A cerâmica foi dividida nas seguintes categorias: cozinhar, servir e armazenar. Apesar do conjunto de cerâmica comum ser o melhor representado, não é propriamente abundante, mas apresenta um reportório morfológico variado.

Neste grupo grande parte dos recipientes são destinados à cerâmica de servir à mesa (51%) (22 peças – EEP), seguindo-se a cerâmica de cozinhar (33%) (14 peças – EEP), e por último, cerâmica de armazenamento (16%) (7 peças – EEP) (Anexo II – Gráfico 21).

Sobre os hábitos de consumo, através das peças com classificação formal, verificou-se o predomínio das formas destinadas ao consumo de alimentos à mesa, através de pratos (7 peças – EEP), tigelas (7 peças – EEP) e potinhos (8 peças – EEP).

O prato era um recipiente aberto e baixo, servia para servir e consumir os alimentos, daí se inserir nesta classificação formal. As tigelas também são recipientes abertos mas hemisféricos, que serviam para o consumo individual de alimentos líquidos (como exemplo, sopas ou papas que complementavam a comida mais sólida). O potinho é um recipiente pequeno, também para o consumo individual de líquidos (podia ser usado para guardar mel ou doces, servir molhos ou condimentos, ou para a ingestão de bebidas à mesa, que parece a hipótese mais aceitável porque os potinhos da Quinta do Forte não possuem asas).

Embora o conjunto material não seja muito representativo para concluirmos com certeza quais poderiam ser os hábitos de consumo das populações que depositavam os seus recipientes neste local, pela maioria das peças estudadas e dados obtidos propõe-se que estão associados ao consumo de alimentos, alternando entre preparados alimentares sólidos e líquidos.

Relativamente à maioria da cerâmica comum da Quinta do Forte ser de servir à mesa deve-se, provavelmente, a serem recipientes muito utilizados e por isso, de deterioração fácil.

Neste estudo verificou-se a existência particular de duas peças com influência ou imitação de formas. É o caso do exemplar EVR.QF.08.776 de cerâmica comum que imita a forma de *terra sigillata*. Este caso acontece com a variante 2.B.1 de tigelas, sendo semelhança à forma Dragendorff 35 ou com a forma Hayes 195 de cerâmica comum africana. Outro caso, é o fragmento EVR.QF.08.765, da variante 2.B.3. de tigelas, que reproduz os perfis da forma Dragendorff 37 de *sigillata* hispânica tardia. Isto sugere que os oleiros conheciam e reproduziam modelos romanos do centro de Império.

Verificou-se que a Quinta do Forte tem cerâmica comum romana com cronologia desde meados do século I a meados do século V d.C., mas a maior quantidade de cerâmica pertence ao século I e século II d.C.

Sugere-se através dos paralelos encontrados com os materiais da Quinta do Forte, que este local teve a primeira ocupação ou possivelmente deposição de materiais cerâmicos romanos entre 20-60 d.C., ou seja, entre o século I e o século II d.C. Esta informação é obtida através da *terra sigillata* sudgálica, porque foi o primeiro grupo cerâmico que obteve datação.

Depois é possível ter existido um aumento da deposição entre 40-300 d.C., devido à quantidade de *terra sigillata* hispânica que é superior aos outros tipos de cerâmica fina. Assim, este aumento manteve-se até ao século III d.C.

A cerâmica de paredes finas evidência que se mantinha a deposição na Quinta do Forte possivelmente, entre 50-100 d.C.

O mesmo acontece através das ânforas, com material em termos cronológicos que se enquadra em meados do século I até ao século II d.C.

E através da cerâmica comum romana verificou-se que existiu cerâmica com uma longa duração, desde meados do século I a meados do século V d.C., mas a maioria pertence ao século I e século II d.C. A partir do século III nota-se que existiu continuidade da deposição de cerâmica, mas que se tornou menos significativa até ao século V.

Do ponto de vista cronológico, estas cerâmicas romanas pertencem ao Alto Império.

Assim, o material cerâmico recolhido na Quinta do Forte representam um conjunto que pode ser datado do século I - século II d.C.

Este estudo embora baseado num espólio reduzido, permitiu uma série de considerações pertinentes.

7.5. Análise do espólio cerâmico de época medieval-islâmica

7.5.1. Cerâmica comum

Sobre a cerâmica comum sabe-se que a ruralização verificada na Alta Idade Média pode ter conduzido à decadência das produções romanas tardias, começando a haver fabricos menos especializados. Os objetos cerâmicos eram fabricados em oficinas locais através de meios técnicos pouco avançados. Os oleiros não investiam numa melhor aprendizagem técnica porque os mercados urbanos eram limitados e sobretudo porque existia falta de meios e condições. Assim, prevalece a cerâmica comum com diminuída diversidade tipológica e decorativa (Gómez Martínez, 2006:99). Embora depois o repertório formal evolua ao longo dos séculos, especialmente a partir do século X, assim como as técnicas de fabrico.

Este grupo representa 12% do conjunto estudado (num total de 3 fragmentos: 1 loiça de mesa (4% = 1 jarrinho/púcaro – EVR.QF.2800); 1 armazenamento e transporte (4% = 1 pote – EVR.QF.08.2301) e 1 loiça de cozinha (4% = 1 panela – EVR.QF.08.2304) (Anexo II – Gráfico 1a, 2a e 3a).

Relativamente à jarrinha/púcaro (EVR.QF.08.2800) (Anexo III – Estampa 9b) *“es uma forma cerrada caracterizada por poseer sólo un asa, cuello diferenciado y ancho, y cuerpo de tendencia globular”* (Gómez Martínez, 2014: 139).

Normalmente são peças de tamanho pequeno ou médio, e eram objetos destinados a levar líquidos para a mesa e para os verter.

Susana Gómez Martínez (2014) denomina o púcaro como *jarritos*, caracterizando-os como exemplares de menores dimensões. Podiam ser utilizados para extrair pequenas quantidade de líquidos de recipiente grandes ou servir como um objeto de medida (Gómez Martínez, 2014:139).

O púcaro estudado resultante da intervenção arqueológica na Quinta do Forte possui corpo globular e base convexa. O seu diâmetro de base mede 8,2 cm e de espessura 0,5 cm. Foi fabricado através de torneado rápido e em cozedura oxidante, possuindo um acabamento exterior alisado. O que demonstra que existiu cuidado para este objeto ter um melhor acabamento. A sua pasta exterior, do centro e interior é

alaranjada, possuindo elementos não plásticos (mica e quartzo) de tamanho e frequência média. A pasta tem textura compacta.

Possui paralelos no Castelo Velho de Alcoutim com o tipo 9B (Catarino, 1997-98: p. 782 (Tipo 9B) e na Alcáçova de Mértola com o Jarrinho/Púcaro designada por 1B (Gómez Martínez, 2004: p. 398 (Peça CR/PT/0008), (Gómez Martínez, 2014: p. 403 (Fig. 228), (Gómez Martínez, 2015: p. 43, Fig. 10:5), (Torres, 1987: Fig. 3), com cronologia do século X.

Outro objeto enquadrado na cerâmica comum é o exemplar de um pote (EVR.QF.08.2301) (Anexo III – Estampa 9b).

O pote, designado por Susana Gómez Martínez (2014) como *orza*, pode-se caracterizar como “*un objeto de cuerpo ovoide o globular, sin marcas de fuego o características apropiadas para cocinar*” (Gómez Martínez, 2014: 95).

O pote possui uma forma fechada de tamanho pequeno ou médio para armazenar alimentos ou outros produtos, principalmente sólidos, como por exemplo, conservas, compotas, especiarias, sal e mel (Catarino, 1997-1998: 786).

O pote estudado possui lábio arredondado e mede de diâmetro de boca 5,2 cm e de espessura 1,2 cm. Foi fabricado através de torneado rápido, com cozedura oxidante. A cor da sua pasta tanto no exterior, como no centro e interior é vermelha, possuindo elementos não plásticos como mica e quartzo, de tamanho pequeno e pouco frequentes. A pasta possui textura compacta.

Tem paralelos em Mértola através de um pote encontrado no criptopórtico A designado por 5, enquadra-se cronologicamente no século XIII (Gómez Martínez, 2014: p. 335 (Fig. 24).

Por último, descrevemos a panela (EVR.QF.08.2304) (Anexo III – Estampa 9b). Designada por Gómez Martínez (2014) como *marmita* ou *panela*, “*es un recipiente cerrado de tamaño medio, de paredes altas y cuello y bordo relativamente estrechos, con algún elemento de presión*” (Gómez Martínez, 2014: 104).

Utilizada nas cozinhas das habitações islâmicas, servia de recipiente para cozinhar alimentos, por isso possui características técnicas que a tornavam apta para ir ao lume. Servia para confecionar alimentos com alto valor nutritivo como leguminosas, que precisavam de ser cozinhadas algum tempo com muito caldo, ou também para cozinhar verduras ou produtos hortícolas. A panela também era utilizada para aquecer

água para usos domésticos, para a higiene e para preparar alimentos (Gómez Martínez, 2012: 206), como caldos, sopas, ensopados, como ainda hoje na gastronomia tradicional.

A panela analisada e estudada possui corpo bitroncocónico e base levemente convexa. A sua base mede 4,4 cm e 0,6 cm de espessura. Foi fabricada em torno rápido, com cozedura redutora. A pasta exterior e interior é castanha, e no centro cinzenta acastanhada. Possui elementos não plásticos como xisto, calcário, mica e quartzo, de tamanho médio e de frequência média. E tem pasta com textura compacta.

Na análise morfológica desta peça existiu uma problemática devido a não ser possível confirmar da presença de asas, devido ao estado de fragmentação. Mas através da lógica de funcionamento da peça e de paralelos existentes, considera-se que esta peça possuiu asas. É esta a hipótese a aceitar, embora não seja possível confirmar, como já foi referido.

Esta peça tem paralelo na Alcáçova de Mértola com a Panela designada por 4A encontrada no criptopórtico A, poderá pertencer ao século XII, existindo alguma dúvida na atribuição desta cronologia (Torres, 1987: 8), (Gómez Martínez, 2014: p. 342 (Fig. 45).

Assim, estas peças através dos paralelos encontrados enquadram-se entre o século X e o século XIII.

7.5.2. Cerâmica vidrada monocromática

O vidrado é a *“aplicación de uma capa de vidro sobre um objeto de cerâmica”* (Gómez Martínez, 2014: 211).

Assim, a cerâmica vidrada possui um aspeto brilhante e é impermeável. As peças vidradas adquirem um aspeto mais cuidado. O vidrado introduz a coloração que vem alterar a monotonia cromática das cerâmicas comuns.

Embora o vidrado nas peças cerâmicas já existisse antes dos romanos, no Antigo Egipto e na Suméria, esta técnica era pouco difundida e quase não chegou ao Ocidente e foi retomada no mundo islâmico.

Esta é a técnica mais simples e frequente, aplica-se o vidrado monocromático ao interior e/ou exterior do recipiente, como uma capa consistente e semitransparente. Em relação à cor, a mais frequente é a cor de mel - melado.

As cerâmicas vidradas monocromáticas exumadas da intervenção arqueológica realizada na Quinta do Forte representam 56% do espólio cerâmico em estudo. Evidenciando que a maioria dos materiais estudados pertencem a este grupo cerâmico, mostrando assim que esta técnica é a mais frequente neste conjunto (Anexo II – Gráfico 1a). Neste grupo apenas se verificou vidragem monocromática simples, sem motivos decorativos adicionados posteriormente.

Os vidrados monocromáticos correspondem a 4% a objetos de uso lúdico e ritual (1 pedra de jogo – EVR.QF.08.1967); 15% a objetos de iluminação (3 candis - EVR.QF.08.1970; EVR.QF.08.1941; EVR.QF.08.1855 e 1 candeia - EVR.QF.08.1871); 26% a loiça de mesa (5 tigelas - EVR.QF.08.2249; EVR.QF.08.2585; EVR.QF.08.2455; EVR.QF.08.1862; EVR.QF.08.1961, 1 jarrinha - EVR.QF.08.1968 e 1 jarra - EVR.QF.08.2352); e por fim, 11% considerado como indeterminado (constituído por 3 fragmentos - EVR.QF.08.894; EVR.QF.08.1969; EVR.QF.08.2580) (Anexo II – Gráfico 2a e 3a).

Os 4% correspondentes a objetos de uso lúdico e ritual, incluem apenas 1 exemplar de pedra de jogo (EVR.QF.08.1967) (Anexo III – Estampa 2b).

“A sua forma, mais ou menos circular, não levanta grandes dúvidas quanto à associação a muitos dos jogos fruídos pelas classes populares no Garb al-Andalus” (Gonçalves, 2017:1417).

Trata-se de um fragmento de cerâmica recortado em forma de disco, que servia como marca em jogos de tabuleiro.

A pedra de jogo (EVR.QF.08.1967) possui corpo cilíndrico e espessura de 0,4 cm. O seu fabrico foi manual, recortado e possivelmente reaproveitado de outra peça realizada em cozedura oxidante e com acabamento interior e exterior em vidrado. As extremidades da peça estão intencionalmente afeiçoadas, conferindo-lhe um aspeto circular.

Esta pedra de jogo produziu-se a partir de fragmentos de recipientes cerâmicos, que foram reaproveitados e readaptadas a uma nova funcionalidade.

A cor da pasta exterior e interior é bege, e a cor do centro é alaranjada. Possui mica como elemento não plástico, de tamanho pequeno e pouco frequentes. A pasta detém textura compacta. A técnica decorativa interior e exterior é através do vidrado monocromático de cor melada. Como já foi referido é a cor mais frequente neste grupo cerâmico. Não é possível aferir a sua cronologia.

Os 15% correspondentes a objetos de iluminação, incluem 11% de 3 exemplares de candis (EVR.QF.08.1970; EVR.QF.08.1941; EVR.QF.08.1855) e 4% de 1 fragmento de candeia (EVR.QF.08.1871) (Anexo III – Estampa 1b e 2b).

Estes utensílios eram utilizados para iluminar o interior habitacional e eram indispensáveis numa habitação.

Relativamente a objetos de iluminação nesta coleção, verifica-se que os exemplares de candis são majoritários, o que evidencia que *“eram as luminárias mais comuns em época islâmica”* (Serrano, 2011:45).

Os candis são constituídos pela asa⁷⁴, bico⁷⁵, depósito de combustível⁷⁶, colo⁷⁷ e bordo (Anexo I - Figura 39).

O candil tinha como função *“proporcionar luz mediante la conjunción de mecha y sustancia combustible”* (Rosselló Bordoy, 1978:49). Este objeto de iluminação tinha depósito fechado e a substância combustível normalmente era azeite ou gordura animal/vegetal.

“El candil es por ello un objeto de uso común” (Rosselló Bordoy, 1978:49). Assim, o candil era um objeto de iluminação de uso individual que acompanhava a pessoa na deslocação pela casa.

Os fragmentos de bicos de candil EVR.QF.08.1941 e EVR.QF.08.1855 possuem bico comprido, com espessura entre os 0,4 cm e 0,5 cm. Foram ambos realizados através de fabrico manual e em torno rápido, com cozedura oxidante. Mas existem diferenças no acabamento exterior, enquanto o candil EVR.QF.08.1941 possui alisamento, o candil EVR.QF.08.1855 possui vidrado. Já a cor da pasta é a mesma, bege. Os elementos não plásticos predominantes são a mica e o calcário, sendo em ambos pequenos e pouco frequentes, com pasta de textura compacta. Nestes dois

⁷⁴ Apenas existia uma asa, para deslocar o candil facilmente e em segurança.

⁷⁵ Onde se situava a mecha que ardia.

⁷⁶ Uma base de forma fechada.

⁷⁷ De forma bitroncocónica.

exemplares, a técnica decorativa exterior é o vidrado monocromático de cor melada. Ambos possuem alterações, tendo o bico queimado.

O candil EVR.QF.08.1970 é o exemplar melhor conservado desta coleção, possuindo corpo bitroncocónico, asa vertical de secção oval e base plana. A sua espessura mede 0,4 cm. E tal como os candis apresentados anteriormente o seu fabrico e cozedura não difere. Tal como o candil EVR.QF.08.1941, o acabamento exterior é alisado. Não existe também qualquer diferença na cor da pasta, sendo bege. Relativamente aos elementos não plásticos, possui mica, quartzo e xisto, também pequenos e pouco frequentes, com pasta de textura compacta.

A técnica decorativa exterior é através do vidrado monocromático de cor melada, como a peça EVR.QF.08.1941. Embora os vestígios de vidrado se encontrem muito desgastados.

Todas as peças mencionadas anteriormente possuem paralelos a nível formal com peças de Mértola. Assim, o exemplar EVR.QF.08.1941 possui semelhanças com a peça designada por Candil 1F, recolhida na encosta do castelo de Mértola, pertencendo ao século XI (Gómez Martínez, 2004: p. 433 (Peça CR/CF/0015), (Gómez Martínez, 2014: p. 156 (Fig. 5.4.1.1F); o fragmento de candil, EVR.QF.08.1970, possui paralelos com os materiais recolhidos na Câmara Municipal de Mértola identificado como Candil 1b, com atribuição cronológica para o século XI (Gómez Martínez, 2004: p. 431 (Peça CR/CF/0040), (Gómez Martínez, 2014: p. 155 (Fig. 5.4.1.1B) e p. 419 (Fig. 275), também se encontrou semelhanças com o candil II recolhido em Córdoba (Salinas Pleguezueulo, 2012: p. 324, II) e ainda, com uma peça encontrada no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros e Mandarin Chinês (Lisboa) com a designação de Nº 6D, pertencente ao século XI (Bugalhão; Gomes; Sousa, 2007: p. 342 (Fig. 26: nº 327), (Serrano, 2011: p. 156 (Nº 6D); por último, o fragmento de candil EVR.QF.08.1855, com paralelo em Mértola através da peça designada por candil 1D enquadrada no século XI (Gómez Martínez, 2014: p. 420 (Fig. 277) e também com similitudes em Chaves, mais propriamente com a Quinta do Raio X, através do Candil designado por Nº 1, enquadrado na mesma cronologia (Serrano, 2011: p. 152 (Nº1).

Os três exemplares analisados enquadram-se cronologicamente no século XI. O candil extinguiu-se, mas houve continuidade através da candeia, com o mesmo propósito e combustível que o candil.

Mas a candeia era um “*contentor de fogo com receptáculo*⁷⁸ *de combustível aberto*”, que surge no *al-Ándalus* no final do século XII (Serrano, 2011:61).

A candeia possuía uma asa vertical que permitia o manuseio de forma mais fácil, evitando verter o combustível, bico e depósito de combustível (Anexo I - Figura 40).

É “*um recipiente bastante simples, associado ao uso doméstico comum*” (Serrano, 2011:62). Sendo simples, alguns exemplares não possuem qualquer revestimento das superfícies, mas outros apresentam vidrados. No caso da candeia desta coleção, EVR.QF.08.1871, possui revestimento nas superfícies.

Representa 4% do conjunto de objetos de iluminação, existindo apenas 1 exemplar neste estudo com esta tipologia (EVR.QF.08.1871).

Esta candeia apresenta bico de paredes divergentes, com espessura de 0,4 cm. Teve fabrico manual e através de torno rápido, com cozedura oxidante e acabamento interior e exterior em vidro. A cor da pasta é bege, tal como os restantes objetos de iluminação deste estudo. Apresenta elementos não plásticos, como mica, xisto e calcário de tamanho médio, mas pouco frequentes, com pasta de textura compacta. Possui técnica decorativa interior e exterior através de vidro monocromático de cor melada.

Esta candeia possui paralelos em Mértola, mais propriamente na Alcáçova com a candeia designada por 2A (Gómez Martínez, 2004: p. 434 (Peça CR/CF/0006), (Gómez Martínez, 2014: p. 421 (Fig. 281), (Serrano, 2011: p. 182 (Nº 10B) e em Loulé, na cerca do convento (Luzia, 2003: p. 77, Fig. 58) em termos morfológicos, enquadrando esta peça entre a 2ª metade do século XII – 1ª metade do século XIII.

Dos 26% correspondentes a loiça de mesa, 18% incluem 5 exemplares de tigelas (EVR.QF.08.2249; EVR.QF.08.2585; EVR.QF.08.2455; EVR.QF.08.1862; EVR.QF.08.1961) (Anexo III – Estampa 3b e 4b).

No grupo da loiça de mesa, enquadram-se “*las series de objetos adecuadas para presentar alimentos en el momento de ser consumidos*” (Gómez Martínez, 2014:122).

Pertencente a esse grupo, a tigela é designada por Gómez Martínez (2014) como *ataifor*, e define-se “*como recipientes abiertos de servicio de mesa*”. Em português a designação mais comum é tigela, e é a utilizada neste estudo.

⁷⁸ Para o combustível.

As tigelas maiores serviam como travessas para colocar comida na mesa e as de dimensões mais reduzidas eram utilizadas como pratos individuais, ou como pequenas tigelas ou taças, para colocar na mesa passas de uva ou outros frutos secos (Catarino, 1997-1998: 772).

Assim, a tigela tinha forma aberta, corpo semiesférico, tamanho variável e era um dos principais componentes dos serviços de mesa no período islâmico.

Neste conjunto registaram-se tigelas de morfologias diferentes, mas todas com a semelhança de possuírem a técnica de vidro monocromático.

A tigela EVR.QF.08.2249 possui bordo extrovertido, lábio semicircular e boca circular. Enquanto a tigela EVR.QF.08.2585 apenas permite aferir que possui carena alta.

O fragmento de fundo correspondente a tigela EVR.QF.08.2455 possui corpo semioval, base plana e pé anelar baixo vertical. Tal como fundo da tigela EVR.QF.08.1862, que apenas difere o corpo, que é bitroncocónico. A base plana e o pé anelar baixo vertical é idêntico ao da tigela anteriormente mencionada (EVR.QF.08.2455).

Por último, o fragmento de fundo da tigela EVR.QF.08.1961 possui base plana, não tendo pé anelar.

Os diâmetros destas peças variam entre os 7 cm e os 14 cm, e a espessura de parede entre 0,2 cm a 0,6 cm. Têm na totalidade fabrico através de torneado rápido, com cozedura oxidante e acabamento interior e exterior a vidro. A cor da pasta exterior e interior varia entre bege e alaranjado, e a cor do centro entre as anteriormente mencionadas, acrescentando o vermelho. A pasta de textura compacta, possui maioritariamente elementos não plásticos constituídos por mica e calcário, pequenos e pouco frequentes.

Relativamente à técnica decorativa interior e exterior, registaram-se vidrados monocromáticos de tom melado e melado acastanhado.

Foram encontradas similitudes morfológicas em Mértola para a peça EVR.QF.08.2249, Susana Gómez Martínez caracteriza-a como *Ataifor* (tigela) 3Ab (Gómez Martínez, 2004: p. 361 (Peça CR/ML/0032) e como *Ataifor* (tigela) 3A (Gómez Martínez, 2014: p. 127, Fig. 5.3.1.3) e tem ainda paralelo através de Maria José Gonçalves *et al.* (Gonçalves *et al.*, 2013: p. 1033, Fig. 6:27), e também em Córdova

(SALINAS PLEGUEZUELO, 2012: Fig. 34:1) pertencendo ao século XI; o fragmento EVR.QF.08.2585, poderia ser uma carena que constitui a morfologia designada por Susana Gómez Martínez por *Ataifor* (tigela) 4D, com cronologia para o século XII (Gómez Martínez, 2004: p. 369 (Tigela 4D), (Gómez Martínez, 2014: p. 129, Fig. 5.3.1.4D), e com paralelo na peça publicada por Cláudio Torres (CR/CS/0004) da Alcáçova do Castelo de Mértola do Criptopórtico A (Torres, 1987: Fig. 82), também com Loulé (Catarino, 1999-2000: p. 118, est. 11.8), e ainda com paralelo em Maiorca (Rosselló Bordoy, 1978: Fig. 1.IIa), para a mesma cronologia; EVR.QF.08.2455 possui semelhanças com uma peça recolhida na Alcáçova de Mértola, com a morfologia designada por Susana Gómez Martínez como *Ataifor/jofaina* (tigela/taça) 2A (Gómez Martínez, 2014: p. 127, Fig. 5.3.1.2A) e com Córdoba (Salinas Pleguezuelo, 2012: Fig. 53:4), pertencendo entre o século XI-XII; para a peça EVR.QF.08.1862 encontrou-se paralelo em Mértola através do *Ataifor* (tigela) 5A designado por Susana Gómez Martínez (Gómez Martínez, 2004: p. 370 (Peça CR/ML/0025), (Gómez Martínez, 2014: p. 375 (Fig. 144), enquadrando através da morfologia este fragmento no século XII; e em último, o fragmento EVR.QF.08.1961 possui semelhança com uma peça recolhida em Mértola, enquadrando-se no final do século X-XI (Gonçalves, 2013: p. 1035, Fig. 8: 51).

Todos os paralelos foram designados através da morfologia das peças estudadas. Verifica-se assim, que maioritariamente os paralelos encontram-se em Mértola.

Em relação às cronologias destas tigelas, situam-se entre o século X e o século XII.

Com 4% pertencente a loiça de mesa enquadra-se 1 exemplar de fundo de jarra (EVR.QF.08.2352) (Anexo III – Estampa 5b).

A jarra “*se destinarían a beber de ellas o simplemente a contender líquidos para llevar a la mesa*” (Gómez Martínez, 2014:131).

Assim, era um recipiente fechado com mais de uma asa. A presença de mais de uma asas diferencia-a do jarro. As duas asas permitiam utilizar as duas mãos para suportar o peso excessivo contido no recipiente, que poderia ter tamanho médio ou grande.

Esta jarra possui corpo bitroncocónico e base plana. Mede de diâmetro de base 19,4 cm e de espessura 0,5 cm. Em relação à técnica de fabrico foi executada através de torneado rápido e cozedura oxidante. Tendo acabamento interior e exterior vidrado. A sua pasta no exterior e interior é alaranjada e no centro bege, possuindo como elementos não plásticos mica e quartzo, pequenos e pouco frequentes. A pasta tem textura compacta. A técnica decorativa interior e exterior é o vidrado monocromático de cor melada.

Tem paralelo em Córdoba com o tipo designado por Salinas: XIV, pertencendo ao século XII (Salinas Pleguezuelo, 2012: p. 378 (Tipo XVI); p. 385 (XVI) e Fig. 160:1).

Assim, através da similitude morfológica entre o paralelo encontrado e a peça estudada, a mesma pertence a 2ª metade do século XII.

Ainda dentro da loiça de mesa encontra-se 4% pertencente a 1 exemplar fundo de jarrinha (EVR.QF.08.1968) (Anexo III – Estampa 5b).

Esta jarrinha tinha a mesma função que a jarra menciona anteriormente, e também possuía duas asas. A única diferença é que esta jarrinha é de menores dimensões que a jarra já citada (EVR.QF.08.2352).

Esta jarrinha tem corpo globular e base plana. O diâmetro de base mede 8 cm e mede 0,3 cm de espessura. Como se pode verificar, é menor que a jarra EVR.QF.08.2352. O seu fabrico foi através de cozedura oxidante, o seu acabamento interior e exterior é igual ao da jarra EVR.QF.08.2352. A sua pasta é bege no exterior e interior, e alaranjada no centro. Os elementos não plásticos, o tamanho e a densidade é igual a jarra EVR.QF.08.2352. Tal como a técnica decorativa interior e exterior foi através de vidrado monocromático de cor melada.

Tem similitude morfológica em Mértola, com a Jarrinha 4A designada por Susana Gómez Martínez, da alcáçova, enquadrando-a na 2ª metade do século XII – 1ª metade do século XIII (Gómez Martínez, 2004: p. 387 (Peça CR/CC/0011), (Gómez Martínez, 2014: p. 391 (Fig.192).

Assim, devido às semelhanças entre ambos, a peça EVR.QF.08.2352, enquadra-se na cronologia acima referida.

Por último, mencionam-se os fragmentos indeterminados dentro dos vidrados monocromáticos (representados por 11%), compostos por 3 fragmentos (EVR.QF.08.894; EVR.QF.1969; EVR.QF.2580) (Anexo III – Estampa 5b).

Apenas o exemplar EVR.QF.08.894 não possui qualquer classificação. Os outros 2 exemplares são fragmentos de asas verticais (EVR.QF.1969 e EVR.QF.2580) categorizada como indeterminado devido ao facto de não se conhecer a que objeto pertencia.

Embora tenham as duas a mesma técnica decorativa interior e exterior, através de vidro monocromático, diferem na cor, a asa EVR.QF.1969 é melada e a asa EVR.QF.2580 melada acastanhada.

Não existe nenhum paralelo e a atribuição cronológica para estas asas, dado o seu estado de fragmentação e sobretudo por não se conseguir identificar a que objeto pertenceram.

De forma geral, os vidrados de tom melado são os mais representativos, destacando-se em 4 tigelas (EVR.QF.08.2249; EVR.QF.08.2455; EVR.QF.08.1862; EVR.QF.08.1961), 1 pedra de jogo (EVR.QF.08.1967), 2 candis (EVR.QF.08.1941; EVR.QF.08.1970), 1 jarra (EVR.QF.08.2352), 1 jarrinha (EVR.QF.08.1968), 1 candeia (EVR.QF.08.1871), e por fim, em 3 fragmentos indeterminados (EVR.QF.08.894; EVR.QF.08.1969; EVR.QF.08.2580).

Destas peças, à exceção dos candis EVR.QF.08.1941 e EVR.QF.08.1970 que apenas possuem vidro monocromático como técnica decorativa exterior de cor melada, os restantes possuem vidro monocromático na cor melada tanto como técnica decorativa interior como exterior.

Os vidrados de tom melado acastanhado são reduzidos, existindo 3 exemplares: 1 tigela (EVR.QF.08.2585), 1 candil (EVR.QF.08.1855) e 1 fragmento indeterminado (EVR.QF.08.2580). Possuindo todos vidro monocromático como técnica decorativa exterior e interior e cor da decoração melada acastanhada em ambas as faces.

Dentro do vidro monocromático encontram-se exemplares de objetos estudados que permaneceram entre o século X e o século XIII.

7.5.3. Verde e manganês

“Desde época califal se encuentra en al-Andalus cerámica ornamentada con vidriado policromo en varias combinaciones de color entre las que destaca, de forma incontestada, el blanco-verde-morado, más conocida como «verde y manganeso» o «verde y morado” (Gómez Martínez, 2014:219).

Esta decoração caracteriza-se por ter o fundo branco e os motivos decorativos em verde de cobre e preto de manganês. Embora o fundo branco possa ser substituído por melado ou verde (Santos, 2015:83).

Os materiais cerâmicos recolhidos com decoração a verde e manganês correspondem a 7% do conjunto estudado, enquadram-se dentro da loiça de mesa (2 fragmentos de tigelas – EVR.QF.08.1493 e EVR.QF.08.1963) (Anexo II – Gráfico 1a, 2a e 3a) (Anexo III – Estampa 6b).

A espessura varia entre 0,4 cm e 0,7 cm. Em ambos o fabrico é através de torneado rápido, com cozedura oxidante e possuem acabamento interior e exterior em vidrado.

Enquanto na tigela EVR.QF.08.1493 a cor exterior, do centro e interior é bege, na tigela EVR.QF.08.1963 apenas a cor exterior e interior é igual a tigela já mencionada, diferindo na cor do centro, sendo cinzenta. Os elementos não plásticos de ambos são mica e quartzo, pequenos e pouco frequentes. A pasta tem textura compacta.

Relativamente à técnica decorativa é a mesma nos dois exemplares, a decoração interior é através de vidrado policromático de cor verde e manganês, enquanto a decoração exterior é através de vidrado monocromático de cor melada.

“En los anversos em que el verde y morado se aplica sobre cubierta melada, los reversos son también melados en todos los casos” (Gómez Martínez, 2014:222), facto que se verifica nestes fragmentos.

A presença da decoração no interior nestas duas peças através do vidrado policromático em verde e manganês era com o objetivo de ter efeito visual, ou seja, existia preocupação estética e artística.

De referir que a peça EVR.QF.08.1493 é um fragmento com fundo melado e com motivos em verde e manganês, sem branco.

Relativamente à temática iconográfica destes fragmentos não é possível verificar, porque os fragmentos são de reduzidas dimensões e não permitem verificar esse facto.

Observa-se que a tipologia em que este tipo de cerâmica se insere é na totalidade, a tigela. Sendo assim, a loiça de mesa tem destaque nas formas decoradas a verde e manganês, e o conjunto é constituído somente por formas abertas.

Os paralelos que se seguem são com base na técnica decorativa dos fragmentos estudados, devido ao facto de serem bojós com decoração e não ser possível definir a sua forma funcional e morfológica.

A tigela EVR.QF.08.1493 possui similitudes em Évora através de uma peça encontrada no museu da cidade com cronologia atribuída ao século XI (Filipe, 2012: p. 107), (Santos, 2015: Peça EVR.M/97/209 (anexo II); e a tigela EVR.QF.08.1963 com semelhança a peça recolhida na alcáçova de Mértola, designada por Tigela 1B por Susana Gómez Martínez, pertencente a 2ª metade do século X (Gómez Martínez, 2004: Fig. 97 (Peça CR/VM/0489), (Gómez Martínez, 2014: p. 359, Fig. 94).

Assim, estes fragmentos pertencem entre a 2ª metade do século X e o século XI.

7.5.4. Melado e manganês

“La bicromía parece surgir en la cerámica islámica en el siglo IX” (Gómez Martínez, 2014:213).

A decoração a melado e manganês insere-se no vidrado bicromático e combina duas cores: o do fundo e do motivo ornamental.

“Por lo que se refiere a la cuestión técnica, existe un cierto consenso en considerar que esta técnica se ejecutaba dibujando los motivos ornamentales con manganeso, recubriendo con vedrío la pieza posteriormente; se trata, por lo tanto, de una ornamentación bajo cubierta. No obstante, hay autores que consideran que los trazos de manganeso se aplicaban sobre el melado antes de la única cochura” (Gómez Martínez, 2014:215). Tal como a autora, consideramos que o óxido de manganês era aplicado sob a cobertura e quando a peça ainda não estava cozida, porque em alguns casos perdeu-se o vidrado, mas os traços de manganês conservaram-se infiltrados nos

poros da pasta da peça. Concordamos completamente com esta hipótese abordada por Susana Gómez Martínez, porque parece a suposição mais plausível.

Neste estudo encontra-se apenas uma combinação cromática, fundo melado com motivos em negro através de manganês.

Os materiais cerâmicos estudados com decoração a melado e manganês correspondem a 7% (2 fragmentos de tigelas – EVR.QF.08.1964 e EVR.QF.08.2402), correspondendo na sua essência a loiça de mesa (Anexo II – Gráfico 1a, 2a e 3a) (Anexo III - Estampa 7b).

Sendo a peça EVR.QF.08.2402 a melhor conservada de todo o conjunto estudado, podemos indicar que possui corpo semiesférico, base plana e pé anelar baixo vertical. Ao contrário da peça EVR.QF.08.1964, que não evidencia elementos morfológicos. Apenas podemos referir que ambas as tigelas possuem 0,5 cm de espessura. A tigela EVR.QF.08.2402 possui 10 cm de diâmetro de base.

Ambas têm o mesmo fabrico através de torneado rápido, com cozedura oxidante e com acabamento interior e exterior em vidrado. Também as cores das pastas são iguais, alaranjadas. Possuindo como elementos não plásticos, calcário e xisto, no caso da tigela EVR.QF.08.2402 acrescentando a mica, com tamanho médio, mas pouco frequente, com pasta de textura compacta.

Em relação à técnica decorativa ambas as tigelas possuem a mesma técnica, no interior vidrado bicromático de cor melada e manganês, e no exterior vidrado monocromático de cor melada.

A peça EVR.QF.08.2402 possui, possivelmente, arcos secantes em óxido de manganês como motivo decorativo interior, mas apenas é uma hipótese, devido ao seu estado de fragmentação.

Na peça EVR.QF.08.1964 é impossível verificar o motivo decorativo, porque o seu estado de fragmentação ainda é mais reduzido que o mencionado acima.

Analisando esta técnica decorativa verifica-se que neste estudo apenas se confirma na forma funcional loiça de mesa e em um único tipo de objeto, tigela.

Os paralelos são com base na técnica decorativa encontrada noutros locais.

A peça EVR.QF.08.1964 possui paralelos na alcáçova de Mértola, através da peça designada por Tigela 5A, com cronologia para o século XII (Gómez Martínez, 2004: p. 370 (Peça CR/ML/0025), (Gómez Martínez, 2014: p. 375 (Fig. 144); e a peça

EVR.QF.08.2402 igualmente com a alcáçova de Mértola, através da tigela designada por 3Aa, pertencente ao século XI (Gómez Martínez, 2004: p. 361 (Peça CR/ML/0032), (Gómez Martínez, 2014: p. 363 (Fig. 106) e ainda, com similitude com Quarteira (Cerro da Vila) com a mesma cronologia (Gonçalves, 2013: p. 1033, Fig. 6: 28).

As cronologias destas peças situam-se entre o século XI e o final do século XII.

7.5.5. Corda seca total

A *corda seca* é uma técnica ornamental da cerâmica que “*consiste en definir con trazos de manganeso un dibujo, que después se rellena, total o parcialmente, con vidrio. El trazo de manganeso, la cuerda o línea seca, que no vitrifica, mantiene después de la cocción su aspecto mate, que contrasta con el brillo del vidriado*” (Gómez Martínez, 2014:232).

Existem duas variantes desta técnica, neste estudo apenas foi verificada, *corda seca total*, quando toda a superfície do objeto se recobre de vidrado.

A utilização desta técnica decorativa verifica-se neste estudo, apenas em loiça de mesa, a fragmentos atribuídos tipologicamente a tigelas.

A decoração a corda seca total foi reconhecida em 18% do conjunto estudado proveniente da escavação na Quinta do Forte, não existindo nenhum exemplar de cerâmica com decoração a corda seca parcial (Anexo II – Gráfico 1a).

A utilização da técnica decorativa em corda seca total revela-se apenas em 5 fragmentos de tigelas inseridos na loiça de mesa (EVR.QF.08.2310; EVR.QF.08.2309; EVR.QF.08.1965; EVR.QF.08.1966; EVR.QF.08.1962) (Anexo II – Gráfico 3a) (Anexo III – Estampa 8b).

A nível tecnológico os recipientes cerâmicos apresentam fabrico em torneado rápido, de pastas compactas, auferindo cozedura em ambiente oxidante, com acabamento interior e exterior através de vidrado. Com espessura entre os 0,4 cm e os 0,5 cm. Estas peças EVR.QF.08.2310, EVR.QF.08.2309, EVR.QF.08.1965, EVR.QF.08.1962 possuem cor da pasta exterior, interior e do centro bege.

A peça EVR.QF.08.1966 dispõe de cor exterior e interior bege, e cor de centro alaranjada.

Detêm elementos não plásticos como, quartzo, mica, calcário e xisto, de pequeno tamanho e pouco frequentes. A pasta possui textura compacta.

O fragmento de tigela EVR.QF.08.2310 possui como técnica decorativa interior através de corda seca total, com as seguintes cores: branco, verde e melada. E a decoração exterior é através de vidrado monocromático de cor melado esverdeado.

O exemplar EVR.QF.08.1966 é igual a anterior, apenas difere a cor da decoração exterior para melada.

A peça EVR.QF.08.2309 possui como técnica decorativa interior, corda seca total, mas em branco, verde, melado e preto, o que a difere da mencionada anteriormente. Assim, embora a técnica decorativa exterior seja a mesma que a peça acima referida, através de vidrado monocromático, difere a cor da decoração, sendo melada acastanhada.

A peça EVR.QF.08.1965 é igual a peça EVR.QF.08.2309, apenas altera a cor da decoração exterior para melado.

O exemplar EVR.QF.08.1962 é o único que difere totalmente dos anteriores, embora tenha decoração interior em corda seca total, a cor da sua decoração interior é em branco, verde, melada e manganês. A técnica decorativa exterior é através de vidrado monocromático na cor melada.

Os motivos decorativos, mais uma vez, são de difícil aceção devido ao estado de fragmentação das peças. Apenas se verifica que se combinam motivos decorativos em vidrado melado contornados por óxidos de manganês, sem ser possível verificar o motivo da decoração.

A totalidade das peças possuem paralelos através da técnica decorativa em Mértola, através de materiais recolhidos na alcáçova: a peça EVR.QF.08.2310 tem semelhanças com a designada por Susana Gómez Martínez por Tigela 6B, pertencente ao século XII (Gómez Martínez, 2004: Fig. 105 (Peça CR/CS/0001), (Gómez Martínez, 2014: p. 377, Fig. 148), (Fernandes, 2015: p. 659, Fig. 10:7); a peça EVR.QF.08.2309 possui paralelo com a designada por Tigela 3Ca, pertencente ao século XII (Gómez Martínez, 2004: p. 364 (Tigela 3Ca) e Fig. 104 (Peça CR/CS/0019), (Gómez Martínez, 2014: p. 369, Fig. 126); a tigela EVR.QF.08.1965 com a tigela 5A, com cronologia do século XII (Gómez Martínez, 2004: Peça CR/CS/0010), (Gómez Martínez, 2014: p. 375, Fig. 143), (Fernandes, 2015: p. 659, Fig. 10:9); o fragmento EVR.QF.08.1966 com a

Tigela 6c, enquadrada no século XII (Gómez Martínez, 2004: Fig. 108 (Peça CR/CS/0035), (Gómez Martínez, 2014: p. 378, Fig. 152); e por último, a tigela designada por 3Cb pertencente ao século XII (EVR.QF.08.1962) (Gómez Martínez, 2004: Fig. 104 (Peça CR/CS/0011), (Gómez Martínez, 2014: p. 370, Fig. 127).

Assim, a totalidade destas peças possuem cronologia atribuível ao século XII.

7.6. Análise global do espólio cerâmico medieval-islâmico

Através da informação recolhida ao longo deste trabalho foi possível retirar algumas conclusões sobre os materiais cerâmicos do período medieval-islâmico. No entanto é necessário ter em conta que algumas questões se mantêm, porque as hipóteses aqui mencionadas não são desde já absolutas, são necessários mais estudos sobre o período de ocupação islâmica em *Yabura*, sobretudo sobre a zona onde se situa a Quinta do Forte para ajudar a perceber a realidade daquele local.

O sítio designado como Quinta do Forte sobre o qual se debruçou este estudo encontra-se na zona histórica, local onde a presença humana terá sido mais intensa, daí terem existidos tantos revolvimentos de terra neste local, o que dificulta compreender a estratigrafia do sítio e evidencia o elevado estado de fragmentação dos materiais cerâmicos estudados. A Arqueologia nos sítios urbanos possui esta problemática, acrescida pela diminuta expressão das sondagens, que não permite ter uma leitura clara do espaço.

Sobre a localização da Quinta do Forte no período islâmico constata-se a sua proximidade junto à muralha, o que permitia proteção e proximidade com as várias atividades praticadas ao seu redor e acesso a bens necessários. Situando-se a Quinta do Forte no arrabalde moçárabe de S. Mamede.

Embora se verificassem vestígios habitacionais a partir do século X onde hoje se encontra a Cerca de Santa Mónica, próximo da Quinta do Forte, os materiais estudados não parecem evidenciar que o local onde se implementou a Quinta do Forte correspondesse a essa utilização. Mesmo que as cerâmicas tenham um elevado estado de fragmentação, o número reduzido de cerâmicas encontradas e a ausência de estruturas da época islâmica na escavação mostra a hipótese que o espaço não seria habitacional. Embora não ter existido escavação em área dificulta a interpretação do

local. Com os dados atuais, pouco se poderá adiantar com segurança, mas é possível que o material recuperado resultasse de uma lixeira.

Analisando a distribuição do espólio medieval-islâmico estudado, a maioria da amostra aparece na sondagem 3, na unidade estratigráfica [U.E.66]. Embora a sua descrição no relatório da intervenção seja pouco informativa, refere que para além das habituais cerâmicas medievais e modernas encontraram-se cerâmicas islâmicas.

Foi possível compreender a predominância do seguinte grupo cerâmico: vidrado monocromático (56%), contendo mais de metade da totalidade dos materiais estudados. De seguida, destaca-se a corda seca total (18%), a cerâmica comum (12%), melado e manganês (7%) e verde e manganês (7%) (Anexo II – Gráfico 1a).

Dentro do vidrado monocromático, existe na maioria loiça de mesa⁷⁹ (26%), de seguida objetos de iluminação⁸⁰ (15%), indeterminados (11%) e por último, objeto de uso lúdico e ritual⁸¹ (4%).

Com decoração a verde e manganês, registou-se apenas loiça de mesa⁸² (7%). Tal como com decoração a melado e manganês, também só se assinalou loiça de mesa⁸³ (7%). Com uma percentagem maior que a anterior, a decoração a corda seca total⁸⁴ representa 18% do conjunto de loiça de mesa.

Na cerâmica comum existe loiça de mesa⁸⁵ (4%), armazenamento e transporte⁸⁶ (4%) e loiça de cozinha⁸⁷ (4%) (Anexo II – Gráficos 2a e 3a).

Assim, em relação às formas funcionais do conjunto estudado dominam as loiças de mesa (62%), sobretudo tigelas (50%) (Anexo II – Gráficos 4a e 5a), recipientes abertos para apresentar os alimentos à mesa para serem consumidos.

As tigelas eram elementos principais dos serviços de mesa no período islâmico. Neste estudo verificou-se o predomínio de tigelas de pequenas e médias dimensões, que seriam utilizadas como pratos individuais ou como pequenas tigelas ou taças, para colocar na mesa passas de uva ou outros frutos secos (Catarino, 1997-1998: 772).

⁷⁹ 18% - tigela; 4% jarrinha; 4% jarra.

⁸⁰ 11% - candil; 4% candeia.

⁸¹ 4% - pedra de jogo.

⁸² 7% - tigela.

⁸³ 7% - tigela.

⁸⁴ 18% - tigela.

⁸⁵ 4% - jarrinho/púcaro.

⁸⁶ 4% - pote.

⁸⁷ 4% - panela.

A decoração utilizava técnicas como o vidrado monocromático, melado e manganês, verde e manganês e corda seca total, o que revela uma preocupação em embelezar as peças.

As cerâmicas de uso comum possuem pastas ainda com muitos elementos não plásticos (mica e quartzo), este fabrico mais grosseiro sugere que o fabrico foi através de oleiros locais, assim, este grupo cerâmico sugere cerâmica de produção local ou regional para satisfazer as necessidades básicas da população.

Os restantes materiais pertencentes aos outros grupos cerâmicos poderão ter sido importados.

À *Yabura* chegavam produtos para satisfazer famílias que viviam na cidade, e devido a sua localização estratégica de encruzilhada de caminhos terrestres, *Yabura* poderia fazer a redistribuição dos materiais importados a localidades interiores e fora das principais rotas comerciais.

Conclui-se que o conjunto estudado é diversificado para o reduzido número de peças existentes pertencentes ao período medieval-islâmico e que existiu especialização funcional. Relativamente à funcionalidade dos objetos, este conjunto possui várias formas funcionais, mas a maioria evidência pertencerem a loiça de mesa, formas de tamanho pequeno e médio.

Através da procura de paralelos com outros locais, principalmente em Mértola⁸⁸ no que se refere às suas tipologias e decorações, foi possível datar o conjunto cerâmico da Quinta do Forte entre o século X e o século XIII, ou seja, durante todo o período islâmico. Mas pertencendo a maioria, ao século XII (Anexo II – Gráfico 6a).

Assim, como grande parte dos materiais cerâmicos estudados apontam para uma cronologia do século XII, pensa-se que existiu crescimento urbano e uma intensa ocupação ou depósito no local nessa época.

O conjunto cerâmico deste estudo permite confirmar a importância que *Yabura* possuiu no período medieval-islâmico e que o aglomerado urbano era um importante entreposto mercantil.

⁸⁸ Mértola possui uma grande variedade de materiais cerâmicos, daí os paralelos serem maioritariamente desse local, porque através do Guadiana chegariam todos esses produtos.

8. Conclusão

A cultura material proveniente das escavações arqueológicas, e em particular a cerâmica, é importante para o estudo do quotidiano e como testemunho da evolução urbana.

O objetivo deste estudo foi conhecer e compreender o local designado por Quinta do Forte (Évora), estudar e interpretar o conjunto cerâmico de cronologia romana e medieval-islâmica da intervenção arqueológica em contexto de acompanhamento de obra no ano de 2008.

Em síntese acerca da cidade nos períodos históricos estudados, *Ebora Liberalitas Iulia* teve ocupação romana, possuía uma localização geográfica privilegiada, tinha uma estrutura viária que garantia a ligação da cidade a outros centros relevantes e detinha construções importantes.

Com o estatuto de *municipium*, *Ebora* foi obtendo um progresso distinto e tendo transformações urbanísticas que a tornaram numa importante cidade romana.

A cidade romana desenvolveu-se no ponto mais alto, onde surgiu o *forum* (praça pública), que foi o espaço principal da cidade e tinha um importante papel social, político, económico e religioso. O edifício mais singular do *forum* era o Templo Romano de culto imperial, sendo o edifício mais relevante da urbe. Do local fulcral do *forum* desenvolvia-se o urbanismo segundo os pressupostos romanos.

A influência romana ficou marcada por construções relevantes, como a rede viária, as muralhas, as termas, a *domus* da Rua de Burgos, das quais ainda atualmente há vestígios.

Também no período islâmico, a chegada dos muçulmanos e as mudanças ocorreram lentamente. *Yabura* tinha uma localização estratégica de encruzilhada de caminhos terrestres, que faziam a ligação desde os portos litorais até ao interior, e onde existia um comércio dinâmico, porque a densidade populacional permitia comprar e vender bens e serviços.

Relativamente ao urbanismo da cidade, durante os primeiros séculos *Yabura* manteve as estruturas herdadas da Antiguidade, com poucas alterações. Ou seja, houve reocupação e reaproveitamento de estruturas de épocas antecedentes.

Apenas a partir da segunda metade do século X houve crescimento urbano em Évora, porque houve uma evolução na ocupação da cidade. Mas até ao século XI a cidade manteve-se definida pela muralha tardo-romana, que proporcionava defesa e proteção. Só no século XII surgem os primeiros arrabaldes, devido ao elevado crescimento habitacional.

Também os muçulmanos deixaram vestígios da sua ocupação na cidade através da reutilização de construções realizadas pelos romanos, como o traçado urbano, a estrutura defensiva, os eixos viários, embora com algumas transformações ao longo do tempo. Típico do período islâmico desenvolveu-se a alcáçova e o *suq* (mercado).

Assim, confirma-se que nestes dois períodos cronológicos foram criadas estruturas que se preservaram, resultando num modelo que determina a imagem da cidade.

Relacionou-se a localização da Quinta do Forte com o possível traçado urbano em época romana e medieval-islâmica.

Na antiguidade, a Quinta do Forte situava-se fora da muralha romana de *Ebora Liberalitas Iulia*, na zona periurbana da cidade e pouco se sabe sobre essa área no período romano.

Apenas se verificou que a Quinta do Forte se situa a uma distância considerável da muralha tardo-romana⁸⁹, a cerca de 300 metros, a proximamente 400 metros do *forum* (praça pública), sendo o espaço principal da cidade, e está a sensivelmente a 550 metros da necrópole encontrada no decurso de obras na Escola Secundária Gabriel Pereira.

No período islâmico, a Quinta do Forte situava-se no arrabalde moçárabe de S. Mamede. Um espaço fora da muralha onde possivelmente se desenvolviam atividades comerciais e artesanais, embora não exista evidências de quais atividades se exerciam naquele local em época islâmica, à exceção de depósitos.

Verificaram-se vestígios habitacionais a partir do século X onde atualmente se encontra a Cerca de Santa Mónica, próximo da Quinta do Forte, mas os materiais

⁸⁹ O mais perto da Quinta do Forte era a muralha que passava pelo Arco de D. Isabel, muralha norte do Templo Romano, Palácio dos Bastos ou Pátio de S. Miguel.

estudados não demonstram que o local onde se situa a Quinta do Forte correspondesse a uma utilização habitacional apesar da proximidade. É provável que o material recuperado corresponda a material depositado numa lixeira.

Mais uma vez, se verificou que a Quinta do Forte se encontrava próxima, mas fora da muralha tardo-romana a uma distância de aproximadamente 300 metros, que permitia proteção e proximidade com várias atividades praticadas ao seu redor e tinha acesso a bens necessários. Localiza-se a cerca de 400 metros da alcáçova, que se situava no ponto mais elevado para controlar visualmente as povoações dependentes, as atividades que se devolviam à sua volta e as vias terrestres e igualmente à mesma distância do Tempo Romano que se transformou possivelmente numa torre de vigia, e a cerca de 450 metros da Porta de D. Isabel onde estavam dois grandes eixos viários (Évora-Santarém/Tomar e via Évora-Mérida/Badajoz).

Portanto, a Quinta do Forte localizava-se no espaço exterior à muralha tardo-romana, ou seja, fora da cidade romana e islâmica.

Embora o conjunto material cerâmico seja uma amostra reduzida é importante estudar e divulgar este conjunto cerâmico da Quinta do Forte, porque ainda existem poucos estudos sobre a cultura material de cronologia romana e medieval-islâmica em Évora.

Neste trabalho os materiais cerâmicos foram registados, analisados e estudados, para identificar a morfologia, funcionalidade, ornamentação, cronologia e o seu contexto. Estes dados permitem retirar informações sobre os hábitos alimentares, culturais e compreender as relações comerciais das populações deste local.

Foram abordados vários tipos de cerâmica quer de período romano, quer medieval-islâmico. O conjunto de materiais arqueológicos exumados foram analisados do ponto de vista funcional.

O conjunto total cerâmico é composto por 153 fragmentos⁹⁰, dos quais 82% do material cerâmico corresponde ao período romano e 18% ao período medieval-islâmico (Anexo II – Gráfico 1).

Do período romano foi abordada cerâmica fina de importação (*terra sigillata* e paredes finas), cerâmica de armazenamento (ânforas) e cerâmica comum. Destes

⁹⁰ 126 fragmentos do período romano e 27 fragmentos do período islâmico.

grupos cerâmicos, obteve-se maior quantidade de cerâmica comum, o que seria de esperar dado o contexto deste local.

Quanto à tipologia funcional, a maioria da cerâmica comum é de servir à mesa, constituída na maioria por pratos, tigelas e potinhos.

Através dos materiais estudados da Quinta do Forte e dos paralelos encontrados, sugere-se que o local teve ocupação ou mais provavelmente a primeira deposição de materiais cerâmicos romanos entre 20-60 d.C., devido ao primeiro grupo cerâmico datado (*terra sigillata* sudgálica⁹¹).

De seguida, devido à quantidade de *terra sigillata* hispânica estudada ser superior aos outros tipos de cerâmica fina, deduz-se ter existido um aumento da deposição entre 40-300 d.C.

A cerâmica de paredes finas prova que se preservou a deposição na Quinta do Forte possivelmente, entre 50-100 d.C. O mesmo acontece através das ânforas, com material em termos cronológicos que se enquadra em meados do século I até ao século II d.C.

E através da cerâmica comum romana verificou-se que existiu cerâmica com uma longa duração, desde meados do século I a meados do século V d.C, mas a maioria pertence ao século I e século II d.C. A partir do século III nota-se que existiu continuidade da deposição de cerâmica, mas que se tornou menos significativa até ao século V.

Em relação ao período medieval-islâmico foi estudada a seguinte cerâmica: vidrado monocromático, corda seca total, cerâmica comum, melado e manganês, e verde e manganês. Sendo a maioria do conjunto composto por vidrado monocromático.

Relativamente à funcionalidade dos objetos deste período, a grande parte evidência pertencerem a loiça de mesa, na maioria a tigelas, recipientes abertos para apresentar os alimentos para serem consumidos.

A decoração utilizava técnicas como o vidrado monocromático, melado e manganês, verde e manganês e corda seca total, o que revela uma preocupação em embelezar as peças.

⁹¹ Porque a *terra sigillata* itálica conta com apenas 1 fragmento considerado como indeterminado.

Através de paralelos com outros locais, foi possível datar este conjunto cerâmico entre o século X e o século XIII, ou seja, durante todo o período islâmico. Mas pertencendo a maioria da cerâmica ao século XII.

Neste local em ambas as cronologias, se verificou o predomínio de recipientes cerâmicos de mesa, destinados ao consumo de alimentos, variando entre preparados alimentares sólidos e líquidos. Esta quantidade maioritária deve-se ao facto destes recipientes serem utilizados diariamente nos centros consumidores para as refeições e sofrerem frequentes fragmentações e quebras, e como se tornavam em peças inutilizadas eram colocadas neste depósito situado fora da urbe.

Quanto ao local designado por Quinta do Forte propõem-se que esse espaço foi tanto em período romano, como em época medieval-islâmica, um depósito fora da muralha tardo-romana, na periferia da cidade. Esta parece a hipótese mais plausível, porque não se revelaram estruturas significativas durante a intervenção arqueológica, logo não se tratava de um sítio habitacional.

Assim, a Quinta do Forte não teve mudanças ao longo dos séculos, nem obteve diversas funcionalidades durante o período romano e medieval-islâmico, foi apenas uma lixeira situada fora da muralha tardo-romana.

Os exemplares revelam uma economia maioritariamente de escala regional, possivelmente de produção local e regional da maioria das cerâmicas, com uma relação privilegiada através das rotas terrestres devido à localização de Évora.

Existiram alguns obstáculos ao longo do desenvolvimento deste estudo, devido a falta de informações que permitissem uma abordagem mais precisa, porque o local da intervenção arqueológica na Quinta do Forte encontrava-se plenamente remexido, não existindo contextos preservados. O material resultante destas sondagens encontra-se fora do seu contexto original de deposição, isto dificulta situar os materiais num momento cronológico preciso. Por isso, as cronologias apresentadas foram baseadas em paralelos encontrados noutros locais, para que fosse possível a aproximação da realidade arqueológica deste local.

Acrescentado a reduzida quantidade e o estado dos exemplares constituintes deste estudo muito fragmentados, porque existiram tantos revolvimentos naquele local que muitos se partiram e até podem ter desaparecido.

Outro problema encontrado neste conjunto além das já mencionadas, foi o elevado número de exemplares que não obtiveram classificação tipológica, por não ser possível calcular o seu diâmetro original ou devido ao seu estado de fragmentação e desgaste. Resultando numa grande quantidade de material classificado como “indeterminado”.

Mas, mesmo assim identificaram-se diversas peças que se integram na cultura material romana e medieval-islâmica.

Apresentando assim, para o período romano uma cronologia das peças da Quinta do Forte desde meados do século I a meados do século V d.C., mas recebeu maioritariamente os depósitos de cerâmica entre o século I e o século II d.C. Sendo que a partir daí, a continuidade da deposição cerâmica decai.

E durante o período islâmico o conjunto cerâmico da Quinta do Forte aponta para uma cronologia desde o século X ao século XIII. Mas o século XII sobressai devido ao maior número de exemplares dessa época.

Isto mostra que houve uma continuidade de deposição no espaço por um longo período de tempo, embora possam ter existido algumas interrupções.

As cronologias apresentadas permitem aferir que durante o século I - século II d.C. e mais tarde, no século XII já em época islâmica, que existiu maior deposição nestes períodos, o que indica que nessa altura existiram mais pessoas a usarem peças.

Mas ficaram questões por responder e muito para conhecer sobre a Quinta do Forte. Seria necessária uma escavação mais abrangente, porque não houve escavação em área e seriam úteis trabalhos arqueológicos em espaços vizinhos, para se perceber o espaço envolvente da Quinta do Forte. Como também a falta de estudos em contextos similares dificulta a perceção do verdadeiro significado dos dados obtidos.

Dadas as circunstâncias deste trabalho, as conclusões são menos satisfatórias do que desejaríamos, mas foram as possíveis de retirar dado o contexto do estudo. Mas este trabalho é um exemplo a seguir, porque estes contextos de depósitos podem ocorrer nas realidades arqueológicas identificadas em escavações, e normalmente o material arqueológico exumado não é objeto de estudo, optando-se apenas pela publicação dos exemplares mais importantes.

Para concluir, a Quinta do Forte foi uma possível lixeira correspondente a deposição de resíduos associados ao consumo de bens alimentares em período

romano e medieval-islâmico. Este conjunto cerâmico permite confirmar a importância que *Ebora Liberalitas Iulia* e *Yabura* tiveram nesses períodos cronológicos e indica que esta cidade era um importante entreposto comercial devido à sua localização.

Este estudo pretende ser mais um contributo para o conhecimento da cidade de Évora.

9. Bibliografia

- ALARCÃO, Jorge; ALARCÃO, Adília, 1966, “O espólio da necrópole luso-romana de Valdoca (Aljustrel)”, in *Conimbriga*, vol. V, Coimbra, Universidade de Coimbra.
- ALARCÃO, Jorge de, 1988, “O domínio romano em Portugal”, Lisboa, Publicações Europa-América.
- ALARCÃO, Jorge de; BARROCA, Mário, 2012, “Dicionário de Arqueologia Portuguesa”, Porto.
- ALMEIDA, Claudino de, 1934, “Ruas de Évora. Subsídios para a explicação dos seus nomes”, Évora, Gráfica Eborense.
- ALVES, Vera; CARNEIRO, André, 2011, “Ânforas romanas no concelho de Fronteira. Exemplares recolhidos entre 1999 e 2002”, in *Arqueologia do Norte Alentejano – Comunicações das 3ª Jornadas*, Lisboa, Edições Colibri/C. M. Fronteira, pp. 163-192.
- ARRUDA, Ana Margarida; SOUSA, Elisa de, 2003, “Cerâmica de paredes finas da Alcáçova de Santarém”, in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 6, nº 1, pp. 235-286.
- ARRUDA, Ana; VIEGAS, Catarina; BARGÃO, Patrícia, 2009, “A cerâmica comum de produção local de Monte Molião”, in *XELB 10*, Atas do 7º Encontro de Arqueologia do Algarve, Silves.
- BALESTEROS, Carmen; MIRA, Élia, 1994, “As muralhas de Évora”, in *A Cidade – Jornadas Inter e Pluridisciplinares*, atas I, Universidade Aberta.
- BALESTEROS, Carmen *et al.*, 1996-1997, “As muralhas de Évora: Aspectos problemáticos do sistema defensivo”, in *A Cidade de Évora*, II série, nº 2, pp. 67-83.
- BASÍLIO, Eva, 2017, “Paço dos Lobos da Gama (Évora): contributo do conjunto cerâmico de época romana para a compreensão da sua funcionalidade na *urbs*”, Universidade de Évora, Dissertação de Mestrado em Arqueologia.
- BASÍLIO, Eva; SANTOS, José, 2017, “De *Liberalitas Iulia* a *Yábura* – A evolução diacrónica de Évora a partir do exemplo do Paço dos Lobo da Gama (séc. I-XII d.C.). Resultados preliminares”, in *Atas do III Congresso Internacional de*

Arqueologia de Transição – Estratégias de Povoamento: Do Período Romano ao Mundo Contemporâneo, vol. 1, nº 2, pp. 111-129.

- BEIRANTE, Maria, 1995, “Évora na Idade Média”, Lisboa, Gulbenkian.
- BELTRÁN, Miguel, 1990, “Guía de la Ceramica Romana”, Saragoça, Libros Pórtico.
- BILOU, Francisco, 2000, “Testemunhos arqueológicos da rede viária romana na região de Évora”, in *A Cidade de Évora*, II série, nº 4, pp. 143-168.
- BILOU, Francisco, 2004, “O Sistema Viário Antigo na Região de Évora”, Edições Colibri.
- BILOU, Francisco, 2010, “A refundação do aqueduto da Água da Prata, em Évora 1533-1537”, Lisboa, Edições Colibri.
- BILOU, Francisco, 2016, “Garcia de Resende (c.1475-1536): o retrato possível, cinco século depois”.
- BILOU, Francisco, s.d., “O pórtico (ao)romano da *Praça Grande*, em Évora. Novas achegas para um velho equívoco”.
- BOLILA, Catarina, 2011, “A *Terra Sigillata* de tipo itálico da Praça da Figueira (Lisboa)”, Dissertação de Mestrado em Arqueologia, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa.
- BRANCO, Manuel, 2007, “A defesa do património construído em Évora: Cunha Rivara, Filipe Simões, Gabriel Pereira e Túlio Espanca”, in *Monumentos*, Revista semestral de edifícios e monumentos, nº 26, pp. 118-124.
- BUGALHÃO, Jacinta; LOURENÇO, Sandra, 2006, “As ânforas romanas da Ilha da Berlenga”, in *Setúbal Arqueológica*, vol. 13, pp. 279-294.
- BUGALHÃO, Jacinta; GOMES, Sofia; SOUSA, Maria, 2007, “Consumo e utilização de recipientes cerâmicos no arrabalde ocidental da Lisboa Islâmica (Núcleo Arqueológico da rua dos Correeiros e Mandarin Chinês”, in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, nº 1, vol. 10, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, pp. 317-344.
- CAEIRO, José, 1978, “Observações sobre Cerâmica Comum Romana do século III proveniente da “Cidade das Rosas” Serpa”, in *Atas das III Jornadas Arqueológicas 1977*, Lisboa.

- CAEIRO, Elsa, 2005, “Os Conventos do Termo de Évora”, vol. I, Sevilha, Universidade de Sevilha, tese de doutoramento.
- CALADO, Manuel; SANTOS, João; CARVALHO, Mário, 2007, “Arqueologia do concelho de Évora: um ponto da situação”, in *A Cidade de Évora*, II série, nº 7, pp. 47-71.
- CARDOSO, Guilherme; SEVERINO, Rodrigues; SEPÚLVEDA, Eurico de, 2006, “A olaria romana de Peniche”, in *Setúbal Arqueológica*, vol. 13, pp. 253-278.
- CARDOSO, Guilherme, 2018, “*Villa Romana de Freiria. Estudo arqueológico*”, Cascais, Câmara Municipal de Cascais.
- CARNEIRO, André, 2008, “Itinerários Romanos do Alentejo. Uma Releitura de *As grandes Vias da Lusitânia – O Itinerário de Antonino Pio* de Mario Saa, cinquenta anos depois”, Colibri, Lisboa.
- CARVALHO, Afonso de, 2004, “Da Toponímia de Évora. Dos meados do século XII a finais do século XIV”, vol. I, Edições Colibri.
- CARVALHO, Afonso de, 2004, “Da Toponímia de Évora. Dos meados do século XII a finais do século XIV”, vol. II, Edições Colibri.
- CATARINO, Helena, 1997-1998, “O Algarve Oriental durante a ocupação islâmica. Povoamento rural e recintos fortificados”, in *al-úlyá*, nº 6, vol. II, Loulé, Arquivo Histórico Municipal de Loulé, pp. 525-1007.
- CATARINO, Helena, 1999-2000, “O Castelo de Salir: escavações da campanha de 1998”, in *al-úlyá*, nº 7, Loulé, Arquivo Histórico Municipal de Loulé, pp. 77-128.
- COELHO, António Borges, 2008, “Portugal na Espanha Árabe”, Lisboa, Editorial Caminho, 3ªed.
- COELHO, António Borges, 2010, “Donde viemos”, História de Portugal, volume 1, Editorial Caminho, Alfragide.
- CORREIA, Fernando Branco, 2010, “Fortificação, guerra e poder no *Garb al-Andalus* (dos inícios da islamização ao domínio norte-africano)”, Évora, Tese de doutoramento.
- CRUZ, Maria; CORREIA, Virgílio, 2007, “Normas de Inventário - Cerâmica utilitária”, Instituto de Museus e da Conservação.

- CARTA GEOLÓGICA, 1969, “Carta Geológica de Portugal – Notícia explicativa da folha 40-A - Évora”, Lisboa, Direção Geral de Minas e Serviços Geológicos.
- “Carta militar de Évora”, folha nº 460, Évora.
- DIAS, Carla, 2009, “Relatório de trabalho arqueológico Quinta do Forte - Rua das Alcaçarias (Évora)”.
- DIAS, Vítor, 2014, “A cerâmica comum de *Ammaia*”, Tese de Doutoramento em Arqueologia, Évora, Universidade de Évora.
- ENCARNAÇÃO, José d’, 1987, “Religião e Cultura na Évora dos romanos”, in *A Cidade de Évora*, nº 69-70, pp. 5-19.
- ENCARNAÇÃO, José d’, 2000, “André de Resende, epigrafista”, in *Congresso Internacional do Humanismo Português*, Coimbra-Lisboa-Évora.
- ENCARNAÇÃO, José d’, 2015, “Romanos no Alentejo”. Comunicação apresentada no Ciclo de Conferências/Colóquios, Almada, Universidade Sénior e Almada, pp. 1-18.
- ESPANCA, Túlio, 1966, “Inventário Artístico de Portugal. Concelho de Évora”, Lisboa.
- ESPANCA, Túlio, 1980, “Évora. Arte e História”, Évora, Câmara Municipal de Évora.
- FABIÃO, Carlos, 1989, “Sobre as ânforas do acampamento romano da Lomba do Canho (Arganil)”, Lisboa, UNIARQ.
- FABIÃO, Carlos; GUERRA, Amílcar, 1993, “Sobre os conteúdos das ânforas lusitanas”, in *Atas do II Congresso Peninsular de História Antiga*, Coimbra, pp. 995-1016.
- FABIÃO, Carlos, 2006, “A herança romana em Portugal”, Lisboa, CTT – Correios de Portugal.
- FABIÃO, Carlos, 1993, “O passado Proto-Histórico e Romano”, in José Mattoso (dir.), “*História de Portugal - Antes de Portugal*”, vol. I, Lisboa, Editorial Estampa.
- FABIÃO, Carlos, 2014, “O estudo das ânforas romanas”, Lisboa, Universidade de Lisboa.
- FARIA, António, 2001, “*Pax Iulia, Felicitas Iulia, Liberalitas Iulia*”, Revista Portuguesa de Arqueologia, vol. 4, nº 2, pp. 351-362.

- FERNANDES, Teresa Matos *et al.*, 2012, “Área funerária romana em Évora: dos restos ósseos aos rituais funerários”, in *Antropologia Portuguesa*, volume 29, Universidade de Coimbra, pp. 183-201.
- FERNANDES, Isabel Cristina *et al.*, 2015, “O comércio da corda seca no Gharb al-Andalus”, in *Atas do X Congresso Internacional “A cerâmica medieval no Mediterrâneo”*, Silves, Câmara Municipal de Silves/Campo Arqueológico de Mértola, pp. 649-666.
- FIGUEIRA, Arlette, 2018, “A cerâmica comum da *villa* romana da Quinta da Bolacha (Amadora, Portugal)”, Dissertação de Mestrado em Arqueologia, Lisboa, Universidade de Lisboa.
- FILIPE, Victor, 2008, “As ânforas do teatro romano de Lisboa”, Dissertação de Mestrado em Pré-História e Arqueologia, Lisboa, Universidade de Lisboa.
- FILIPE, Vanessa, 2012, “Contributo para o conhecimento da Presença Islâmica em *Yabura*”, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Dissertação de Mestrado.
- GALINIÉ, Henri, 2000, “Ville, Espace Urbain et Archéologie”, Tours, Université François-Rabelais.
- GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana, 2004, “La Cerámica Islámica de Mértola: Producción y Comercio”, Madrid, Universidad Complutense de Madrid, Tesis doctoral.
- GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana, 2006, “A cerâmica islâmica no *Gharb al-Ândalus*”, in *Seminário – A produção de cerâmica em Portugal: histórias com futuro*, Barcelos, Museu de Olaria de Barcelos, pp. 95-116.
- GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana (coord.), 2012, “Memória dos sabores do Mediterrâneo”, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola/Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto.
- GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana, 2014, “Cerâmica islâmica de Mértola”, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola.
- GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana *et al.*, 2015, “A cidade e o seu território no *Gharb al-Andalus* através da cerâmica”, in *Atas do X Congresso Internacional “A cerâmica medieval no Mediterrâneo”*, Silves, Câmara Municipal de Silves/Campo Arqueológico de Mértola, pp. 19-50.

- GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana, 2019, “Algunas cuestiones de arqueología del *Garb al-Andalus*”, in *al-Kitāb Juan Zozaya Stabel-Hansen*, Madrid, Asociación Española de Arqueología Medieval, pp. 409-416.
- GONÇALVES, Maria José *et al.*, 2013, “Vinte anos de Cerâmica Islâmica do *Garb al-Andalus*: ensaio crono-tipológico das formas abertas (I)”, in *VII Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*, Serpa.
- GONÇALVES, Maria José *et al.*, 2017, “Manifestações lúdicas na cerâmica do Gharb al-Andalus”, in *Arqueologia em Portugal – 2017 Estado da Questão*, Lisboa, pp. 1417-1429.
- HAUSCHILD, Theodor, 2010, “Algumas observações nas construções do *foro* de *Ebora Liberalitas Iulia*”, in *Stvdia Lusitana: Cidade e foro na Lusitânia Romana*, 4, pp. 27-36.
- LEECH, Roger; SCHOFIELD, John (eds.), 1987, “Urban Archaeology in Britain”, London, Council for British Archaeology.
- LEMOS, Francisco Sande, 2006, “A Lei e a Arqueologia Urbana”, *Praxis Archaeologica*, 1, APA, pp. 15-21.
- LE ROUX, Patrick, 2015, “L’Empire romain”, Coleção L&PM Pocket.
- LOPES, Luís; LOPES, J. Carrilho; CABRAL, J. P.; SARANTOPOULOS, Panagiotis, 2000, “Caracterização petrográfica dos monumentos romanos de Évora”, in *A Cidade de Évora*, Évora, Câmara Municipal de Évora, II série, nº 4, pp. 129-142.
- LUZIA, Isabel, 2003, “Cerâmicas islâmicas da cerca do convento/Loulé”, Loulé, Museu Nacional de Arqueologia.
- MACÍAS, Santiago, 1999, “Cidades do ocidente islâmico”, in *Marrocos-Portugal. Portas do Mediterrâneo*, V Cimeira Luso-Marroquina, Tânger, pp. 51-61.
- MADEIRA, Sérgio, 2011, “A Arqueologia urbana, subsídios para a sua compreensão”, Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra, pp. 1-17.
- MANOEL, C. da Camara, 1895, “A archeologia em Evora: cursos escolares – monumentos nacionais”, in *O Arqueólogo Português*, 1ª série, vol. I, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, pp. 61-63.

- MARTINS, Ana, 2019, “Contributo para o estudo da cidade romana de *Ossonoba*: A terra sigillata da Rua Infante D. Henrique nº 58-60”, Dissertação de Mestrado em Arqueologia e Ambiente, Évora, Universidade de Évora.
- MARTINS, Manuela; RIBEIRO, Maria do Carmo, 2009, “A arqueologia urbana e a defesa do património das cidades”, in *Forum*, nº 44/45, pp. 149-177.
- MASCARENHAS, José; BARATA, Filipe, 1997, “O Território de *Ebora*, e a Organização e Ordenamento da Paisagem Envolvente”, in *Paisagens Arqueológicas a Oeste de Évora*, Évora.
- MAYET, Françoise, 1975, “La céramique à parois fines dans la Péninsule Ibérique”, Bordéus, Centre Pierre/CNRS, Paris.
- MAYET, Françoise, 1980, “Les céramiques à parois fines: état de la question”, in *Céramiques hellénistiques et romaines*, tome 1, Besançon, Université de Franche-Comté, pp. 201-229.
- MAYET, Françoise; SILVA, Carlos Tavares da, 1998, “Olaria romana do Pinheiro. *L’atelier d’amphores de Pinheiro*”, Setúbal, Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal.
- MEDINA, João (dir.), 1995, “História de Portugal: o mundo luso-romano”, vol. II, Amadora, Ediclube.
- MONTE, Gil do, 1981, “Dicionário da Toponímia Eborense”, 1º vol., Évora, Gráfica Eborense.
- NEVES, Josefa, 1972, “Uma coleção particular de materiais romanos da Aramenha”, in *Conimbriga*, vol. XI, Coimbra, Universidade de Coimbra.
- NOGALES BASARRATE, Trinidad; GONÇALVES, Luís, 2005, “Imagens e Mensagens: As esculturas do Museu de Évora como testemunho da romanização”, in *Imagens e Mensagens. Escultura Romana do Museu de Évora (Catálogo)*, Évora, Instituto Português de Museus, Museu de Évora, pp. 33-39.
- NOLEN, Jeannette, 1985, “Cerâmica comum de Necrópoles do Alto Alentejo”, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança.
- PASSELAC, Michel, 1993, “Céramique à parois fines”, in *Dictionnaire des Céramiques Antiques*, série Lattara, vol. 6, pp. 511-521.

- PATROCÍNIO, Manuel, 2007, “Évora romana – O legado edificado e a memória antiga”, in *Revista de História da Arte*, nº 4, pp. 119-141.
- PELLETIER, Jean; DELFANTE, Charles, 2000, “Cidades e Urbanismo no Mundo”, Coleção *O Homem e a Cidade*, Lisboa.
- PEREIRA, Gabriel, 1948, “Antiguidades romanas em Évora e seus arredores” in *Estudos eborenses*, 2ª ed., II vol., Évora, Edições Nazareth.
- PEREIRA, Carlos, 2012, “O sítio romano do Vidigal”, in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, volume 15, pp. 155-179.
- PINTO, Inês, 2003, “A cerâmica comum das *villae* romanas de São Cucufate (Beja)”, Coleção TESES, Lisboa, Universidade Lusíada Editora.
- PINTO, Inês; LOPES, Conceição, 2006, “Ânforas das *villae* romanas alentejanas de São Cucufate (Vila de Frades, Vidigueira), Monte da Cegonha (Selmes, Vidigueira) e Tourega (Nossa Senhora da Tourega, Évora)”, in *Setúbal Arqueológica*, vol. 13, pp. 197-224.
- PINTO, Inês; MAGALHÃES, Ana; BRUM, Patrícia, 2010, “Sondagem junto ao poço da oficina de salga 1 de Tróia”, in *Conimbriga*, XLIX, pp. 133-159.
- PINTO, Inês Vaz; SCHMITT, Anne, 2010, “Castelo da Lousa – Intervenções Arqueológicas de 1997 a 2002”, in *Studia Lusitana*, 5, Mérida.
- POLAK, Marinus, 2000, “South Gaulish Terra Sigillata with potters’ stamps from Vechten”, *Rei Cretariae Romanae Fautorum Acta, Supplementum 9*, Nijmegen.
- QUARESMA, José Carlos, 2003, “*Terra sigillata* sudgálica num centro de consumo: Chãos Salgados, Santiago do Cacém (Mirobriga?)”, Lisboa, *Trabalhos de Arqueologia*, 30.
- QUARESMA, José Carlos, 2009, “*Terra sigillata* e cerâmica africana de cozinha em Chãos Salgados (Mirobriga?)”, Tese de Doutoramento, Lisboa, Universidade de Lisboa.
- QUARESMA, José Carlos, 2012, “Economia antiga a partir de um centro de consumo lusitano: *Terra sigillata* e cerâmica africana de cozinha em Chãos Salgados (Mirobriga?)”, in *Estudos & Memórias 4*, Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (UNIARQ).

- QUEIMADO, José, 1975, “Alentejo Glorioso. Évora suas ruas e conventos. Uma abordagem para a história de Évora”.
- REIS, Maria Pilar, 2014, “De *Lusitaniae Urbium Balneis* – Estudos sobre as termas e balneárias das cidades da Lusitânia”, Coimbra, Universidade de Coimbra, vol. I, Tese de Doutoramento em Arqueologia.
- REIS, Maria Pilar; Carvalho, Mariana, 2014, “Las termas públicas de *Ebora*: Monumentalidad mimetizada”, in *Actas XVIII Congreso Internacional Arqueología Clásica*, vol. I, Mérida, pp. 891-895.
- RIBEIRO, Orlando, 1986, “Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico”, 4ª edição, Lisboa.
- RIBEIRO, Orlando, 1986, “Évora: Sítio, Origem, Evolução e Funções de uma Cidade”, Lisboa, pp. 371-390.
- RIBEIRO, Orlando, 1986, “Sítios, Origem, Evolução e Funções de uma Cidade”, Lisboa.
- RIBEIRO, Orlando; LAUSENTACH, Herman; DAVEAU, Suzanne, 1987, “Geografia de Portugal – A Posição Geográfica e o Território”, vol. I, Lisboa, Edições João Sá da Costa.
- RIBEIRO, Orlando; LAUSENTACH, Herman; DAVEAU, Suzanne, 1988, “Geografia de Portugal – A Posição Geográfica e o Território”, vol. II, 1ª edição, Lisboa, Edições João Sá da Costa.
- RIBEIRO, Inês, 2010, “A *Terra Sigillata* Hispânica da Praça da Figueira”, Dissertação de Mestrado, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa.
- RODRÍGUEZ MARTÍN, F. Germán, 1996, “La cerámica de “paredes finas” en los talleres emeritenses”, in *Mélanges de la Casa de Velázquez*, XXXII, pp. 139-179.
- RODRIGUES, Paulo Simões, 2012, “A muralha, o templo e o aqueduto na tradição de Sertório construtor da Évora romana (sécs. XVI-XIX)”, in *Espaços e Paisagens: Antiguidade Clássica e Heranças Contemporâneas*, vol. III, Coimbra, pp. 255-263.
- ROLO, Ana, 2010, “A necrópole romana de Rouca (Alandroal, Évora)”, Lisboa, Universidade de Lisboa, Dissertação de Mestrado em Arqueologia.

- ROLO, Ana, 2018, “O Mundo Funerário Romano no Nordeste Alentejano (Portugal) – O Contributo das intervenções de Abel Viana e António Dias de Deus”, Lisboa, Universidade de Lisboa, Tese de Doutoramento.
- ROSSELLÓ BORDOY, Guillermo, 1978, “Ensayo de sistematización de la cerâmica árabe de Mallorca”, Palma de Mallorca.
- SALINAS PLEGUEZUELO, M^a Elena, 2012, “La Cerámica Islámica de *Madinat Qurtuba* de 1031 a 1236: Cronotipología y Centros de producción, vol. I, Córdoba, Universidad de Córdoba, Tesis doctoral.
- SALINAS DE FRÍAS, Manuel, 2016, “O contacto: O impacto da presença romana na Lusitânia”, in *Lusitânia Romana: Origem de dois povos*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, pp. 62-89.
- SANTOS, Cézer, 2011, “As cerâmicas de produção local do centro oleiro romano da Quinta do Rouxinol”, Dissertação de Mestrado em Arqueologia, Lisboa, Universidade de Lisboa.
- SANTOS, Ana, 2015, “A *Terra Sigillata* e a Cerâmica de Cozinha Africana do Edifício Sede do Banco de Portugal (Lisboa), Dissertação de Mestrado em Arqueologia, Lisboa, Universidade de Lisboa.
- SANTOS, José, 2015, “Um olhar sobre o quotidiano de Évora no período medieval-islâmico. Séculos VIII-XI”, Évora, Universidade de Évora, Dissertação de Mestrado.
- SANTOS, José, 2017, “O período medieval-islâmico em Évora. Um olhar sobre o quotidiano. Séculos VIII-XII), in *Scientia Antiquitatis*, vol. 1, nº 2, pp. 269-286.
- SARANTOPOULOS, Panagiotis, 1986-1987, “Os banhos públicos “*thermae*” da “*Liberalitas Julia Eborae*. Notícia da sua descoberta nos atuais Paços do Concelho de Évora”, in *A Cidade de Évora*, anos XLIII-XLIV, nº 69-70, Évora, Câmara Municipal de Évora, pp. 121-124.
- SARANTOPOULOS, Panagiotis, 2005, “Percurso em Eborae Liberalitas Iulia”, in *Imagens e Mensagens. Escultura Romana do Museu de Évora* (Catálogo), Évora, Instituto Português de Museus, Museu de Évora, pp. 23-31.
- SERRANO, Liliana, 2011, “Lucernas, Candis e Candeias. Para uma distribuição geográfica no território português”, Coimbra, Universidade de Coimbra, Dissertação de Mestrado em Arqueologia e Território.

- SIDARUS, Adel, 1988-1993, “Um texto árabe do século X relativo à nova fundação de Évora e aos movimentos muladi e berbere no ocidente Andaluz”, in *A Cidade de Évora*, nº 71-76, anos XLV-L.
- SILVA, Rodrigo, 2005, “As “marcas de oleiro” em *terra sigillata* da Praça da Figueira. Uma contribuição para o conhecimento da economia de *Olisipo* (séc. I a.C. – séc. II d.C.)”, Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Arqueologia (Especialização em Arqueologia Urbana), Universidade do Minho/Instituto de Ciências Sociais.
- SILVA, Ana, 2010, “A *Terra Sigillata* da oficina de salga 1 de Tróia: contextos de escavações antigas (1956-1961) e recentes (2008-2009), Dissertação de Mestrado, Lisboa, Universidade de Lisboa.
- SILVA, Carlos, 2018, “*Caetobriga*. O sítio arqueológico da Casa dos Mosaicos”, in *Setúbal Arqueológica*, vol. 17.
- SIMÃO, Inês; BRAZUNA, Sandra, 2010, “Evolução urbana na colina central de Évora. Contributo da intervenção arqueológica no Museu de Évora”, in *Apontamentos de Arqueologia e Património*, Lisboa, Era Arqueologia, pp. 75-82.
- SIMPLÍCIO, Maria, 1997, “Evolução e morfologia do espaço urbano de Évora”, Évora, Universidade de Évora, Tese de Doutoramento.
- SIMPLÍCIO, Maria, 2002-2006, “Évora: algumas etapas fundamentais na evolução da cidade até ao século XVI”, in *A Cidade de Évora*, II série, nº 6, pp. 98-112.
- SIMPLÍCIO, Maria, 2003, “Évora: Origem e Evolução de uma Cidade Medieval”, in *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, I série, vol. XIX, Porto, pp. 365-372.
- SOUSA, Ana de, 2017, “Salvaguardar e valorizar o conjunto abaluartado de Évora: património histórico e militar”, in *Antrope*, nº 6, pp. 86-114.
- TEICHNER, Felix, 1991-1992, “Escavações no templo romano de Évora – Acerca da relevância cronológica de uma série de moedas”, in *MVMMVS*, 2ª série, XIV/XV, Porto, pp. 53-66.
- TEIXEIRA, Manuel, 1993, “A história urbana em Portugal. Desenvolvimentos recentes”, in *Análise Social*, vol. XXVIII, pp. 371-390.
- TORRES, Cláudio, 1987, “Cerâmica islâmica portuguesa”, Fundação Calouste Gulbenkian, Catálogo, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola.

- TORRES, Cláudio, 1992, “Povoamento antigo no baixo Alentejo. Alguns problemas de topografia histórica”, in *Arqueologia Medieval*, nº 1, Porto, Edições Afrontamento, pp. 189-202.
- TORRES, Cláudio, 1992, “O *Gharb al-Andalus*”, in *História de Portugal*, Vol. I, Antes de Portugal, Dir. de José Mattoso, Lisboa, Ed. Círculo de Leitores, p. 369.
- VAL-FLORES, Gustavo, 2011, “A evolução urbana do Centro Histórico de Évora – *Ebora Liberalitas Iulia* (séc. I a.C. – IV d.C.)”, Évora, Câmara Municipal de Évora, vol. I.
- VIEGAS, João Rosa; NOLEN, Jeannette; DIAS, Maria Ferrer, 1981, “A Necrópole de Santo André”, in *Conimbriga*, vol. XX, Coimbra, Universidade de Coimbra.
- VIEGAS, Catarina, 2003, “A *terra sigillata* da Alcáçova de Santarém. Cerâmica, economia e comércio”, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, Trabalhos de Arqueologia, 26.
- VIEGAS, Catarina, 2009, “A ocupação romana do Algarve: estudo do povoamento e economia do Algarve central e oriental do período romano”, Lisboa, Universidade de Lisboa, Tese de Doutoramento.